



A DIMENSAO TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO RECENTE BRASIL (2000 - 2010)

Febrero 2014

Autores: Favareto Arilson, Galvanese Carolina, Barufi Ana
María, Seifer Paulo

Rimisp/Cebrap/UFABC

Projeto Coesao Territorial para o Desenvolvimento

El trabajo en que se basa esta publicación fue hecho con el apoyo de una donación del *International Development Research Centre, Ottawa, Canadá*.

Chile: Huelén 10, piso 6, Providencia. Santiago, Chile • Código Postal 7500617 • Teléfono: +56-2-2236 4557 • Fax: +56-2-2236 4558

Ecuador: Pasaje Guayas E3-130 (esquina Amazonas), edificio Pastor, primer piso. Quito, Ecuador • Teléfonos: +59-3-2-2273870 • 2273991

México: Yosemite 13 Colonia Nápoles Delegación Benito Juárez, México, Distrito Federal • Tel/Fax +52-55-50966592

Introdução - A problemática territorial do desenvolvimento brasileiro recente

Boa parte da literatura sobre desenvolvimento regional se divide em três grandes vertentes, nas quais, um dos pontos de divergência, diz respeito justamente ao papel do território nos processos de desenvolvimento (Benko, 1993; Diniz, 2005). Estas três visões coexistem nos esforços para o desenvolvimento territorial brasileiro nas décadas recentes.

Numa delas o território é considerado uma variável que conta para a determinação de custos de produção, materializados, sobretudo, na distância de mercados consumidores ou de fornecedores de matérias primas. Aqui o território tem sua importância como um fator de crescimento econômico para o país, seja como exportador de produtos geradores de divisas, por exemplo pela constituição de polos baseados em vantagens comparativas específicas, seja como suporte à expansão do mercado consumidor interno, como importador de bens e serviços. Estão nesta vertente desde os clássicos do pensamento regional como Christaller e Losch, até autores contemporâneos como aqueles vinculados à Nova Geografia Econômica e sua ênfase nas economias de aglomeração, passando por Perroux e sua teoria dos pólos de crescimento. Esta visão inspirou fortemente a política de desenvolvimento regional brasileiro que levou à criação dos chamados polos dinâmicos do Nordeste brasileiro, e está presente ainda hoje na especialização competitiva de certas regiões como os Cerrados e a produção de grãos. Tal estratégia é fortalecida atualmente com o Programa de Aceleração do Crescimento, voltado a resolver gargalos de infraestrutura que incidem negativamente sobre os custos de transporte e logística de exportação da produção proveniente destas áreas.

Em outra vertente estão os estudos que, à esteira do trabalho seminal de Arnaldo Bagnasco, sobre a problemática territorial do desenvolvimento italiano, nos anos setenta, redescobrem o tecido social dos territórios como o principal fator a explicar a diferenciação de sua performance. Diferente da abordagem anterior, as variáveis chave não são mais externas ao território, como a distância, e seu papel não é determinado pela sua inserção nas possibilidades do crescimento econômico do país, e sim se deslocam para os fatores intraregionais. Mas em consonância com a abordagem anterior, aqui a ênfase ainda recai no papel do território para a dinamização econômica. Esta parece ser a reorientação recente da política territorial europeia ao apostar na formação endógena de bases para a competitividade de suas regiões deprimidas. No Brasil houve um esboço de tentativa em adotar esta visão do desenvolvimento territorial como modelo inspirador de algumas políticas e programas, caso destacado do Programa Territórios da Cidadania, que no entanto não alcançaram resultados significativos ao longo da década passada. Ela continua sendo útil, no entanto, para entender as razões pelas quais se pode explicar a performance diferenciada de certos territórios diante de um

mesmo feixe de políticas de abrangência nacional.

E há ainda uma terceira vertente para quem o território não é um fator de produção ou de crescimento, mas destacadamente um suporte para uma população. Mais do que a contribuição para o aumento do produto bruto, conta a promoção do bem-estar de seus habitantes. Esta satisfação do bem-estar pode, à sua vez, funcionar como um motor do crescimento econômico pela expansão do consumo social tornado possível graças à expansão material que ocorre com o bem-estar ou movimentando setores econômicos vinculados à promoção da qualidade de vida. É este o caso dos estudos de autores como Laurent Davezies ou Ann Markusen. E é isto o que se pode ver claramente em boa parte das regiões interioranas do Brasil, nas quais o gasto público em políticas sociais é o principal indutor das economias locais nos anos recentes.

O resultado desta combinação de políticas sociais, econômicas e de investimento, explica o modelo de desenvolvimento brasileiro da última década. De um lado, a exportação brasileira de commodities beneficiou o crescimento do país como um todo e de certas regiões em particular, caso típico da região Centro-Oeste, onde se concentra a produção da soja. Os efeitos negativos derivados da forte concentração que marca estas atividades produtivas foi, por sua vez, compensado pela expansão das políticas sociais vista no período. Outro vetor de crescimento foi a expansão do mercado consumidor interno, impulsionado tanto pela maior oferta de crédito, especialmente o crédito para população de baixa renda, como pela política de valorização do salário mínimo e pelas próprias políticas sociais. Este crescimento levou a uma elevação da renda das famílias, principalmente nas classes D e E, permitiu uma expansão do emprego, sobretudo de baixa qualificação, e, com isso, favoreceu uma dinamização das economias locais de regiões periféricas, baseada, sobretudo, na ampliação do consumo de bens como alimentos, vestuário, material de construção, medicamentos e eletrodomésticos.

Com isso o país alcançou um patamar de crescimento econômico na ordem de 3,5% ao ano em média entre 2000 e 2010, uma redução expressiva da pobreza, na ordem de 33%, e uma inédita redução da desigualdade de renda de 7%. Estes resultados confirmam o que foi apontado em dois importantes relatórios. Um deles foi produzido pelo The Boston Consulting Group (BCG, 2013), segundo o qual o Brasil é o país com a melhor “qualidade do crescimento econômico” nos anos mais recentes; isto é, o país no qual há maior aumento do bem-estar para cada ponto percentual de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Outro é o Territorial Review, publicado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2013). Neste segundo relatório, aponta-se que o Brasil teve desempenho positivo na evolução de vários indicadores nos anos recentes, embora ainda apresente níveis de desigualdade bem superiores aos países da OCDE. O relatório mostra também que as diferenças entre as grandes regiões geográficas vêm caindo e que o país conta hoje com um bom rol de políticas, ainda que com enorme dificuldade de integração entre elas.

Pode-se dizer, então, que o país está na direção certa? Não exatamente quando se trata de avaliar a dimensão territorial do desenvolvimento. O

relatório do The Boston Consulting Group destaca que, apesar da posição destacada na “qualidade do crescimento”, a posição do país no ranking das nações despenca quando se trata de avaliar as “perspectivas de sustentação a longo prazo do crescimento econômico”, entre as quais inclui-se as formas de uso de recursos naturais. E no caso do relatório da OCDE, um olhar mais minucioso sobre os dados mostra que, quando se trata de olhar para as várias dimensões da questão regional, os resultados estão longe de ser homogêneos.

A ideia central a ser explorada nas próximas páginas é que os êxitos observados nos indicadores de desenvolvimento da última década não são unívocos em suas manifestações territoriais. Diferente disso, estaria em curso um processo de heterogeneização dos territórios brasileiros, o que se expressa em: a) uma persistência da desigualdade em muitos territórios, destacadamente na Amazônia, comparativamente às médias nacionais, ou num conjunto expressivo de municípios do Semiárido do Nordeste; b) numa combinação da manutenção de assimetrias em um amplo conjunto de indicadores, simultaneamente à diminuição de desigualdades em outro conjunto de indicadores quando se compara as porções Norte/Nordeste e Sul/Sudeste do país, ou as áreas rurais e as áreas urbanas; c) numa especialização do perfil produtivo regional com impactos estruturais para as formas de uso dos recursos naturais ou para a formação do tecido social e econômico destas regiões; e d) numa dependência de transferências governamentais por parte de vários territórios brasileiros.

A hipótese geral do estudo foi testada a partir da organização de dados para um amplo conjunto de indicadores agrupados em nove dimensões que, como dito, serão aqui apresentadas em sete itens/seções. Na base de dados, as informações estão apresentadas com base no conceito de Áreas Mínimas Comparáveis (AMCs), que leva em conta possíveis mudanças ocorridas nos municípios no período de tempo considerado. Em 2010, o Brasil apresentava 5479 AMCs classificadas de acordo com a tipologia apresentada, em 1425 AMCs marcadas por aglomerações, 1086 AMCs significativamente urbanizadas e 2968 AMCs predominantemente rurais. Para a análise aqui proposta, optou-se por considerar rurais apenas as AMCs classificadas como essencialmente rurais, contabilizando juntas sob a classificação de urbanas, as AMCs marcadas por aglomerações e aquelas significativamente urbanizadas.

Os dados são apresentados para os anos de 2000 e 2010, o que permite visualizar a evolução do desempenho dos diferentes municípios e regiões brasileiras em cada um dos indicadores na última década. As principais fontes de dados utilizadas foram o Censo Demográfico (IBGE, 2000 e 2010), o Censo Agropecuário (IBGE, 1995 e 2006), dados do IPEA e dos Ministérios da Saúde, da Educação e do Trabalho e Emprego, sempre em escala municipal. As dimensões e o conjunto de indicadores dos quais cada uma delas é composta, são, aqui, apresentados esquematicamente. O Anexo 1 apresenta o quadro completo de indicadores, suas descrições e principais fontes de dados.

1. A dimensão **Demografia** conta com um conjunto de nove indicadores, a saber: população total, população masculina, população feminina, relação de dependência de jovens (proporção de jovens em relação à

população em idade ativa), relação de dependência de adultos (população de idosos em relação à população em idade ativa), densidade populacional, taxa de crescimento populacional, grau de urbanização, origem étnica, percentual de migrantes recentes e idade média da população;

2. A dimensão **Saúde** agrega um conjunto de 6 indicadores: taxa de mortalidade infantil, taxa de mortalidade materna, desnutrição infantil, taxa de gravidez na adolescência, acesso a fontes melhoradas de água e saneamento e média de médicos por 10000 habitantes;
3. A dimensão **Educação** é, também, composta por 6 indicadores: analfabetismo, taxa de matrícula no ensino fundamental, taxa de matrícula no ensino médio, indicador de qualidade da educação (IDEB), escolaridade média e nível de escolaridade;
4. A dimensão **Segurança** apresenta apenas um indicador, devido à ausência de dados em nível municipal para os outros indicadores selecionados: taxa de mortes por causas externas;
5. A dimensão **Dinamismo econômico e Emprego** possui sete conjuntos de indicadores agrupados da seguinte maneira: população economicamente ativa (PEA), taxa líquida de participação (PEA/PIA), taxa de desemprego, emprego em setores não primários, indicadores de atividade empresarial, indicadores de estrutura industrial e de diversidade setorial;
6. As dimensões **Renda, Pobreza e Desigualdade** compõem, juntas, um conjunto de 6 indicadores: índice de Gini da renda domiciliar per capita, renda per capita do domicílio, pessoas em situação de pobreza e indigência, distância da pobreza, severidade da pobreza e índice de Theil;
7. A dimensão **Capacidade de gestão dos governos locais** conta com 4 indicadores: percentual de receita própria permanente do governo local sobre sua receita total, disponibilidade orçamentária por habitante, percentual de investimentos no gasto total e disponibilidade de recursos humanos;
8. A dimensão **Gênero** abrange um conjunto de sete indicadores, a saber: percentual de mulheres vereadoras eleitas, taxa líquida de participação (PEA/PIA), população analfabeta de 15 anos ou mais, pessoas em situação de pobreza, taxa de gravidez na adolescência, população sem renda própria e domicílios com chefe mulher.
9. A dimensão **Geografia, Meio-ambiente e Recursos Naturais** abrange um conjunto de treze indicadores: superfície total, percentual de superfície de plantações, percentual de superfície de pastagens, percentual de superfícies de matas, percentual de superfície de solo com aptidão agrícola, distância de centros urbanos, irrigação, percentual

de pessoas com telefone fixo e móvel, percentual de pessoas com computador e acesso à internet, tamanho das propriedades agrícolas, latitude, longitude e altitude.

10. Por fim, o relatório traz uma tentativa de definição de **Territórios funcionais**, obtida a partir do grau de integração do mercado de trabalho e, nestes territórios funcionais, analisa a evolução dos indicadores de renda, pobreza e desigualdade já apresentados na sexta dimensão mencionada aqui.

Os dados são apresentados, em geral, para os anos de 2000 e 2010, período em que houve uma importante melhora geral do país em quase todos os indicadores, mas com diferentes manifestações espaciais e, como dito, com uma aparente permanência de contrastes regionais. As tabelas utilizadas encontram-se apresentadas nos Anexos 2, 3 e 4 são de quatro tipos (em arquivos excel): a) tabelas que mostram o número de municípios rurais e urbanos em cada uma das cinco regiões que apresentaram melhoras naquele determinado indicador no período observado, e que deram origem aos gráficos apresentados ao longo do corpo do texto; b) tabelas com a variação do indicador na última década e sua situação em 2010 nas regiões rurais e urbanas de cada uma das cinco regiões brasileiras, que deram origem aos mapas apresentados também ao longo do texto; c) tabelas que apresentam a quantidade de municípios rurais e urbanos em cada uma das cinco faixas de corte para os valores daquele determinado indicador, estabelecidas de acordo com a média brasileira e com os seus respectivos desvios padrão, de forma a captar a heterogeneidade de desempenhos entre os diferentes municípios rurais e entre eles e os urbanos; d) tabelas onde os mesmos indicadores anteriormente citados são agrupados segundo a classificação por territórios funcionais mencionadas acima.

A amplitude do banco de dados não poderá, aqui, ser explorada em sua totalidade, e os resultados derivados da presente análise deverão ser posteriormente aprofundados e combinados a procedimentos qualitativos de pesquisa. Ainda assim, nas considerações finais são formuladas algumas conclusões preliminares e um conjunto de temas e questões voltadas à análise da dimensão territorial do desenvolvimento brasileiro e as oportunidades e desafios colocados para o futuro e que emergem deste mapa aqui apresentado.

1

Demografia

O Brasil apresentava, em 2010, um total de 190.755.799 habitantes, 12,34% a mais do que no ano 2000. Pelos dados oficiais brasileiros, cerca de apenas 15% dessa população seria considerada rural. Como dito, porém, a tipologia aqui adotada para a classificação dos municípios permite afirmar, diferentemente disso, que dos 5479 municípios que compõem o país, 2968 podem ser considerados predominantemente rurais, o que corresponde a 54,17% do total de municípios brasileiros, onde residem 24,3% do total da população. O quadro 1.1 apresenta a distribuição da população brasileira entre os municípios predominantemente rurais, significativamente urbanizados e marcados por aglomerações, juntamente com o total de municípios brasileiros sob cada uma das três categorias.

QUADRO 1.1. Distribuição da população entre as três categorias de AMCs (2000/2010)

AMCs	Total	% do total de AMCs	População 2000	% da população 2000	População 2010	% da população 2010	Crescimento populacional
Com aglomerações	1425	26,0	98.135.296	57,8	111.611.860	58,5	13,7%
Significativamente urbanizadas	1086	19,8	29.045.514	17,1	32.801.149	17,2	12,9%
Predominantemente rurais	2968	54,2	42.618.360	25,1	46.342.790	24,3	8,7%
TOTAL	5479	100	169.799.170	100	190.755.799	100	12,3%

Olhando para a distribuição dos municípios e da população entre as regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, nota-se que sua participação na composição da população total do país sofreu poucas alterações na última década. A região Norte compreende 449 municípios (8,19% do total de municípios brasileiros) onde residem 8,31% da população total. A região Nordeste compreende 1786 municípios (32,59% do total) onde habitam 27,82% da população do país. A região Sudeste abrange 1666 municípios (e, portanto, 30,40% do total) e abriga 42,12% dos brasileiros. A região Sul compreende 1139 municípios (20,78% do total) e 14,35% da população e o Centro-Oeste, com 439 municípios (8,01% do total), abriga 7,36% do total de habitantes do país. O quadro 1.2 apresenta o percentual de municípios rurais e urbanos em cada uma das cinco regiões brasileiras e suas populações rurais e urbanas em 2010.

QUADRO 1.2.

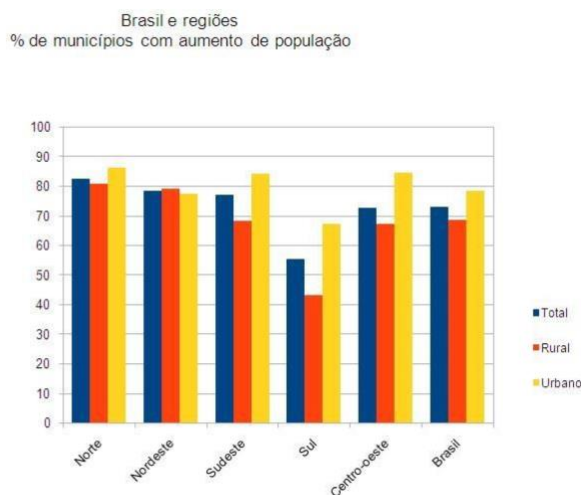
Participação das regiões brasileiras na composição da população total do país

	Municípios					População				
	TOTAL	Rura	%	Urban	%	TOTAL	Rural	%	Urbana	%
Norte	449	310	69	139	30,9	15.864.454	6.276.305	39,5	9.588.149	60,4
Nordeste	1786	1054	59	732	40,9	53.081.950	18.133.103	34,1	34.948.847	65,8
Sudeste	1666	752	45	914	54,8	80.364.410	11.174.012	13,9	69.190.398	86
Sul	1139	552	48,4	587	51,5	27.386.891	6.815.344	24,8	20.571.547	75,1
Centro-Oeste	439	297	67,6	142	32,3	14.058.094	3.944.026	28	10.114.068	71,9
Brasil	5479	2968	54,1	2511	45,8	190.755.799	46.342.790	24	144.413.009	75,7

Como dito, a população brasileira cresceu, em média, 12,34% entre 2000 e 2010. Esse crescimento foi maior nas áreas urbanas, onde a população cresceu em média 13,55%, do que nas áreas rurais, que apresentaram crescimento populacional médio de 8,74%. O gráfico 1.1 mostra que a população aumentou em 72,97% dos 5479 municípios brasileiros na última década. Dos 2511 municípios urbanos (que correspondem a 45,82% do total de municípios do Brasil), 78,22% apresentaram crescimento populacional. Entre os 2968 municípios essencialmente rurais (que correspondem a 54,17% do total de municípios do Brasil), 68,53% apresentaram aumento de sua população. Em 2010, cerca de 67% dos municípios urbanos e 73% dos rurais apresentavam população entre 3.976 e 39.442 habitantes, 12% dos municípios urbanos e 17% dos rurais apresentavam menos de 3.976 habitantes e 20% dos municípios urbanos e apenas 8% dos municípios rurais apresentavam população acima de 39.442 habitantes.

GRÁFICO 1.1

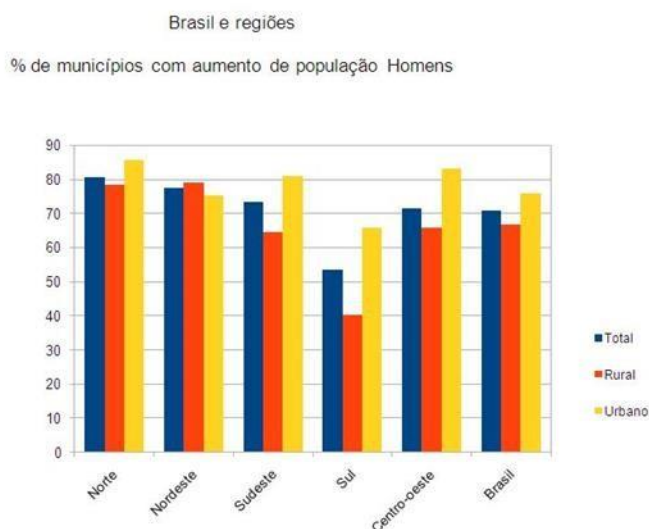
Percentual de municípios com aumento de população (2000/2010)



Entre as cinco regiões brasileiras, o gráfico 1.1 mostra que as regiões que apresentaram maior crescimento populacional no período em questão foram o Norte e o Centro-Oeste, com taxas de crescimento de aproximadamente 23% e 20%, respectivamente. Essas foram as únicas duas regiões que apresentaram taxas de crescimento populacional acima da média nacional. Em seguida, vêm as regiões Nordeste, Sudeste e Sul, com crescimentos de 11,19%, 10,98% e 9,08%, respectivamente. O menor crescimento observado entre a população rural foi o das regiões Sudeste e Sul, com taxas de crescimento de apenas 5,75% e 2,07% respectivamente, bastante abaixo da taxa média nacional.

A **população masculina** representava 48,96% da população total do país em 2010, dos quais 24,93% se encontravam em áreas rurais e 75,06% em áreas urbanas. O crescimento da população masculina foi de 11,76% entre 2000 e 2010, 8,32% em áreas rurais e 12,96% em áreas urbanas. O gráfico 1.2 mostra que 70,94% dos municípios brasileiros apresentaram aumento da população de homens nesse período, 66,68% dos municípios rurais e 75,99% dos municípios urbanos. Em 2010, cerca de 67% dos municípios urbanos e 73% dos rurais apresentavam entre 2.030 e 19.672 habitantes homens em sua população, 12% dos urbanos e 17% dos rurais apresentava população de homens inferior a 2.030, e 20% dos municípios urbanos e apenas 8% dos rurais apresentava população masculina acima de 19.672 habitantes.

GRÁFICO 1.2
Percentual de municípios com aumento de população masculina (2000/2010)

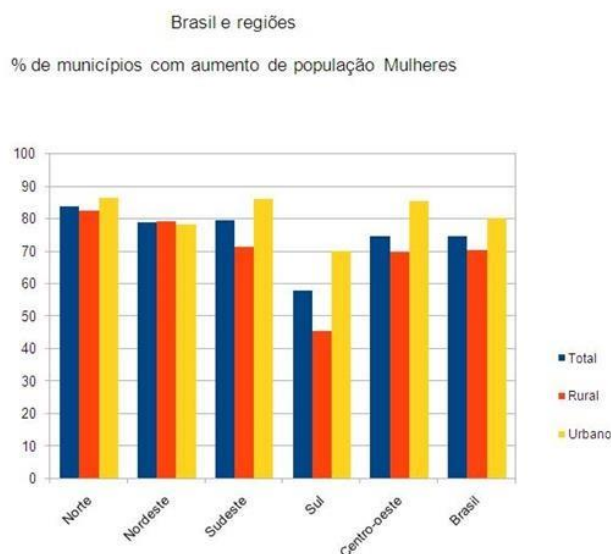


Entre as cinco regiões brasileiras, o gráfico 1.2 mostra que os maiores percentuais de aumento na população masculina se deram, assim como para o total da população, nas regiões Norte e Centro-Oeste, com variações de 22,52% e 20,32% respectivamente. O menor crescimento da população masculina se deu na região Sul, com cerca de 8% de crescimento, apenas. As regiões Nordeste e Sudeste apresentaram crescimento de aproximadamente 10% no período. Em todas as regiões as taxas de crescimento da população rural masculina foram inferiores às urbanas, com exceção da região Norte.

A **população feminina** representava 51,03% da população do país em 2010, dos quais 23,68% estavam nas áreas rurais e 76,31% nas áreas urbanas. O

crescimento da população de mulheres foi de 12,90% entre 2000 e 2010, 9,17% nas áreas rurais e 14,11% nas áreas urbanas. Como mostra o gráfico 1.3, 70,08% dos municípios rurais e 79,85% dos municípios urbanos apresentaram aumento de sua população feminina na última década. Em 2010, cerca de 67% dos municípios urbanos e 73% dos municípios rurais apresentavam população feminina entre 609 e 1943 mulheres. 20% dos municípios urbanos e 8% dos rurais apresentavam populações com mais de 1943 mulheres, e 12% dos urbanos e 17% dos rurais apresentavam menos do que 609 mulheres em sua população.

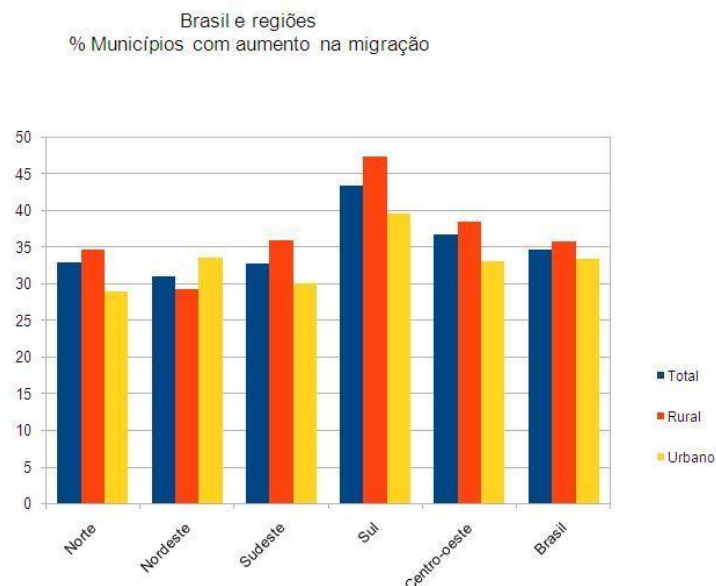
GRÁFICO 1.3
Percentual de municípios com aumento da população feminina (2000/2010)



Olhando para os dados das cinco regiões brasileiras, o gráfico 1.3 mostra que, acompanhando o crescimento da população como um todo, a maior variação na população feminina ocorreu nas regiões Norte e Centro-Oeste, com aumentos de 23,44% e 21,29% entre 2000 e 2010. As menores variações foram observadas pela região Sul, com cerca de 8% de aumento, apenas. As regiões Nordeste e Sudeste apresentaram variação semelhante e próxima a 11% no período observado. Comparando-se os dados do ano de 2000 e do ano de 2010, nota-se que o percentual de mulheres nas áreas rurais reduziu apenas na região Nordeste na última década. Em todas as outras regiões o percentual de população feminina nas áreas rurais aumentou ligeiramente. A região Norte foi a que apresentou maior aumento, de cerca de 2%, e é a que apresentava menor diferença entre o total de população feminina em áreas rurais e urbanas em 2010.

Os dados sobre **migração** mostram que ela reduziu em torno de 17% no Brasil entre 2000 e 2010, aproximadamente 12% entre os municípios rurais e 18% entre os urbanos. 34,71% dos municípios brasileiros apresentaram aumento de seus percentuais de migrantes nesse período, 35,82% dos municípios rurais e 33,41% dos urbanos, como mostra o gráfico 1.4. Em 2010, 77% dos municípios urbanos e 76% dos municípios rurais apresentavam percentuais de migração entre 4% e 14,6%. Apenas 15% dos urbanos e 11% dos rurais apresentavam taxas de migrantes superiores a 14,6%.

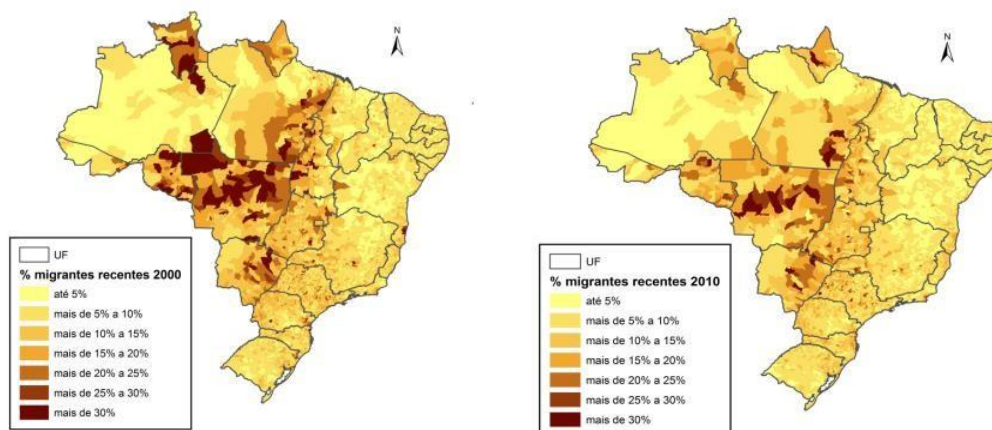
GRÁFICO 1.4
Percentual de municípios com aumento na migração (2000/2010)



O gráfico 1.4 mostra que as regiões Norte e Centro-Oeste foram as que apresentaram a maior redução de seus percentuais de migrantes na última década, com reduções maiores do que 20%. A região Sul foi a que apresentou a menor redução, em torno de 10%. As regiões rurais que mais diminuíram seus percentuais de migrantes foram as do Norte e Nordeste (aproximadamente 21% e 16% respectivamente). Em 2010, as maiores taxas de migração eram, ainda, observadas nas regiões Centro-Oeste, Norte e Sul, com taxas de 12,33, 9,18 e 9,89, respectivamente.

Os mapas 1.1 e 1.2 apresentam a variação nos percentuais de migração entre 2000 e 2010 e mostra que o alto número de migrantes recentes se concentra, apenas, em uma pequena parte do território nacional, destacadamente em manchas de municípios do Norte e Centro-Oeste, que apresentam, em 2010, percentuais acima de 20%.

MAPAS 1.1 e 1.2.
Variação nos percentuais de migrantes recentes (2000/2010)



Síntese da dimensão Demografia

Da apresentação dos dados sobre demografia derivam, pelo menos, três considerações importantes. A primeira delas é o tamanho do rural brasileiro em contraste com o que dizem as estatísticas oficiais. Como dito, a forma arbitrária de classificação oficial dos municípios como rurais ou urbanos no Brasil, sem critérios válidos para o conjunto do país, torna perigosas as tentativas de comparação entre eles e esconde específicos e importantes traços da ruralidade presentes na maior parte dos municípios do país. A tipologia aqui proposta, ao contrário, permite afirmar que o rural brasileiro abrange 2968 municípios que abrigam cerca de um quarto da população brasileira. Em segundo lugar, os dados mostram que, embora a população brasileira continue concentrada nas regiões Sul e Sudeste, que juntas representam mais de 50% da população do país, o aumento populacional vem sendo maior nas regiões Norte e Centro-Oeste, com uma aparente redução do crescimento acentuado do Sudeste característico de momentos anteriores da história do país. Em terceiro lugar, os dados chamam a atenção para um arrefecimento dos fluxos migratórios na maior parte do território brasileiro, o que pode indicar uma redução do êxodo e dos processos de metropolização anteriormente em marcha, e sua substituição pelo crescimento de cidades médias e pelo surgimento de novos polos interioranos no país.

2

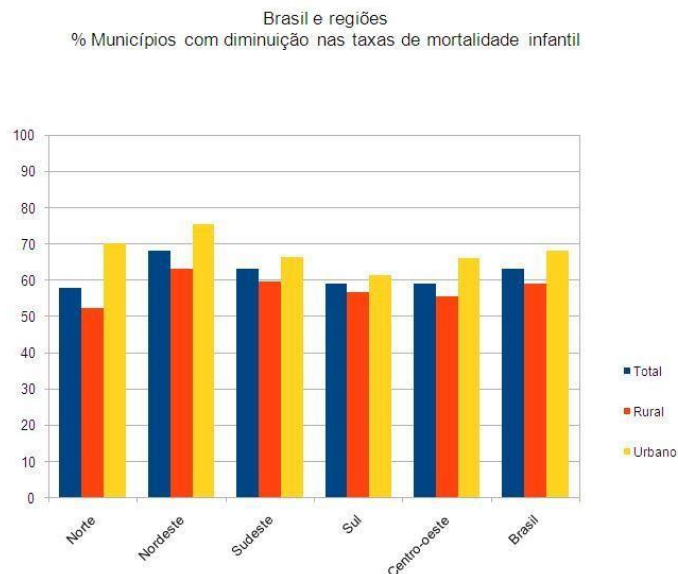
Saúde, educação e segurança

Esta seção apresenta e discute os dados relativos às dimensões de saúde, educação e segurança, através de um conjunto de oito indicadores: mortalidade infantil (que mede a quantidade de óbitos infantis para cada 1000 nascidos vivos), desnutrição infantil (percentual de crianças com até 2 anos consideradas desnutridas sobre a quantidade de crianças de até 2 anos), acesso a fontes melhoradas de água e saneamento (em percentual de domicílios com acesso), média de médicos por habitantes (número total de médicos para cada 10.000 habitantes), analfabetismo (percentual de pessoas analfabetas com 15 anos ou mais), taxa líquida de matrícula no ensino fundamental (pessoas entre 7 e 14 anos matriculadas nesse nível de ensino), taxa líquida de matrícula no ensino médio (pessoas entre 15 e 17 anos matriculadas nesse nível de ensino) e taxa de pessoas com 18 anos ou mais com ensino médio completo. Os dados são apresentados, em sua maioria, para os anos de 2000 e 2010 (com exceção do indicador de taxa de médicos, apresentado para os anos de 2005 e 2010) e extraídos do Censo Demográfico de 2000 e de 2010, do DataSUS e do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil (CNES/Ministério da Saúde). Como será visto adiante, os dados analisados mostram, em geral, uma melhora generalizada do conjunto das regiões e municípios do Brasil nas dimensões de saúde e educação na última década, porém com a permanência de diferenças importantes entre os desempenhos recentes nas áreas rurais e urbanas e entre as diferentes regiões do país.

Os dados sobre a **mortalidade infantil** mostram que o Brasil apresentou uma redução média de 34,39% na quantidade de óbitos infantis para cada 1000 nascidos vivos entre 2000 e 2010, com redução um pouco maior nas áreas urbanas (35,48%) do que nas rurais (31,30%). A melhora nesse indicador se deu em 59,13% dos municípios rurais e 68,10% dos municípios urbanos no período, como mostra o gráfico 2.1. Em 2010, 57% dos municípios urbanos e 52% dos rurais apresentavam entre 8,64 e 27,88 óbitos infantis para cada 1000 nascidos vivos, e cerca de 33% dos municípios urbanos e rurais apresentavam as menores taxas observadas, abaixo de 8,64 óbitos para cada 1000 nascidos vivos. Ainda assim, o desempenho nesse indicador em 2010 era melhor nas áreas urbanas do que nas rurais.

GRÁFICO 2.1

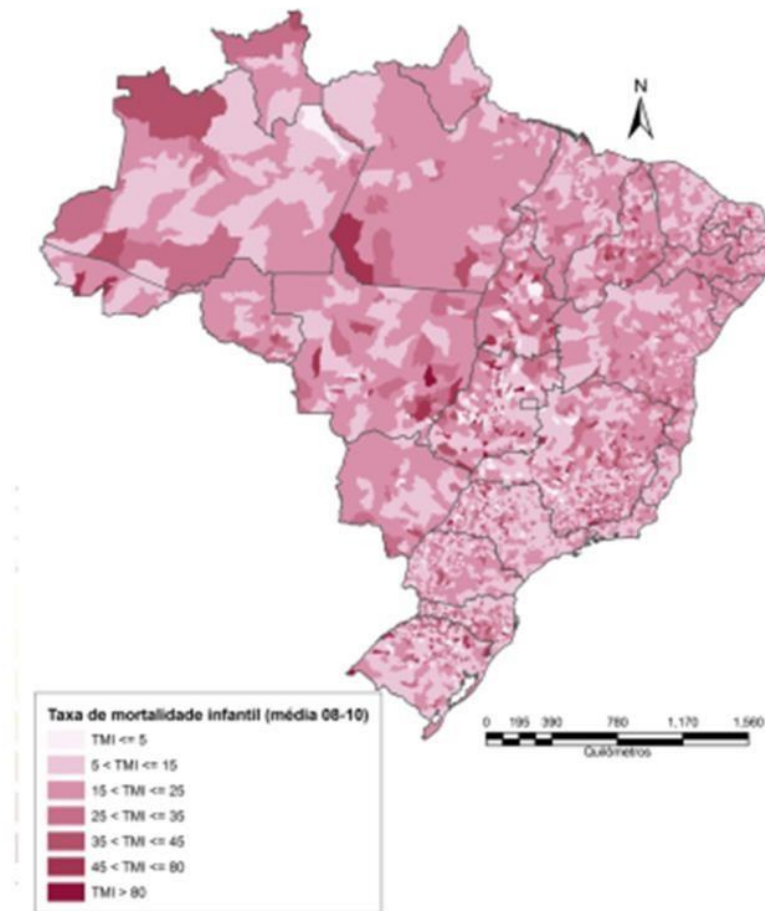
Percentual de municípios com diminuição da mortalidade infantil (2000/2010)



Olhando para as diferentes regiões brasileiras, o gráfico 2.1 mostra que o maior percentual de redução da mortalidade infantil foi o apresentado pela região Nordeste, que com diminuição de 40,98%, foi a única região do país a apresentar redução acima da média nacional. O menor percentual de redução foi o da região Centro-Oeste que, com redução de 24,69%, apresentou a menor redução do país. Juntamente com a região Norte, essas foram as regiões que apresentaram os menores percentuais de redução no período em questão. Ainda que a região Nordeste tenha apresentado a maior taxa de redução no período, em 2010 ela ainda apresentava, juntamente com a região Norte, os maiores percentuais de mortalidade infantil do país, com 17,23 e 15,57 óbitos a cada 1000 nascidos vivos, respectivamente. A melhor situação em 2010 era a da região Sul, com cerca de apenas 11 óbitos em cada 1000 nascidos vivos.

Assim como sugerem os dados apresentados, o mapa 1.1 mostra a persistência de manchas de municípios com taxas mais altas de mortalidade infantil – acima de 15 óbitos para cada 1000 nascidos vivos - nas regiões Norte e Nordeste do que nas regiões Sul e Sudeste, ainda que as primeiras tenham apresentado maiores avanços na última década.

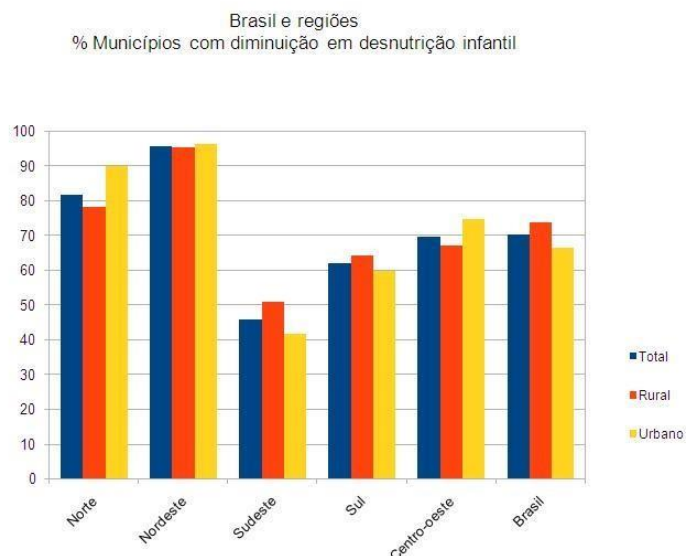
MAPA 2.1
Taxa de mortalidade infantil em 2010



Os dados apontam uma redução de cerca de 80% da **desnutrição infantil** no país na última década, 78,81% nas áreas rurais e 82,74% nas áreas urbanas. Essa redução ocorreu em cerca de 73,52% dos municípios rurais e 66,31% dos municípios urbanos, como mostra o gráfico 2.2. Assim como no caso da mortalidade infantil, em 2010, as regiões rurais eram as que apresentavam os maiores índices de desnutrição infantil. Em 2010, pouco mais da metade dos municípios do país (55% dos urbanos e 57% dos rurais) apresentava taxas de desnutrição entre 0,003 e 0,04 e 36% dos urbanos e 24% dos rurais apresentavam os melhores desempenhos, com taxas abaixo de 0,003 de crianças desnutridas com até 2 anos sobre o total de crianças de até 2 anos. Nas piores faixas de desempenho nesse indicador, acima de 0,04, encontravam-se, ainda em 2010, 8% dos municípios urbanos e 16% dos municípios rurais.

GRÁFICO 2.2

Percentual de municípios com diminuição da desnutrição infantil (2000/2010)

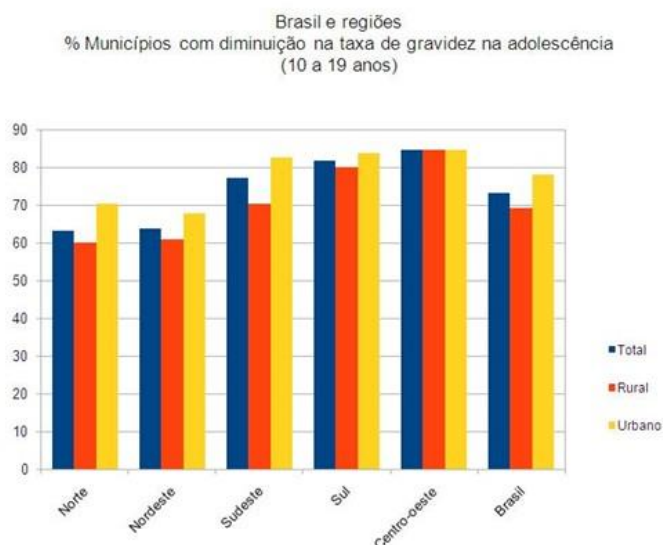


O gráfico 2.2 mostra que entre as regiões brasileiras, o melhor desempenho entre 2000 e 2010 foi observado nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, todos com redução da desnutrição infantil superior a 80%. A menor variação foi observada pela região Sudeste, com redução de cerca de 64% no período. Essa era a região com menor percentual de desnutrição infantil em 2010, juntamente com as regiões Sul e Centro-Oeste, todas com taxas inferiores a 1%. Já as regiões Norte e Nordeste, apesar de terem apresentado os maiores percentuais de redução, apresentavam situação pior em 2010 do que o restante do país, com percentuais mais do que duas vezes maiores que os percentuais das outras regiões (1,38% e 2,88%, respectivamente).

Seguindo o bom desempenho dos indicadores apresentados, a taxa de **gravidez na adolescência** reduziu cerca de 23% no Brasil entre 2000 e 2010, 15,29% em áreas rurais e 26,68% em áreas urbanas. Cerca de 73% dos municípios brasileiros apresentaram redução em seus percentuais de grávidas adolescentes, 69,10% dos municípios rurais e 77,98% dos municípios urbanos, como mostra o gráfico 2.3. Em 2010, 73% dos municípios urbanos e 69% dos rurais se situavam na faixa entre 20,06 e 45,90 grávidas adolescentes para cada 1000 mulheres grávidas, e 12% dos municípios urbanos e 17% dos rurais apresentavam, ainda, taxas maiores do que 45,90 a cada 1000 mulheres grávidas. Taxas menores do que 20,06 foram observadas apenas por 14% dos municípios urbanos e 12% dos rurais. Nota-se que as taxas de grávidas adolescentes são, ainda em 2010, maiores nas regiões rurais do que urbanas em todas as regiões do país, e é justamente nessas regiões que a redução foi menor no período observado.

GRÁFICO 2.3

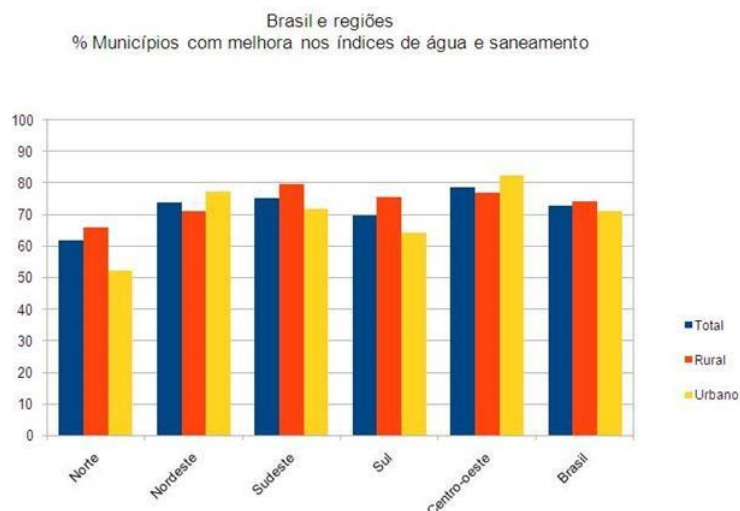
Percentual de municípios com diminuição da gravidez na adolescência (2000/2010)



Entre as regiões brasileiras, o gráfico 2.3 mostra que as maiores reduções no período foram observadas no Centro-Oeste, Sul e Sudeste, com variações de -32,32, -29,54% e -28,34% respectivamente. As regiões onde a taxa de grávidas adolescentes menos reduziu foram Norte e Nordeste, com diminuição de apenas cerca de 17%. São essas também, as regiões com pior desempenho nesse indicador em 2010, com taxas de grávidas adolescentes de 48,04 e 36,07 a cada 1000 mulheres grávidas, respectivamente, enquanto nas outras regiões do país esse número não ultrapassa 35.

Diferentemente da grande melhora observada pelo conjunto do país em relação aos três indicadores de saúde apresentados, o percentual de domicílios com **acesso a fontes melhoradas de água e saneamento** reduziu 4,80% no Brasil na última década, 14,44% em áreas rurais e 2,94% em áreas urbanas. Ainda assim, alguma melhora no percentual de domicílios com acesso foi observada por cerca de 72% dos municípios brasileiros, 74,26% dos municípios rurais e 71,17% dos municípios urbanos, como mostra o gráfico 2.4. Porém, em 2010, apenas 31% dos municípios urbanos e 14% dos rurais apresentavam acima de 70% de seus domicílios com acesso a fontes melhoradas de água e saneamento. A maioria dos municípios brasileiros (52% dos municípios urbanos e 57% dos rurais) apresentavam percentuais entre 9% e 70%, e 15% dos urbanos e 28% dos rurais apresentavam, ainda, percentuais abaixo de 9% de domicílios com acesso a fontes melhoradas.

GRÁFICO 2.4.
Percentual de municípios com melhora no acesso a fontes melhoradas de água e saneamento (2000/2010)

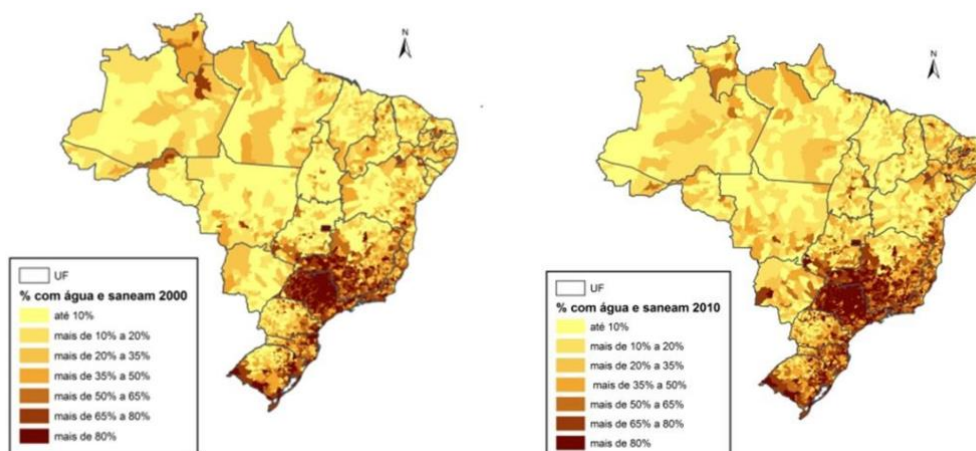


O indicador de acesso à água e saneamento no Brasil apresenta uma clara diferenciação entre os bons desempenhos das regiões Sudeste e Sul, a primeira com o alto índice de 82% dos domicílios com acesso em 2010 e a segunda com 63% (ambas acima da média nacional de 61% de domicílios com acesso por município), e o baixo desempenho das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com apenas 35%, 37% e 40% de seus domicílios com acesso a fontes melhoradas de água e saneamento em 2010, respectivamente. Nota-se que em todas as regiões do país, com exceção da região Norte, o percentual de domicílios com acesso caiu na última década. Mesmo na região Norte, o bom desempenho em termos da variação positiva do acesso teve expressão apenas em suas áreas urbanas, que apresentaram crescimento de 19,71% no número de domicílios com acesso, tendo as áreas rurais apresentado queda de 9,47% no período. O gráfico 2.4 mostra que desempenhos sofríveis nesse indicador em 2010 foram observados entre os municípios rurais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com apenas 12,92%, 18,76% e 15,99% de domicílios com acesso, respectivamente, o que aponta para a persistência de diferenças importantes entre áreas rurais e urbanas e para o descompasso entre o crescimento acentuado da população e do número de domicílios nessas regiões e o aumento da estrutura de acesso a fontes melhoradas de água e saneamento na última década.

Os mapas 2.2 e 2.3 mostram a melhora pouco expressiva desse indicador entre 2000 e 2010, e mostram que a maior parte do território brasileiro se situa, ainda, na faixa até 20% de domicílios com acesso a fontes melhoradas de água e saneamento em 2010. Os melhores desempenhos continuam concentrados nas regiões Sudeste e Sul, com pouca alteração nos últimos 10 anos.

MAPAS 2.2 e 2.3

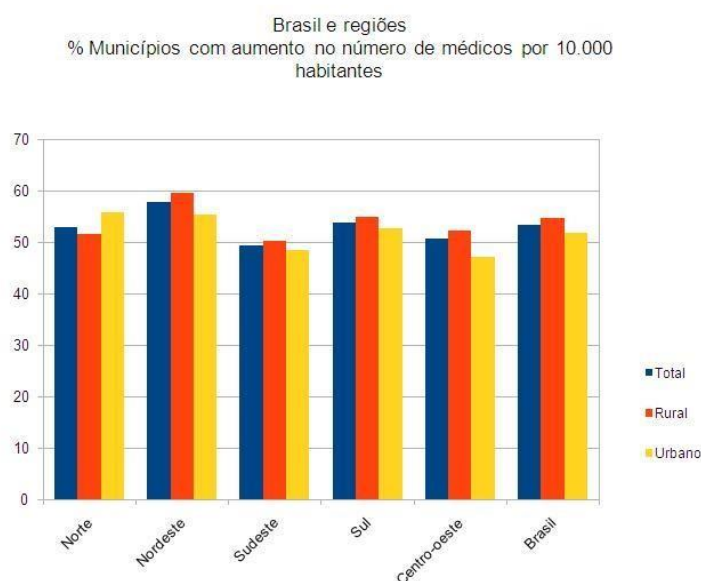
Variação do percentual de domicílios com acesso a fontes melhoradas de água e saneamento (2000/2010)



Em geral, a média de **médicos por 10000 habitantes** aumentou em torno de 18% no Brasil, 15,50% em áreas rurais e 17,86% em áreas urbanas entre 2005 e 2010. A melhora nesse indicador ocorreu em 54,72% dos municípios rurais e em 51,81% dos municípios urbanos, como mostra o gráfico 2.5. Em 2010, 23% dos municípios rurais e 17% dos municípios urbanos apresentavam menos do que 2,53 médicos para cada 10000 habitantes. Cerca de 61% dos municípios urbanos e 65% dos rurais apresentavam entre 2,53 e 10,91 médicos para cada 10000 habitantes, e 20% dos municípios urbanos e apenas 10% dos municípios rurais, aproximadamente, apresentavam mais do que 10,91 médicos para cada 10000 habitantes, com os melhores desempenhos do país.

GRÁFICO 2.5

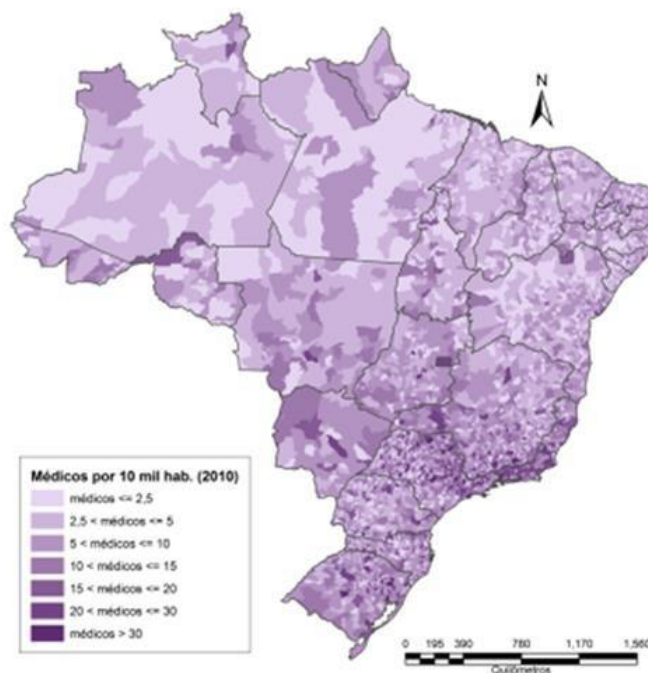
Percentual de municípios com aumento no número de médicos por 10.000 habitantes (2000/2010)



O gráfico 2.5 mostra que a maior variação foi observada nas regiões Sudeste e Sul, que apresentaram aumentos de 20,46% e 18,46% no período, respectivamente. As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste tiveram aumentos de pouco mais de 15% no número de médicos e, em 2010 eram as que apresentavam a pior situação do país. Suas áreas rurais contavam em 2010, com menos do que 5 médicos para cada 10000 habitantes, taxa menor que a média nacional para regiões rurais, que era de 6,86. Em seguida vem a região Centro-Oeste, com média de 7 médicos para cada 10000 habitantes em suas regiões rurais e de 14 em suas áreas urbanas, também abaixo da média nacional. As regiões Sudeste e Sul apresentavam um melhor retrato em 2010, com médias de 10 e 9 médicos para cada 10000 habitantes em suas áreas rurais, respectivamente, e de 20 e 18 médicos para cada 10000 habitantes em suas regiões urbanas.

O mapa 2.4 mostra a permanência, assim como visto no caso da mortalidade e desnutrição infantil, de diferenças importantes nesse indicador entre manchas de municípios nas regiões Norte e Nordeste, por um lado, e Sul, Sudeste e Centro-Oeste por outro em 2010.

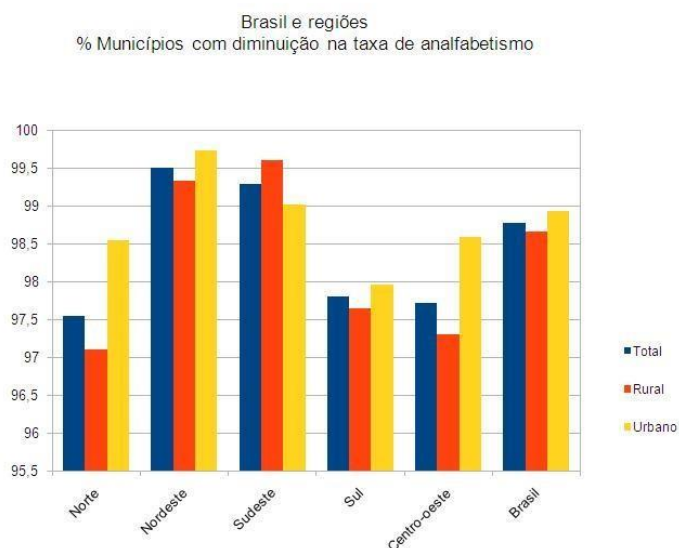
MAPA 2.4
Taxa de médicos por 10.000 habitantes em 2010



As melhoras observadas em relação aos indicadores de saúde foram, também, observadas no desempenho da maior parte dos indicadores de educação no Brasil da última década. Em 2010, 90,28% da população brasileira se encontrava alfabetizada. Nas áreas rurais, esse percentual era um pouco inferior (83%) do que nas áreas urbanas (92%). O crescimento dos alfabetizados na última década foi de 4,64% no Brasil, 7,57% nas áreas rurais e 3,78% nas áreas urbanas, e melhoras nesse indicador foram apresentadas

por 98,78% dos municípios brasileiros, como mostra o gráfico 2.6. Porém, em 2010, 17% dos municípios urbanos e 24% dos municípios rurais ainda apresentavam percentuais de **analfabetismo** acima de 26,1%. 57% dos municípios urbanos e 65% dos rurais encontravam-se na faixa média entre 6,6% e 26,1% de população analfabeta e 25% dos municípios urbanos e apenas 10% dos municípios rurais apresentavam percentuais abaixo de 6,6%, o que denota uma permanência de diferenças importantes entre as áreas rurais e urbanas.

GRÁFICO 2.7
Percentual de municípios com diminuição na taxa de analfabetismo (2000/2010)

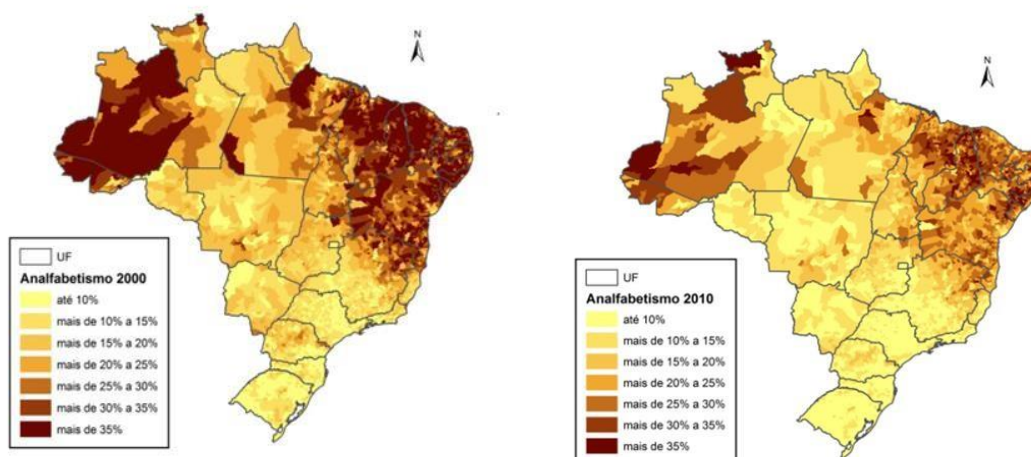


Em relação ao desempenho das cinco regiões brasileiras, o gráfico 2.7 mostra que os piores cenários ainda se apresentavam nas regiões Norte e Nordeste em 2010, com total de alfabetizados de 88% e 80% respectivamente, ainda que elas tenham apresentado aumentos de 6,16% e 9,67% no percentual de pessoas alfabetizadas entre 2000 e 2010, as maiores variações do país. Os menores aumentos no período foram observados nas regiões Sudeste e Sul (cerca de apenas 2%), que apresentavam em 2010 percentuais acima de 90% de sua população alfabetizada.

Os mapas 2.5 e 2.6 mostram a importante redução do analfabetismo na última década, mas com importantes expressões ainda nas regiões Norte e Nordeste, que apresentavam manchas de municípios com percentuais superiores a 35% de população analfabeta ainda em 2010. O mapa 2.7 mostra, como dito, a maior redução na taxa de analfabetismo entre os municípios do Norte e Nordeste entre 2000 e 2010, com importantes manchas de municípios que apresentaram redução acima de 5%, e pequenas manchas de municípios nas regiões Norte e Centro-Oeste que apresentaram aumento em suas taxas de analfabetismo entre 2000 e 2010.

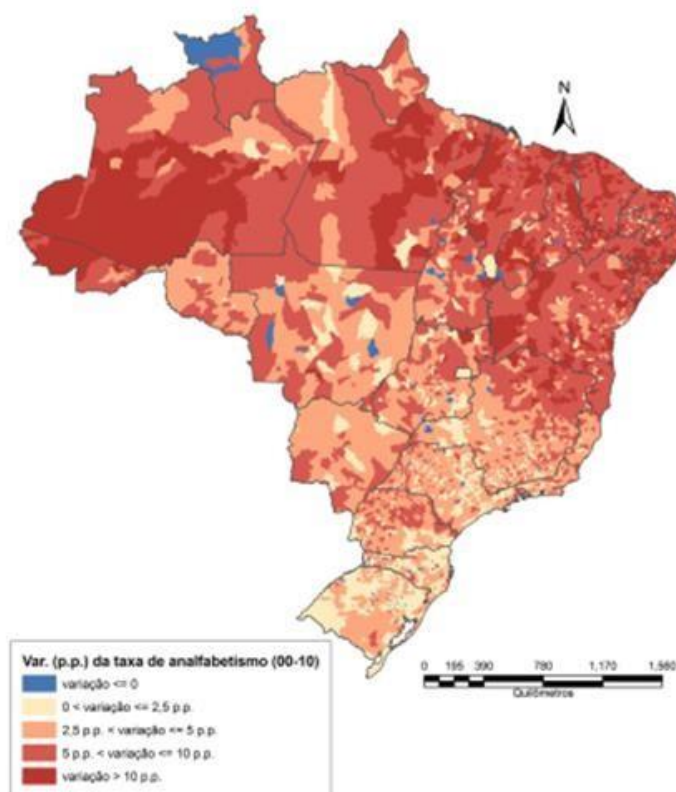
MAPAS 2.5 e 2.6

Variação das taxas de analfabetismo no Brasil (2000/2010)



MAPA 2.7

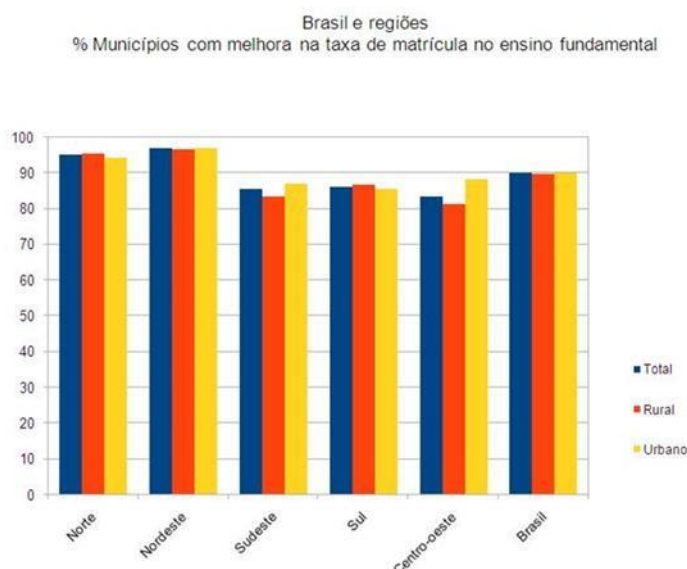
Variação do analfabetismo no Brasil entre 2000 e 2010



As **matrículas no ensino fundamental** encontravam-se praticamente universalizadas no Brasil em 2010. Com aumento de quase 10% na última década, o país atingiu médias nacionais de 98% de matrículas de pessoas entre 7 e 14 anos nesse nível de ensino. O aumento na taxa de matrícula no ensino fundamental ocorreu em 89,83% dos municípios do Brasil, como mostra o gráfico 2.7. A maior variação foi observada nas áreas rurais, com 12,51% de aumento das matrículas, enquanto a variação nas áreas urbanas foi de 8,66%. Em geral esse indicador cresceu mais em áreas rurais do que urbanas, mas os

municípios rurais ainda apresentavam os índices mais baixos de matrículas no ensino fundamental em 2010 (em média 97,62%). Em 2010, 76% dos municípios urbanos e 70% dos rurais apresentavam entre 80,5% e 92,9% de matrículas no ensino fundamental, e apenas 15% dos municípios rurais e 12% dos urbanos apresentavam percentuais abaixo de 80%.

GRÁFICO 2.7
Percentual de municípios com aumento na taxa de matrícula no ensino fundamental (2000/2010)



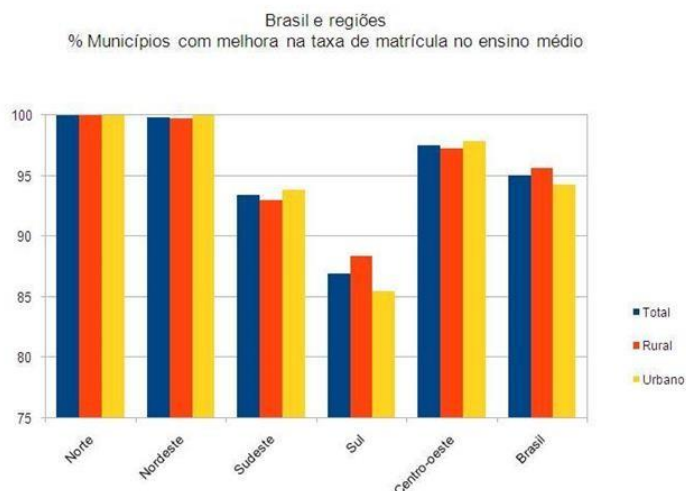
O gráfico 2.7 mostra que a menor variação do país foi observada na região Centro-Oeste, que teve aumento de apenas 7% no período, percentual de variação abaixo da média nacional. As áreas rurais do Nordeste e do Norte foram as que apresentaram a maior variação observada, com aumento de aproximadamente 15% nas matrículas no ensino fundamental. Ainda assim, nas áreas rurais da região Norte, o percentual de matrículas no ensino fundamental, ainda era, como no ano 2010, inferior aos percentuais observados no restante do país, com 93,63% de matrículas.

Diferentemente do que mostram os dados sobre a universalização das matrículas no ensino fundamental, o ensino médio ainda se apresenta como um importante gargalo educacional no Brasil, com expressões espacialmente diversas. A média brasileira para a **taxa de matriculados no ensino médio** era de pouco menos de metade (49,71%) em 2010, ainda que sua média de crescimento tenha sido de 44% na última década. Esse indicador apresenta, em geral, melhor desempenho em áreas urbanas do que em áreas rurais, ainda que as áreas rurais tenham apresentado maior crescimento da taxa de matrículas que as regiões urbanas (em média 83,55%, contra 34,94% nas áreas urbanas).

O gráfico 2.8 mostra que 95,69% dos municípios rurais e 94,27% dos urbanos apresentaram aumento no percentual de jovens entre 15 e 19 anos matriculados no ensino médio entre 2000 e 2010. A maior parte dos municípios (65% dos urbanos e dos rurais) apresentavam, em 2010, percentuais de

matrícula no ensino médio entre 33,3% e 60,4%. Apenas 18% dos municípios urbanos e 15% dos rurais apresentavam percentuais acima de 60% de matrículas, e 15% dos municípios urbanos e 18% dos rurais ainda apresentavam percentuais abaixo de 33%.

GRÁFICO 2.8
Percentual de municípios com aumento na taxa de matrícula no ensino médio (2000/2010)

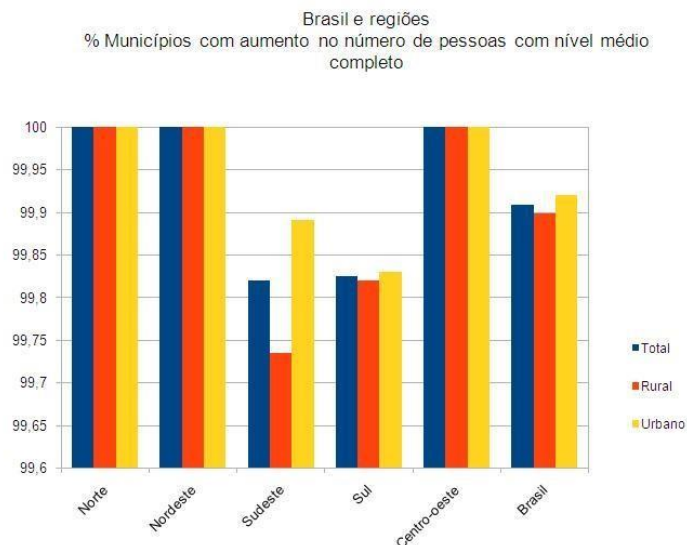


As regiões Norte e Nordeste foram as que apresentaram maior aumento de matrículas no ensino médio no período, com percentuais de variação acima de 100%, porém elas ainda apresentavam os piores desempenhos em 2010 (com percentuais abaixo de 40%), seguidas pelas áreas rurais do Centro-Oeste, com 49,38% de matrículas em 2010 e crescimento de apenas 75,33% no período observado, como mostra o gráfico 2.8. O melhor desempenho foi o da região Sudeste, com 57% de matriculados no ensino médio em 2010 (54% nas áreas rurais e 58% nas áreas urbanas). A única região em que as áreas rurais apresentaram taxas ligeiramente maiores que as urbanas em matrículas nesse nível de ensino foi a região Sul, com percentuais de 54% e 53% respectivamente.

O percentual de pessoas com 18 anos ou mais com **ensino médio completo** aumentou em média 56% no Brasil entre 2000 e 2010, 85,86% em áreas rurais e 51,16% em áreas urbanas, e melhoras nesse indicador foram observadas em 99,91% dos municípios brasileiros, como mostra o gráfico 2.9. Porém, em 2010, apenas 24% dos municípios urbanos e 8% dos municípios rurais apresentavam percentuais acima de 33% de sua população de 18 anos ou mais com ensino médio completo (os mais altos do país). A maior parte dos municípios brasileiros (62% dos municípios urbanos e 74% dos municípios rurais) apresentava percentuais entre 16,1% e 33,5%, e 12% dos municípios urbanos e 17% rurais apresentavam, ainda percentuais abaixo de 16,1% da população com mais de 18 anos e nível médio completo.

GRÁFICO 2.9

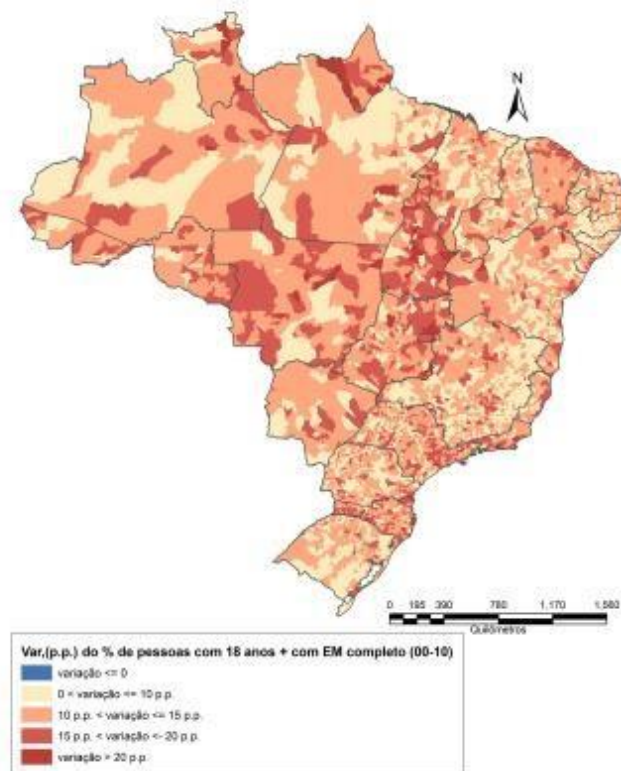
Percentual de municípios com aumento do número de pessoas com ensino médio completo (2000/2010)



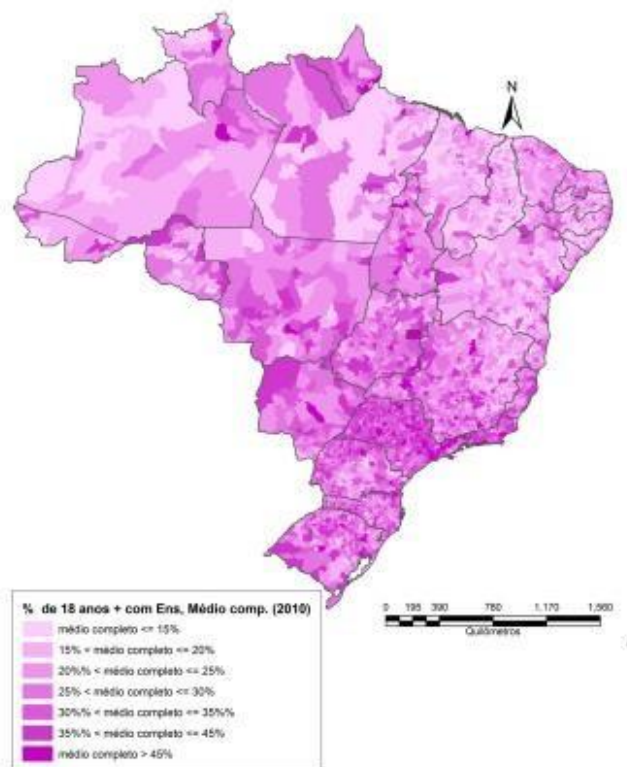
Entre as regiões brasileiras, os maiores percentuais de aumento foram observados nas regiões Norte e Nordeste, com variações acima de 77% entre 2000 e 2010, e acima de 100% em suas áreas rurais, como mostrado no gráfico 2.9. Porém, essas regiões ainda apresentavam, em 2010, os menores percentuais de pessoas acima de 18 anos com nível médio completo, principalmente em suas áreas rurais, com percentuais pouco maiores do que 20%, enquanto esse percentual era de cerca de 30% nas áreas rurais das outras regiões do país.

Ainda que tenha havido avanços recentes, os percentuais de pessoas com nível médio completo ainda são baixos no Brasil. Para a variação entre 2000 e 2010, o mapa 2.8 mostra que os maiores aumentos foram observados na região Centro-Oeste e em manchas de municípios do Norte e Nordeste, com variações acima de 15%, e mostra que a maior parte do território brasileiro apresentou variação entre 10% e 15%. Ainda assim, o mapa 2.9 mostra a permanência, em 2010, de importantes áreas com taxas abaixo de 25% de pessoas com ensino médio completo, principalmente nas regiões Norte e Nordeste.

MAPA 2.8
Variação de pessoas com ensino médio completo no Brasil entre 2000 e 2010

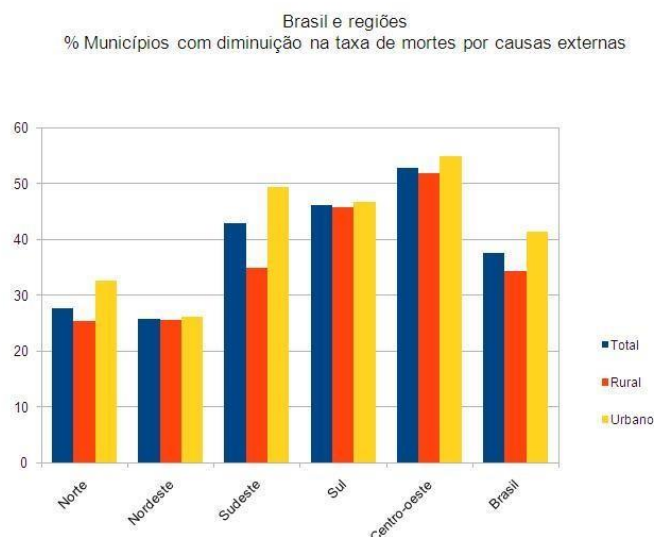


MAPA 2.9
Percentual de pessoas com nível médio completo em 2010



Diferentemente das melhoras gerais observadas nos indicadores de saúde e educação, a **taxa de mortes por causas externas** cresceu 1,84% no Brasil na última década, tendo reduzido em média 3,06% em áreas urbanas, e aumentado em média 26,02% em áreas rurais. O gráfico 2.10 mostra que apenas 37,51% dos municípios brasileiros apresentaram redução de seus percentuais de mortes por causas externas entre 2000 e 2010, 41,30% dos municípios urbanos e 34,30% dos municípios rurais. Em 2010, cerca de 69% dos municípios urbanos e 64% dos rurais apresentava taxas de mortes por causa externas entre 0,07 e 0,19 e 13% dos municípios urbanos e 14% dos rurais apresentavam taxas acima de 0,19. Nas melhores faixas, abaixo de 0,07, encontravam-se por volta de 16% dos municípios urbanos e 20% dos rurais.

GRÁFICO 2.10
Percentual de municípios com diminuição na taxa de mortes por causas externas (2000/2010)



O gráfico 2.10 mostra que a diminuição da taxa de mortes por causas externas foi observada na região Centro-Oeste, (que apresentou 2,73% de redução) e, de forma bastante mais expressiva, nas regiões urbanas do Sudeste, com cerca de 22% de redução entre 2000 e 2010. O menor percentual de aumento foi o da região Sul, que apresentou variação de cerca de 6%. Aumentos acentuados foram observados entre os municípios das regiões Norte e Nordeste, com cerca de 39% e 32% de aumento no período. Em 2010, o pior desempenho observado foi o das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que apresentaram, respectivamente, taxas de 18,91%, 14,99% e 16,55% de mortes por causas externas, todas acima da média do país. Apenas na região Norte, as taxas observadas nas regiões rurais eram maiores do que nas áreas urbanas em 2010 (19,26% e 18,73%). Os menores percentuais foram os apresentados pelas regiões Sudeste e Sul, com taxas de cerca de 10% e 11% em 2010, respectivamente.

Síntese das dimensões Saúde, educação e segurança

Os dados apresentados mostram uma melhoria generalizada de quase todos

os indicadores de saúde e educação no Brasil da última década, com duas exceções importantes. A primeira delas é o indicador de acesso a fontes melhoradas de água e saneamento, que ficou praticamente estagnado durante o período em análise e apresentou pioras em uma grande quantidade de municípios brasileiros nos últimos anos. A segunda corresponde aos indicadores referentes ao ensino médio brasileiro que, diferentemente do ensino fundamental que se encontra praticamente universalizado, representa, ainda, um importante gargalo educacional no país.

Do ponto de vista do desempenho das áreas rurais e urbanas, os dados chamam a atenção para o fato de que, por mais que as melhoras tenham acontecido na maior parte dos municípios, continuam existindo importantes contrastes entre os desempenhos rurais e urbanos. No caso dos indicadores de saúde, em geral as melhoras mais expressivas foram observadas pelas áreas urbanas, que já apresentavam desempenhos superiores ao das áreas rurais e assim se mantiveram. Em relação aos indicadores de educação, as maiores variações foram observadas entre as áreas rurais, porém observa-se a persistência dos piores desempenhos ainda entre essas áreas em 2010. De todos os indicadores apresentados, as áreas urbanas só apresentam piores desempenhos que as rurais no caso da segurança. Porém, como visto, a violência vem aumentando expressivamente nos municípios rurais, e regredindo entre os urbanos nos últimos anos.

Da mesma forma, quando se olha para o desempenho das diferentes regiões brasileiras, nota-se a persistência de contrastes entre as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e o restante do país, ainda que as maiores variações positivas para o conjunto dos indicadores apresentados tenham sido, em geral, observadas pelo Norte e Nordeste, justamente as regiões que apresentavam, ainda, os piores cenários em 2010. Em geral, o pior desempenho em termos de melhoras desses indicadores nos últimos anos foi o da região Centro-Oeste, com especial atenção para os indicadores de educação. Diferentemente das regiões Norte e Nordeste, que, apesar de continuarem apresentando os piores desempenhos, vêm melhorando de forma importante, o Centro-Oeste apresentava desempenhos ruins em 2000, e apresentou melhoras menos significativas no período observado.

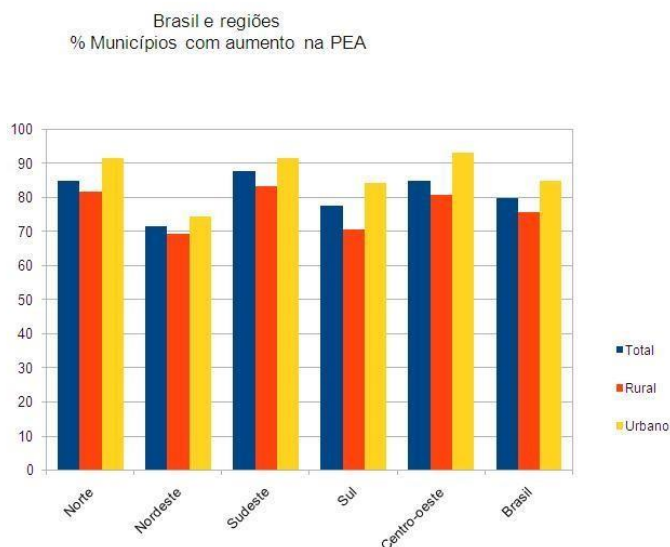
3

Dinamismo econômico e emprego

Nesta seção são apresentados e discutidos os dados referentes à dimensão de dinamismo econômico e empregos, através da análise de um conjunto de sete indicadores: PEA – população economicamente ativa (número de pessoas com mais de 10 anos ocupadas e desocupadas), taxa líquida de participação (razão entre a População Economicamente Ativa e a População em Idade Ativa), taxa de desemprego (taxa de desempregados em relação à População Economicamente Ativa), emprego em setores primários e não primários (percentual de ocupados na agropecuária e pesca, serviço e indústria sobre o total de ocupados), taxa de trabalhadores formais (sobre o total de ocupados), PIB setorial (participação do PIB de cada um dos setores da economia na composição total do PIB) e dependência do governo federal. Os dados são apresentados para os anos de 2000 e 2010 e extraídos, em sua maioria, do Censo Demográfico brasileiro.

A **População Economicamente Ativa (PEA)**, indicador que mede o número de pessoas com mais de 10 anos de idade ocupadas e desocupadas, cresceu em média 20,70% no Brasil entre 2000 e 2010, menos em regiões rurais (15,97%) do que urbanas (22,14%), e foi observado por 75,54% dos municípios rurais e 84,87% dos municípios urbanos na última década, como mostra o gráfico 3.1. Em 2010, apenas 8% dos municípios rurais e 19% dos urbanos apresentavam PEA acima da média do país, com mais de 18335 pessoas. Entre 1788 e 18335 pessoas, encontravam-se as populações economicamente ativas de 68% dos municípios urbanos e 73% dos municípios rurais, e abaixo de 1788 pessoas, encontravam-se as populações economicamente ativas de 10% dos municípios urbanos e 18% dos municípios rurais.

GRÁFICO 3.1
Percentual de municípios com aumento na PEA (2000/2010)



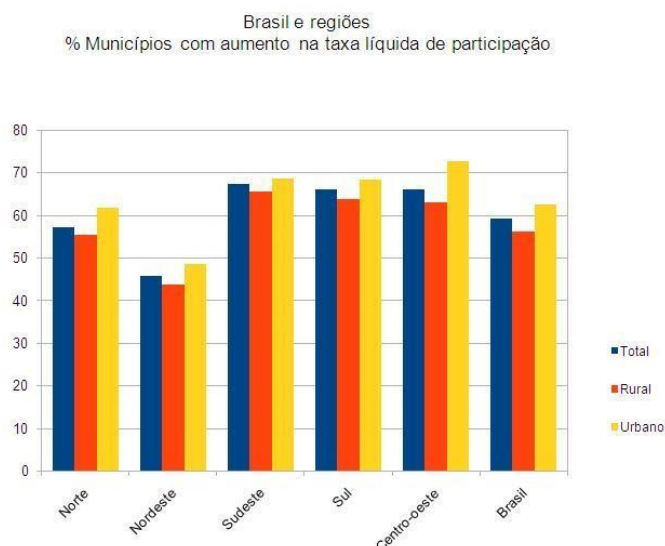
As maiores variações nesse período foram observadas nas regiões Norte

(onde a variação das áreas rurais e urbanas foi de 31% e 35,47%, respectivamente), e Centro-Oeste, com variações de 23,09% e 36,56% em suas áreas rurais e urbanas. O gráfico 3.1 mostra que em 2010, as maiores taxas de PEA eram observadas nas regiões com maiores concentrações populacionais do país, as regiões Sudeste e Nordeste, com populações economicamente ativas de 41.221.648 e 23.106.935 pessoas respectivamente.

A **taxa líquida de participação**, que expressa a razão entre a população economicamente ativa e a população em idade ativa do país (PEA/PIA), cresceu em média 2,02% no Brasil entre 2000 e 2010, 0,76% em áreas rurais e 2,34% em áreas urbanas. O aumento na taxa líquida de participação ocorreu em aproximadamente 62% dos municípios urbanos e em 56% dos rurais no período observado, de acordo com o gráfico 3.2. Em 2010, cerca de 17% dos municípios rurais brasileiros e 12% dos urbanos situavam-se em faixas com taxas de participação abaixo de 46%, 72% dos municípios urbanos e 69% dos rurais apresentavam taxas líquidas de participação entre 46% e 64%, e apenas 13% dos urbanos e 11% dos rurais apresentavam percentuais acima de 64%.

GRÁFICO 3.2

Percentual de municípios com aumento na taxa líquida de participação (2000/2010)

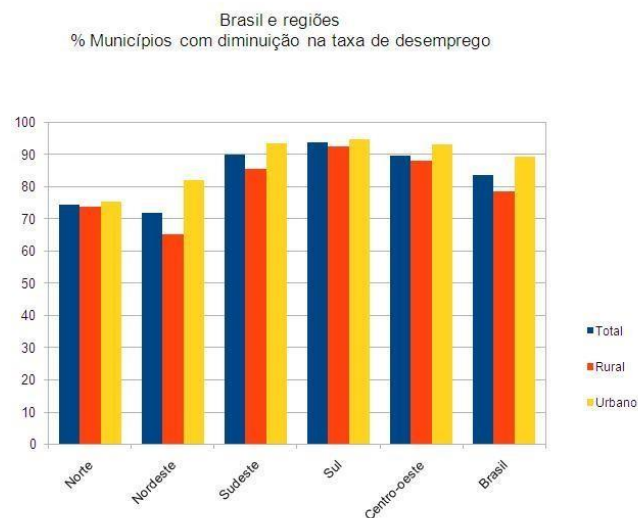


Olhando para as cinco regiões brasileiras, nota-se que o pior desempenho foi o das regiões rurais do Nordeste, que apresentaram diminuição de 2,21% na taxa líquida de participação como mostra o gráfico 3.2. O melhor desempenho foi observado na região Centro-Oeste, que apresentou aumento de 4,32%. O Sudeste foi a única região que apresentou maior percentual de aumento da taxa de participação nas áreas rurais do que nas áreas urbanas no período observado. Em 2010, as maiores taxas de participação se encontravam nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, com taxas de 63,09, 59,29 e 62,04 respectivamente, enquanto as taxas do Norte e Nordeste eram de pouco mais do que 50 (54,16 e 52,26 respectivamente). As regiões Sul e Sudeste eram as que apresentavam a menor diferença entre áreas rurais e urbanas. Nesse caso, a maior diferença foi observada na região Nordeste em 2010.

O **desemprego** reduziu no Brasil em torno de 50% entre 2000 e 2010, 40,28%

em áreas rurais e 52% em áreas urbanas. O gráfico 3.3 mostra que 78,47% dos municípios rurais e 89,33% dos urbanos apresentaram diminuição em suas taxas de desemprego nesse período. Em 2010, 16% dos municípios urbanos e 10% dos municípios rurais ainda apresentavam os percentuais mais altos de desemprego do país, com taxas acima de 10%. A maior parte dos municípios apresentava percentuais entre 2% e 10%, e apenas 13% dos municípios urbanos e 14% dos municípios rurais apresentavam percentuais abaixo de 2% de desemprego.

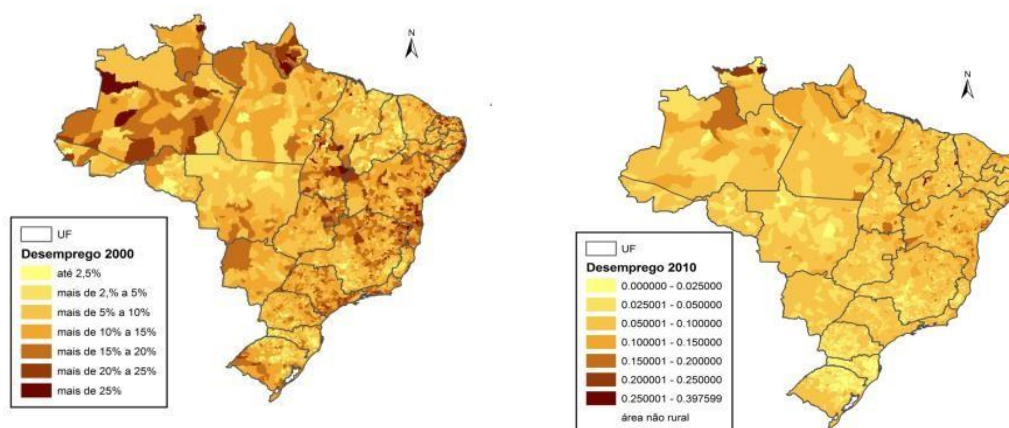
GRÁFICO 3.3
Percentual de municípios com diminuição do desemprego (2000/2010)



As regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste apresentaram os maiores percentuais de redução do desemprego no período observado, com taxas de 61,05%, 54,11% e 51,60% de redução, respectivamente, como apontado pelo gráfico 3.3. O pior desempenho foi apresentado pelas regiões Norte e Nordeste, que apresentaram redução de 40,88% e 38,61% entre 2000 e 2010. Essas duas regiões apresentavam, em 2010, as maiores taxas de desemprego do país (8,73% e 9,75%, respectivamente). O melhor desempenho das áreas rurais foi na região Sul, única região em que o desemprego rural caiu mais de 50%. O pior desempenho foi o das áreas rurais do Nordeste, com redução de apenas 28,78% entre 2000 e 2010.

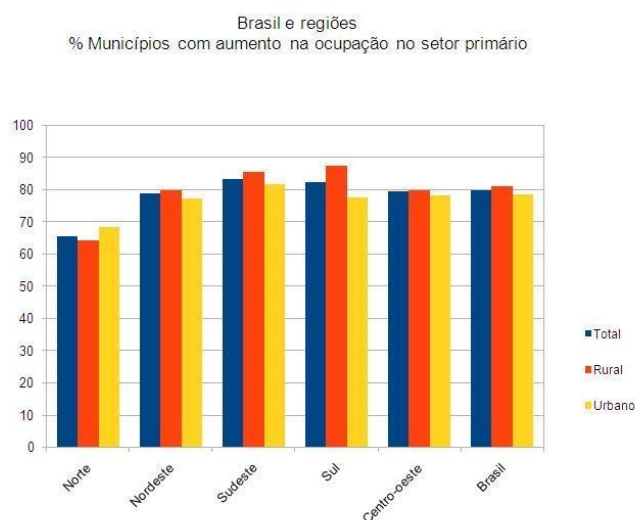
Os mapas 3.1 e 3.2 mostram o bom desempenho do conjunto do país na redução do desemprego durante a última década, e mostram, como dito, que a maior parte dos municípios do Brasil apresenta, atualmente, percentuais de até 10% de desemprego.

MAPAS 3.1 e 3.2. Variação do desemprego no Brasil entre 2000 e 2010



A **ocupação em setores não primários** cresceu 4,56% no Brasil entre 2000 e 2010, 10,92% nas áreas rurais e 2,49% nas áreas urbanas. O gráfico 3.4 mostra que aumentos nesse indicador aconteceram em 80,90% dos municípios rurais e 78,41% dos municípios urbanos na última década. Em 2010, 31,85% dos municípios urbanos e 8% dos rurais apresentavam percentuais acima de 82,6% de suas ocupações em setores não primários. A maior parte dos municípios brasileiros (aproximadamente 54% dos rurais e 70% dos urbanos), apresentava percentuais entre 45,5% e 82,6%, e apenas 20% dos municípios rurais apresentavam menos do que 45,5% de ocupação em setores não primários.

GRÁFICO 3.4
Percentual de municípios com aumento da ocupação nos setores não primários (2000/2010)

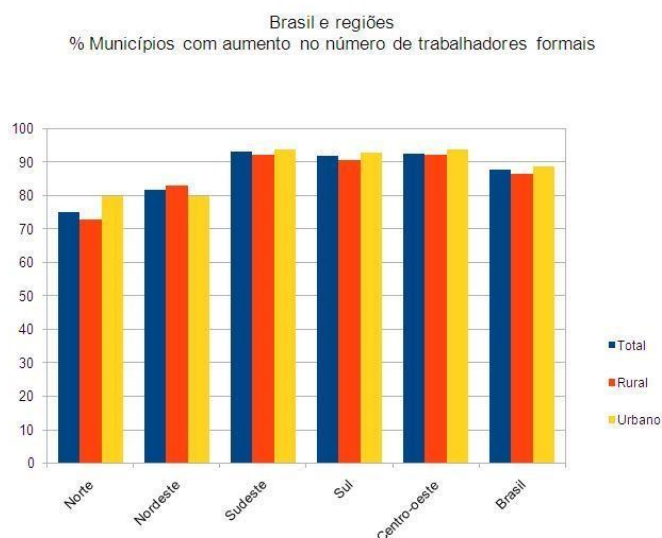


Entre as cinco regiões brasileiras, o gráfico 3.4 mostra que a região Nordeste foi a que apresentou a maior variação no período, tendo aumentado em 8,93% suas ocupações no setor não primário, 14,77% entre a população rural e 5,47% entre a população urbana, seguida da região Sul, com 5,63% de aumento médio no período, 11,98% em áreas rurais e 3,17% em áreas urbanas. As

outras regiões brasileiras tiveram percentuais de aumento abaixo da média. Tomando-se a situação de 2010, o Brasil apresentava 85,80% de suas ocupações em setores não primários, 66,20% em áreas rurais e 91,56% em áreas urbanas. A região do país com maior percentual de ocupação em setores não primários era a Sudeste, com 92,61% de suas ocupações em setores não primários, 73,49% em áreas rurais e 95,61% em áreas urbanas, seguida das regiões Centro-Oeste e Sul, com 88,35% e 84,85%, respectivamente. Os menores percentuais de ocupação em setores não primários continuam, como em 2000, sendo observados nas regiões Norte e Nordeste, que apresentam, em 2010, taxas menores do que a média brasileira de ocupação em setores não primários (76,97% e 75,83%, respectivamente). As áreas rurais do Sudeste e Centro-Oeste eram as que apresentavam percentuais mais altos de ocupação em setores não primários, em torno de 75% em 2010.

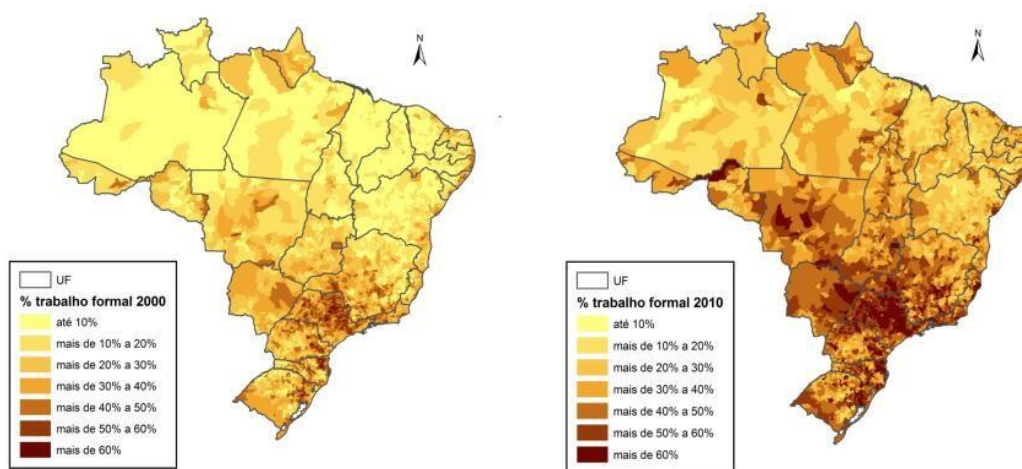
O Brasil apresentava, em 2010, pouco mais de 50% de **trabalhadores formais** entre seu total de trabalhadores, percentual que cresceu cerca de 20% em relação a 2000, quando o país apresentava cerca de 42% de seus trabalhadores formalizados. As áreas rurais apresentaram maior percentual de aumento do que as áreas urbanas no período entre 2000 e 2010, com variação de 29,51%, mas essas áreas ainda apresentavam percentuais mais baixos de trabalhadores formais do que as urbanas em 2010 (com apenas 34,40% de trabalhadores formais, contra 55,45% nas áreas urbanas, onde o crescimento foi de 17,64% no período). O aumento no percentual de trabalhadores formais aconteceu em 86,49% dos municípios em áreas rurais e 88,65% dos municípios urbanos na última década, como mostra o gráfico 3.5. Em 2010, 53,68% dos municípios urbanos e 64,31% dos rurais apresentavam entre 18,2% a 52,9% de seus trabalhadores formalizados, e 32% dos municípios urbanos apresentavam percentuais acima de 52,9%, enquanto, nas áreas rurais, esse mais alto desempenho foi apresentado por apenas 10% dos municípios. Taxas abaixo de 18,2% foram observadas por 24% dos municípios rurais contra apenas 13% dos municípios urbanos.

GRÁFICO 3.5
Percentual de municípios com aumento no número de trabalhadores formais



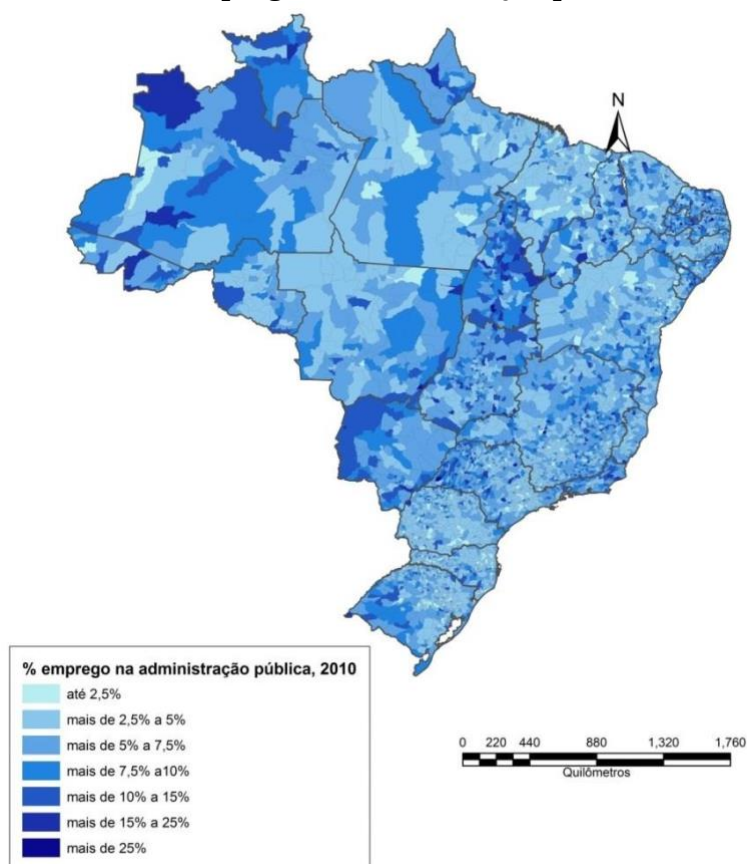
O maior aumento no percentual de trabalhadores formais foi observado nas regiões Norte e Nordeste, com variações próximas a 26% entre 2000 e 2010, como indicado no gráfico 3.5. Ainda assim, essas duas regiões apresentam a pior situação do indicador ainda em 2010, com apenas em torno de 36% de seus trabalhadores formalizados, sendo que nas áreas rurais os percentuais não passam de 25%, o que corresponde a aproximadamente metade dos percentuais apresentados pelas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste em 2010. Os mapas 3.3 e 3.4 mostram a evolução do trabalho formal entre 2000 e 2010, e a clara diferenciação entre as regiões Norte e Nordeste, com a maior parte de seus municípios apresentando menos do que 40% de trabalhadores formais, e as regiões Sudeste, Sul e partes do Centro-Oeste, com percentuais acima de 40% e 50%.

MAPAS 3.3 e 3.4
Evolução do trabalho formal no Brasil entre 2000 e 2010

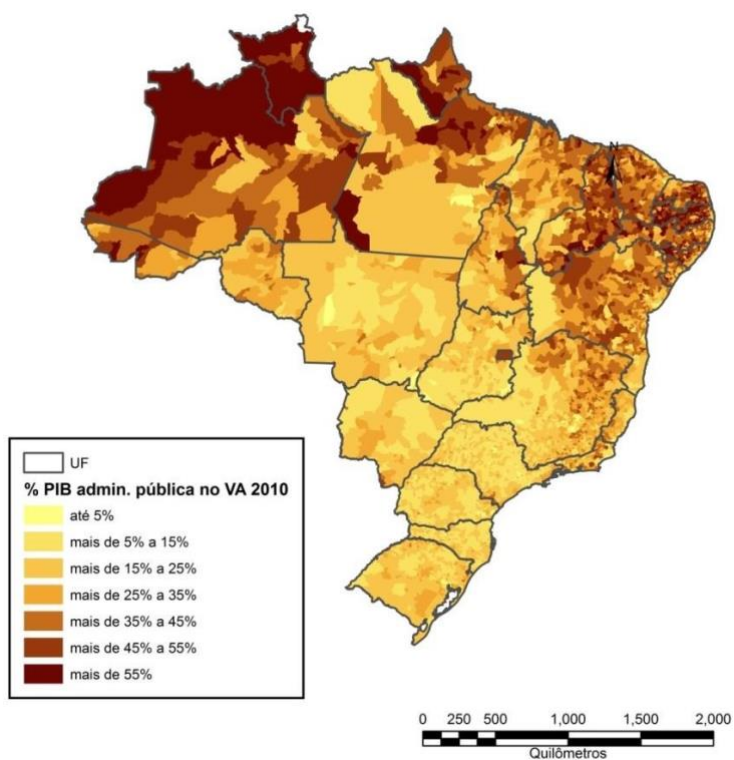


Os mapas a seguir mostram o percentual de empregos e de participação de cada setor da economia no PIB dos diferentes municípios em 2010 e sua variação desde 2002. O mapa 3.5 mostra uma maior participação da administração pública no total de empregos em importantes manchas de municípios da região Norte, com locais em que esses empregos correspondem a mais de 25% do total, e em pequenas manchas no Nordeste e Centro-Oeste, com até 10% de seus empregos correspondentes à administração pública em 2010. Em relação à distribuição do PIB desse setor no Brasil, o mapa 3.6 mostra a participação bem maior do PIB da administração pública na composição total do PIB das regiões Norte e Nordeste do que nas outras regiões brasileiras (acima de 35%). No restante do país esse percentual fica, em geral, abaixo dos 25%. O mapa 3.7 mostra que a maior parte do Brasil não apresentou variações significativas nesse indicador entre 2002 e 2010, com a maior parte do território situado na faixa entre -5 e 5% de variação, com exceção de manchas de municípios com expressivo aumento e diminuição nas regiões Norte e Nordeste (acima de 25%).

MAPA 3.5
Percentuais de emprego na administração pública em 2010

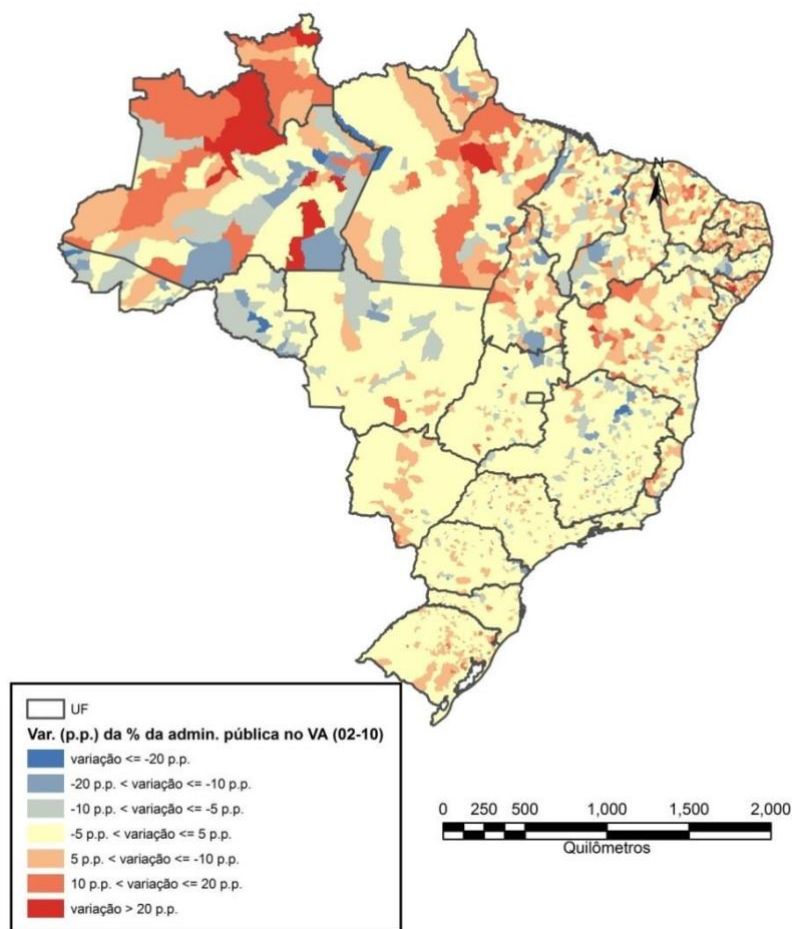


MAPA 3.6.
Participação do PIB da administração pública na composição total do PIB



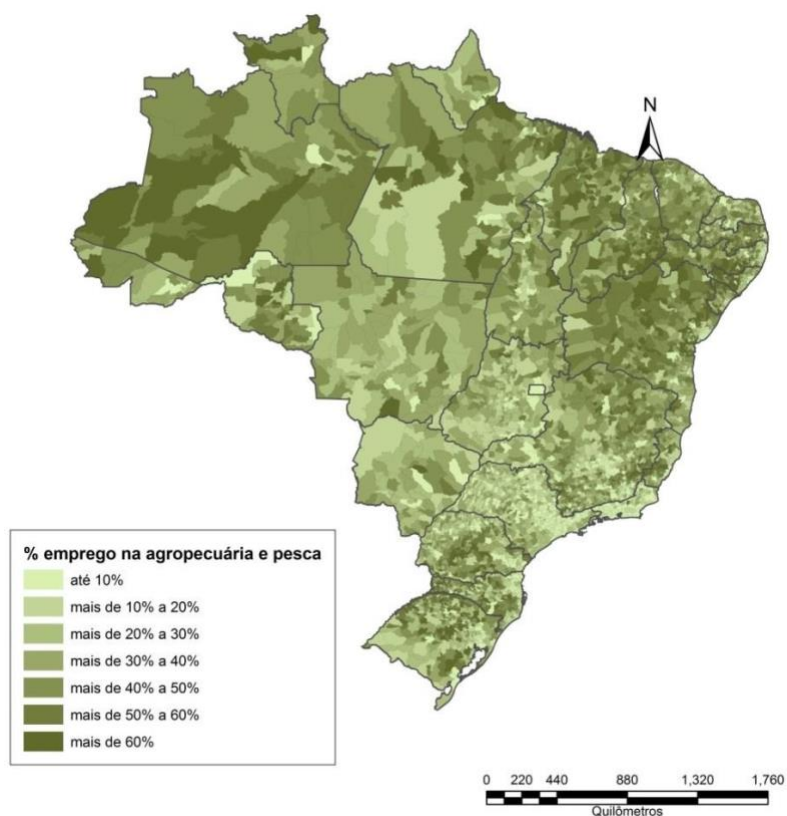
MAPA 3.7

Variação da participação do PIB da administração pública no PIB total 2002/2010

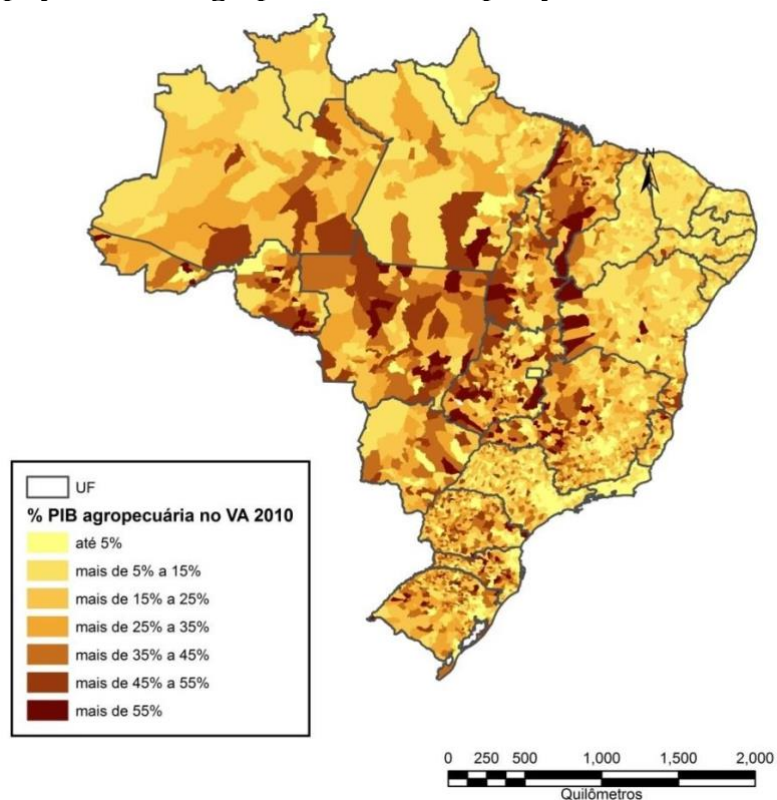


Sobre os empregos na agropecuária e pesca, nota-se a importância que eles ainda representam para a maior parte dos municípios do Norte e Nordeste em 2010, com percentuais acima de 60%, como mostra o mapa 3.8. O mapa aponta também para a importância desses empregos em parte expressiva da região Sul e mostra que o Sudeste era a região com menor percentual de empregos no setor agropecuário em 2010. O Centro-Oeste apresentava menores percentuais de emprego agrícola do que as regiões Norte e Nordeste, mas apresentava maior participação do PIB do setor na composição total do PIB em 2010. O mapa 3.9 mostra que a distribuição do PIB do setor agropecuário não acompanha a distribuição dos empregos. A maior parte dos municípios com maiores percentuais de PIB agropecuário encontram-se na região Centro-Oeste (que não é a região onde estão localizados os municípios com maior percentual de empregos no setor), e pequenas manchas no Norte, Nordeste e Sudeste com municípios que apresentam mais de 35% do PIB total composto pelo setor agropecuário. Entre 2002 e 2010, o mapa 3.10 aponta uma redução importante do PIB agropecuário em todo o conjunto do país, principalmente em grandes manchas de municípios das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com redução de mais de 20% no período, e pequenas manchas no Sul e Sudeste. O aumento expressivo da participação do PIB agropecuário pôde ser observado, principalmente, em pequenas manchas de municípios do Norte, Nordeste e Sudeste.

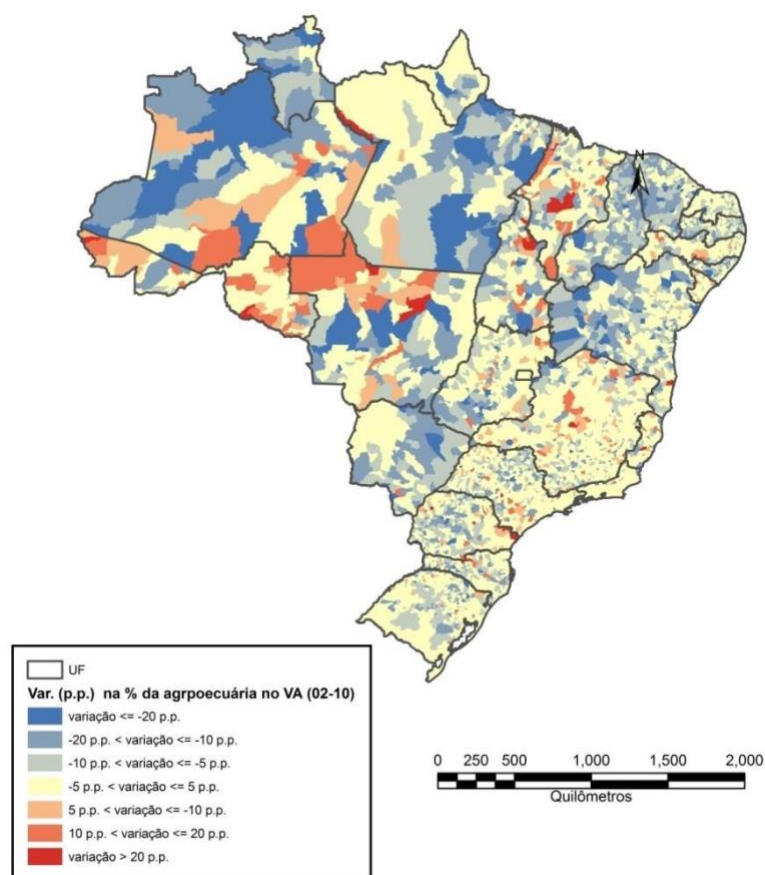
MAPA 3.8
Percentual de empregos no setor agropecuário e pesca em 2010



MAPA 3.9
Participação do PIB agropecuário na composição total do PIB em 2010

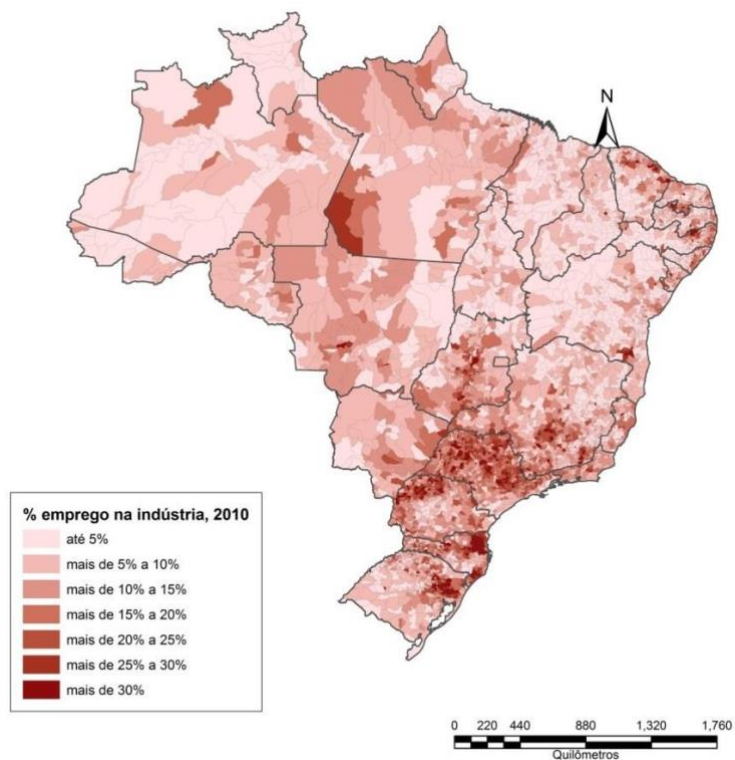


MAPA 3.10
Variação da participação do PIB agropecuário no PIB total 2000/2010

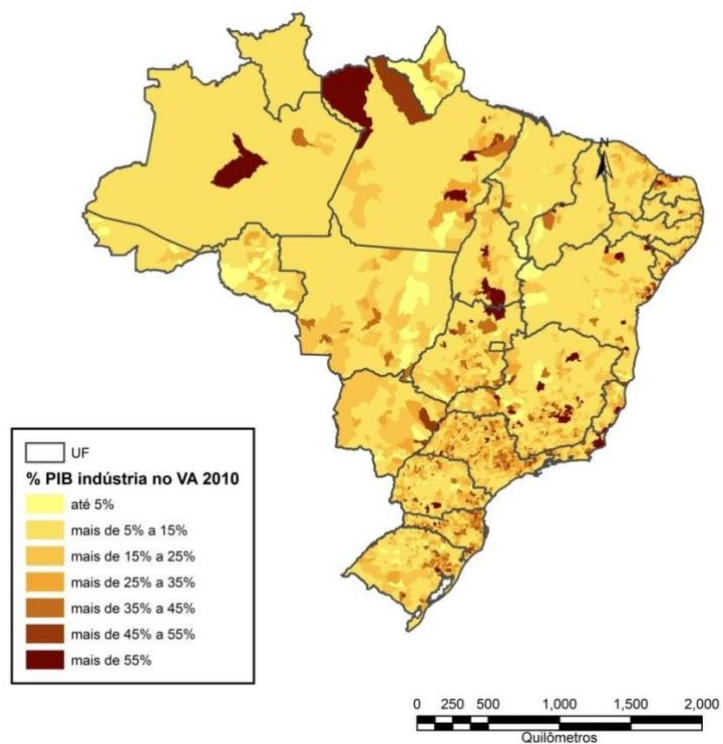


O mapa 3.11 mostra que o percentual de empregos na indústria era importante em manchas de municípios do Sudeste e do Sul, e em poucos pontos do Nordeste e do Norte em 2010. As regiões Sudeste e Sul eram as que apresentavam os municípios com maior percentual de empregos nesse setor (acima de 25%). O mapa 3.12 mostra que a participação do PIB do setor industrial no total do PIB dos municípios é homogêneo em todo o Brasil, com a maior parte do território nacional apresentando até 25% de seu PIB total composto pelo setor industrial. As exceções são pequenas manchas de municípios na região Norte, Nordeste e Sudeste que apresentam participação do PIB industrial de mais de 55%. O mapa 3.13 mostra a variação pouco expressiva desse indicador no conjunto do país entre 2002 e 2010, com exceção de manchas de municípios das regiões Norte e Centro-Oeste, que apresentaram aumento maior do que 10%.

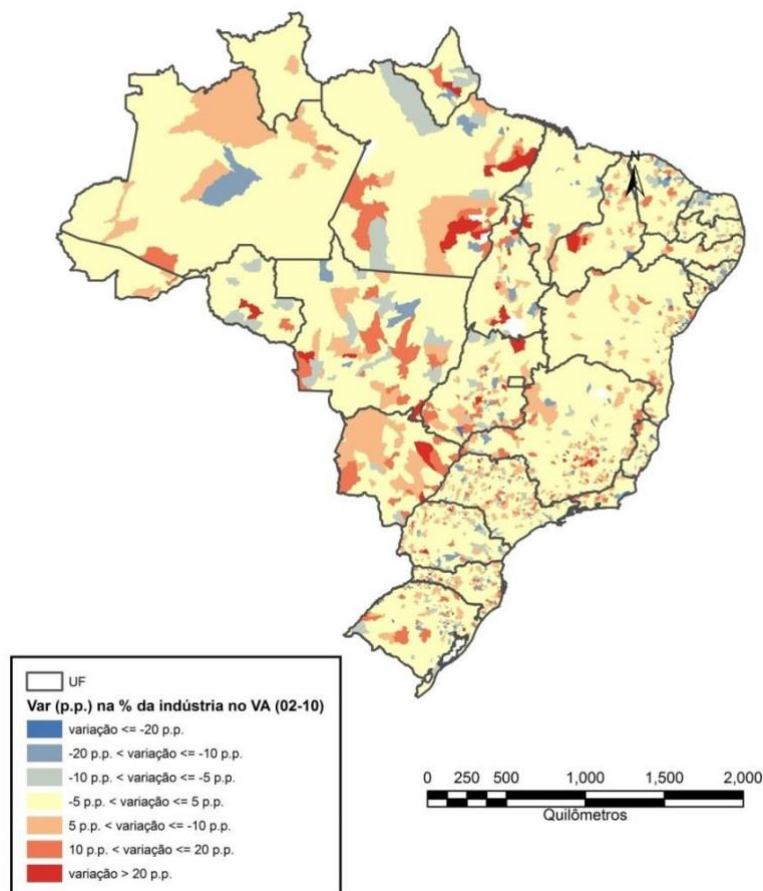
MAPA 3.11
Percentual de empregos no setor industrial em 2010



MAPA 3.12. Participação do PIB do setor industrial na composição total do PIB em 2010

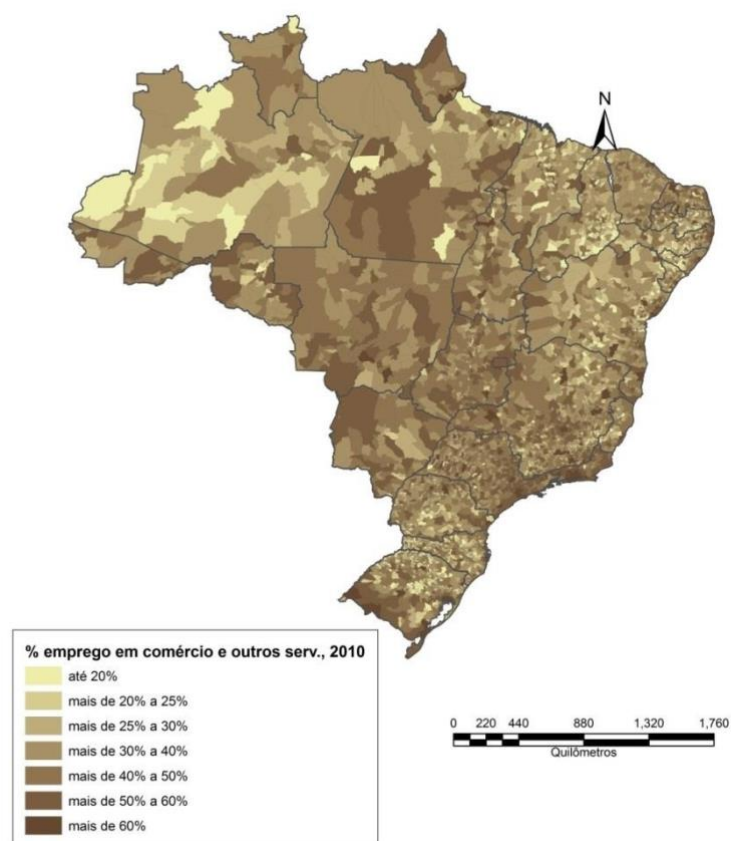


MAPA 3.13
Variação da participação do PIB industrial no PIB total 2002/2010

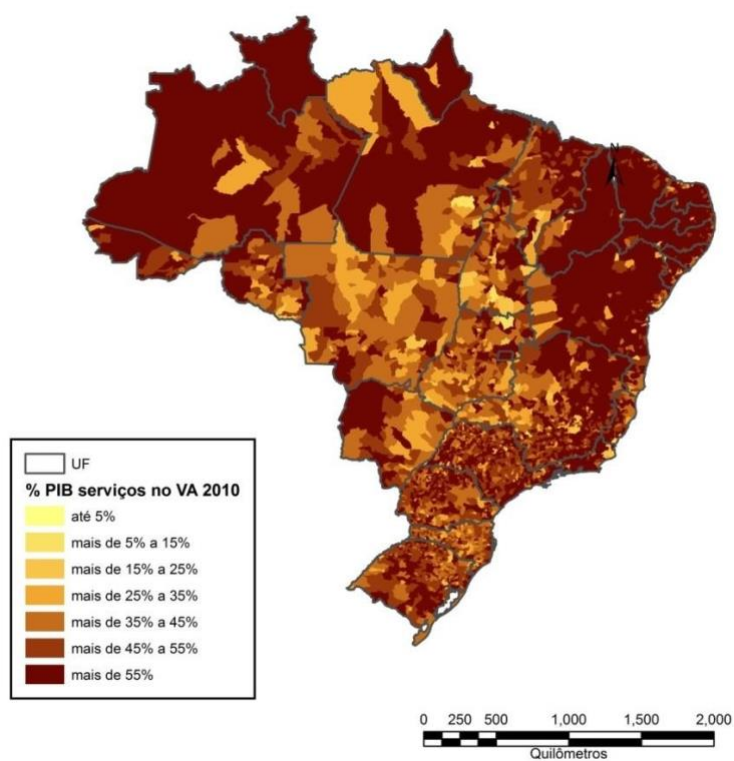


O mapa 3.14 mostra a importância generalizada dos empregos no setor de comércio e serviços no Brasil, que representam mais de 40% do total de empregos na maior parte do território do país, com exceção de manchas nas regiões Norte e Nordeste em que o percentual se encontrava abaixo de 30% em 2010. Em geral, essas duas regiões apresentam mais do que 55% de seu PIB total correspondente ao setor de serviços. No restante do território brasileiro esse percentual era, em geral, maior do que 25% em 2010, como mostra o mapa 3.15. O mapa 3.16 mostra a importância desse setor para a composição do PIB em praticamente todas as áreas rurais brasileiras, com percentuais acima de 35% em 2010. O mapa 3.17 aponta a variação expressiva do PIB do setor em grandes manchas de municípios nas regiões Norte e Nordeste entre 2002 e 2010, e redução expressiva em alguns municípios do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com redução superior a 20%.

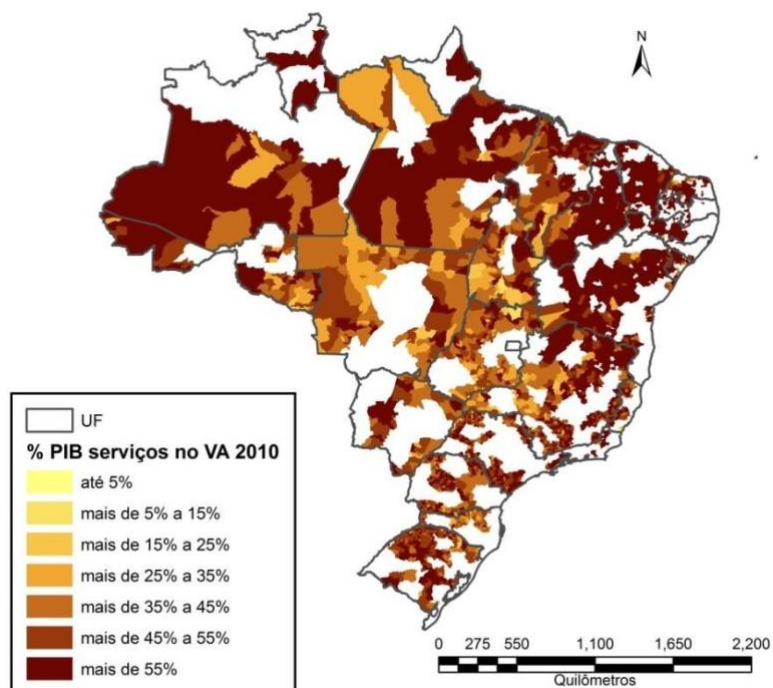
MAPA 3.14
Percentual de empregos no setor de comércio e serviços em 2010



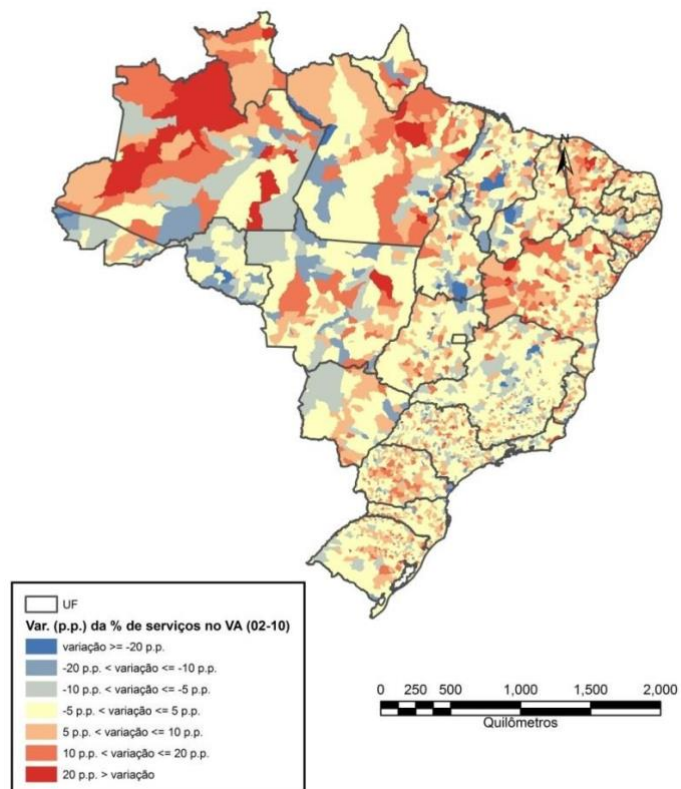
MAPA 3.15
Participação do PIB do setor de comércio e serviços na composição total do PIB em 2010



MAPA 3.16
Participação do PIB do setor de comércio e serviços na composição total do PIB
das áreas rurais em 2010

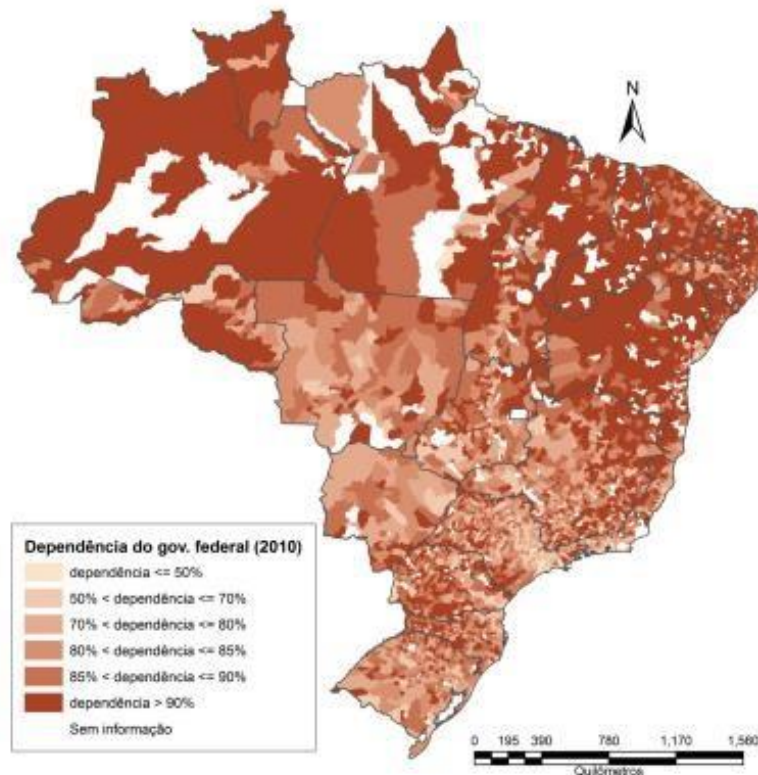


MAPA 3.17
Variação da participação do PIB do setor de comércio e serviços no PIB total
2002/2010



O mapa 3.18 mostra a importância de transferências do governo federal em todo o país em 2010, e não apenas no Nordeste. Em geral, a maior parte do território apresenta percentuais de dependência do governo federal acima de 50%. Extensas manchas de municípios nas regiões Norte e Nordeste apresentam percentuais superiores a 90%.

MAPA 3.18
Percentual de dependência do governo federal em 2010



Síntese da dimensão Dinamismo econômico e emprego

Dos dados apresentados derivam quatro conclusões principais. A primeira delas diz respeito à melhoria generalizada dos percentuais de emprego em todo o conjunto do país na última década, que apesar de importante não significou, como visto, convergência quanto aos empregos formais, ainda concentrados, em sua maioria, nas áreas urbanas e nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Em segundo lugar, pode-se afirmar que o setor primário vem, cada vez mais, deixando de ser o principal gerador de ocupações nas áreas rurais, e vem dando lugar ao setor de comércio e serviços, que respondem por uma crescente parte das ocupações rurais na última década. Essas mudanças no perfil de ocupação foram observadas pela maior parte das áreas rurais brasileiras. As exceções são as regiões Norte e Nordeste, onde em boa parte dos municípios o setor primário ainda responde por grande parte do total de empregos. Em terceiro lugar, os mapas apresentados apontam para processos de especialização dos perfis produtivos regionais, como se pode observar com o aumento da participação do setor agropecuário na composição do Valor Adicionado da região Centro-Oeste, ou com a concentração dos setores

industriais no Sudeste e em municípios médios e de grande porte. Nota-se, em ambos os casos, que não há coincidências entre a localização dos maiores percentuais de Valor Adicionado e dos empregos gerados em cada um dos setores. Pôde-se observar, também, que extensas áreas das regiões Norte e Nordeste têm na administração pública e no setor terciário os principais responsáveis por seus valores adicionados. Por último, nota-se a permanência dos contrastes entre as regiões Norte e Nordeste, por um lado, com os piores desempenhos em 2010, ainda que com melhoras importantes, e as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste de outro. Nesta dimensão, a região Centro-Oeste apresenta melhores desempenhos do que nas dimensões de saúde e educação, aproximando-se mais das regiões com os melhores desempenhos do país.

4

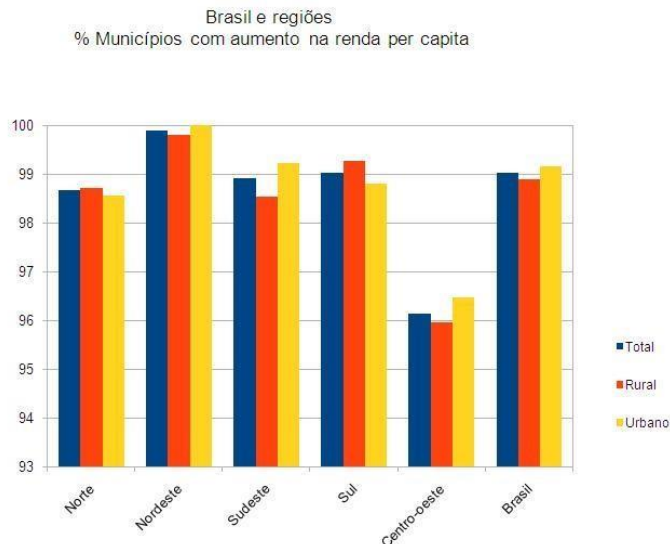
Renda, pobreza e desigualdade

Nesta dimensão são apresentados os dados dos indicadores de renda domiciliar per capita, percentual de pessoas em situação de pobreza e índice de Gini da renda domiciliar per capita. Os dados são apresentados para os anos de 2000 e 2010, e extraídos do Censo Demográfico brasileiro. Como será visto, a maior parte dos municípios brasileiros apresentou melhoras nos três indicadores em questão, porém a desigualdade ainda persiste em muitas áreas do país.

A melhora na **renda domiciliar per capita** foi observada em quase 100% dos municípios brasileiros na última década, como mostra o gráfico 4.1. A média de aumento da renda para esse período foi de 55,12%, 66,40% nas áreas rurais e 52,52% nas áreas urbanas. Em 2010, 14% dos municípios urbanos e cerca de 24% dos rurais apresentavam valores de renda domiciliar per capita abaixo de R\$315,00. Cerca de 60% dos municípios rurais e urbanos situavam-se entre R\$315,00 e R\$808,00. Apenas 22% dos municípios urbanos e 11% dos rurais apresentavam renda acima de R\$808,00.

GRÁFICO 4.1

Percentual de municípios com aumento na renda domiciliar per capita (2000/2010)

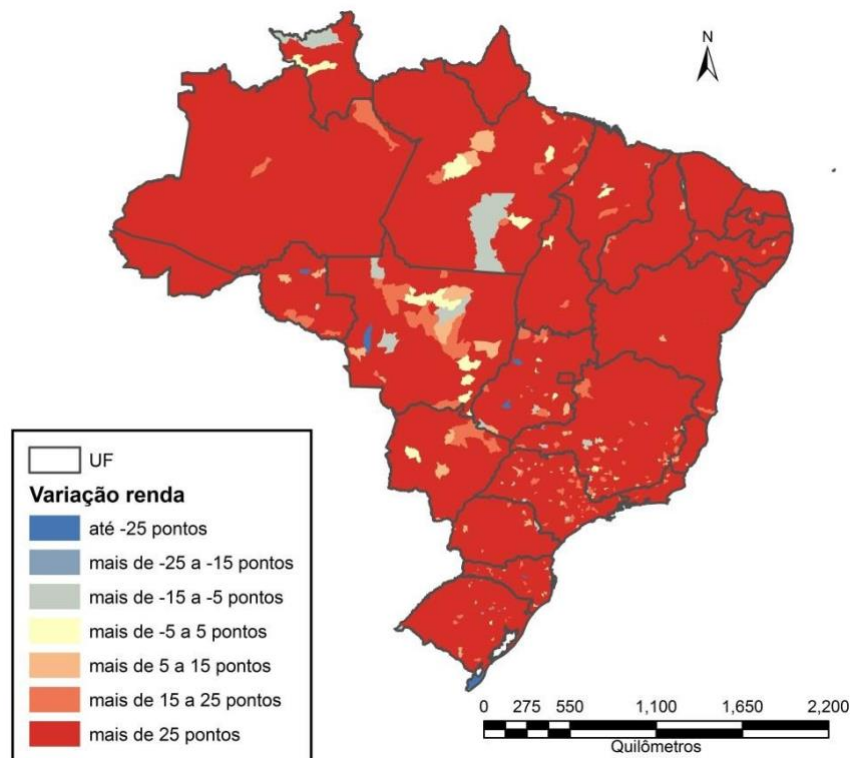


O gráfico 4.1 mostra que a menor variação foi a observada na região Sudeste, com aumento de apenas 46,59% na renda, 54,53% nas áreas rurais e 45,35% nas áreas urbanas. As variações mais importantes foram observadas nas regiões Norte e Nordeste, com aumento na renda acima de 70%. As regiões rurais do Nordeste apresentaram aumento de quase 100% no período, a maior variação do país. Ainda assim, essa região, juntamente com a região Norte (que representam cerca de 40% dos municípios brasileiros e aproximadamente 36% da população), ainda apresentam médias de renda per capita inferiores à média nacional e correspondentes a aproximadamente metade da renda média

nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, em 2010, o que indica que essa proporção sofreu muito pouca alteração na última década. No Nordeste, Sudeste e Sul a maior variação da renda foi observada entre as áreas rurais, e nas regiões Norte e Centro-Oeste, entre as urbanas.

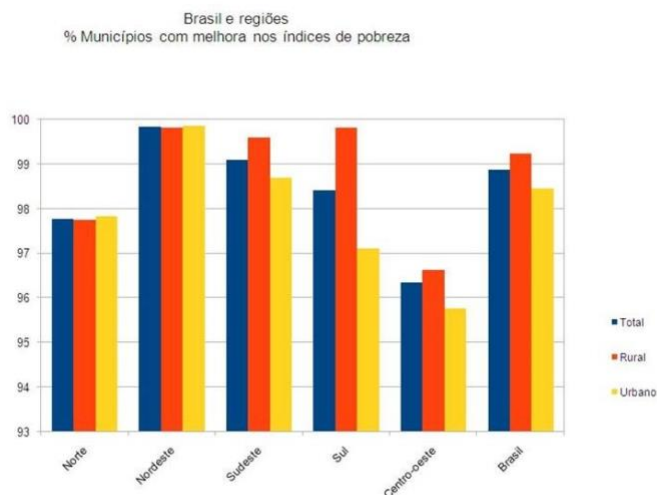
O mapa 4.1 mostra que a maior parte do território brasileiro apresentou aumento de renda maior do que 25% entre 2000 e 2010, com exceção de muito pequenas manchas de municípios nas regiões Norte e Centro-Oeste.

MAPA 4.1
Variação da renda domiciliar per capita no Brasil (2000/2010)



Assim como a melhora na renda, a **pobreza** (renda familiar per capita inferior a R\$.140,00 em valores de 2010) reduziu em quase 100% dos municípios brasileiros na última década, mas ainda atingia aproximadamente 17% da população em 2010. A taxa média de redução nesse período foi de 40% em relação a 2000, em que 29% da população do país se encontravam em situação de pobreza. A maior parte dos municípios brasileiros (cerca de 64%) apresentava, em 2010, percentuais entre 6,7% e 44% de pessoas abaixo da linha de pobreza entre sua população total. Cerca de 12% dos municípios urbanos e 22% dos rurais ainda apresentavam pobreza acima de 44,5% de sua população, e apenas 23% dos municípios urbanos e 12% dos rurais apresentavam percentuais de pobreza abaixo de 6,7%.

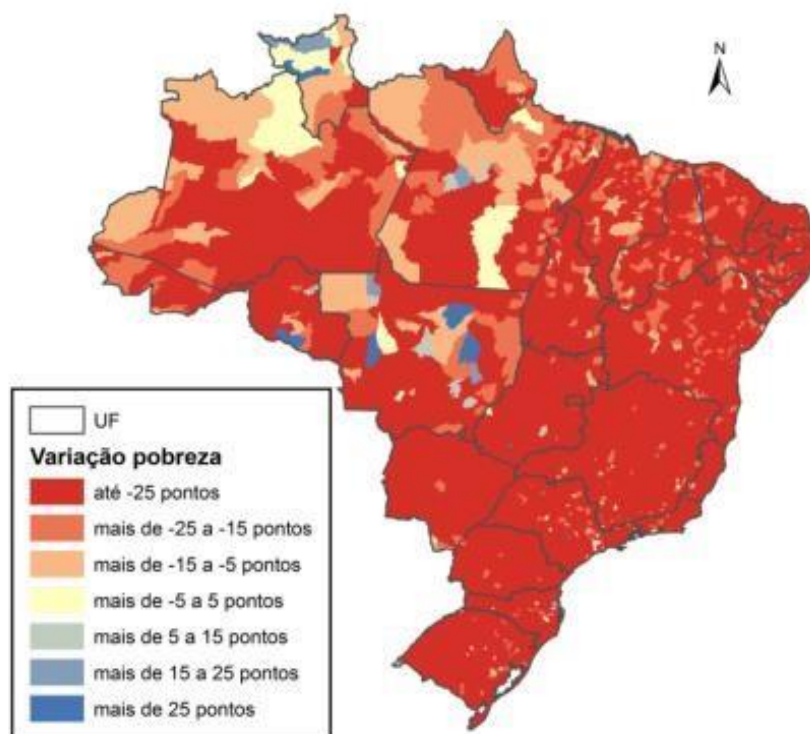
GRÁFICO 4.2
Percentual de municípios com melhora nos índices de pobreza (2000/2010)



O gráfico 4.2 mostra a maior redução nas regiões Sul e Centro-Oeste, que apresentaram taxas de aproximadamente 57% e 50% respectivamente, com maior redução nas áreas rurais do que nas áreas urbanas. No Sudeste a pobreza também reduziu mais em áreas rurais do que urbanas, diferentemente do Norte e Nordeste, onde maiores reduções foram observadas nas áreas urbanas. Os dados demonstram a persistência dos maiores percentuais de pobres ainda nas regiões Norte e Nordeste, onde ocorreram as menores variações, e onde, em 2010, as taxas de pobreza eram, ainda, de 30% e 32% da população, respectivamente.

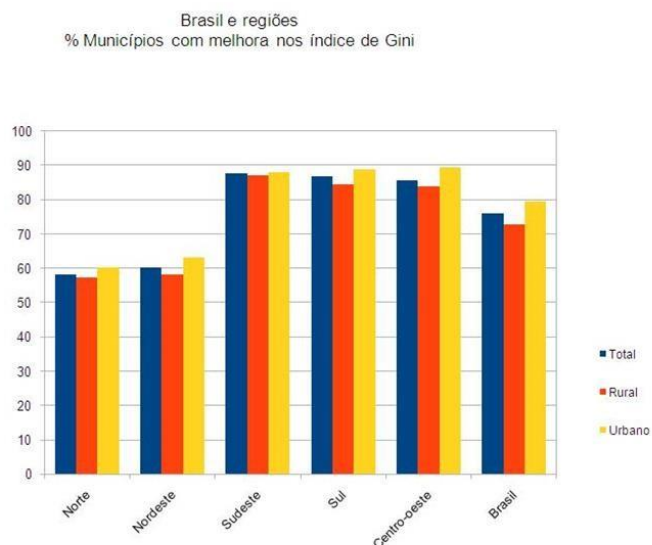
O mapa 4.2 mostra que, em geral, a maior parte do território brasileiro apresentou reduções de pobreza maiores do que 25% entre 2000 e 2010. As exceções são algumas manchas de municípios nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, onde houve reduções menores do que 25% e onde, inclusive, ocorreram aumentos maiores do que 25% da pobreza em alguns municípios na última década.

MAPA 4.2
Variação da pobreza no Brasil (2000/2010)



Assim como os desempenhos observados nos indicadores de renda e pobreza, o Brasil apresentou importante redução de **desigualdade** no período observado, mas o desempenho foi muito diferenciado entre as diferentes regiões brasileiras. A redução da desigualdade foi observada em 75,93% dos municípios brasileiros na última década, como mostra o gráfico 4.3. Em 2010, apenas 20% dos municípios urbanos e 12% dos rurais apresentavam índices de Gini abaixo de 0,43. A maior parte dos municípios brasileiros (67% dos urbanos e 70% dos rurais) apresentava índices médios entre 0,55 e 0,43, e 11% dos urbanos e 17% dos rurais situavam-se nas piores faixas, com índices superiores a 0,55.

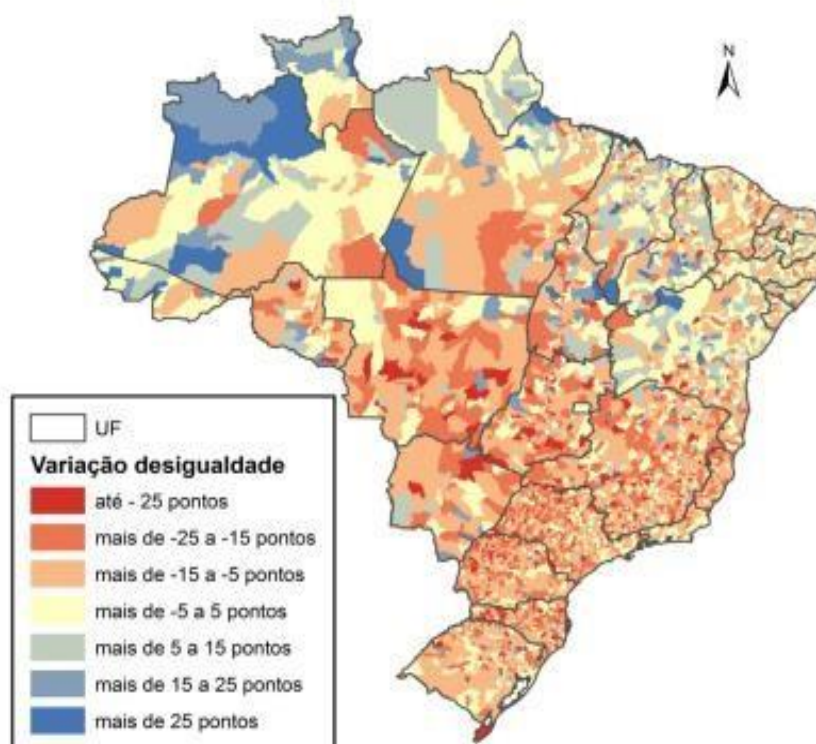
GRÁFICO 4.3
Percentual de municípios com melhora no índice de Gini (2000/2010)



Tomando-se o índice de Gini como principal indicador, nota-se um menor percentual de municípios com redução de desigualdade nas regiões Norte e Nordeste (58,13% e 60,25% dos municípios, respectivamente) do que o observado nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste (87,64%, 86,65% e 85,65% dos municípios, respectivamente), como apontado no gráfico e no gráfico 4.3. Em geral, a melhora do indicador se deu em um maior percentual de municípios urbanos do que rurais.

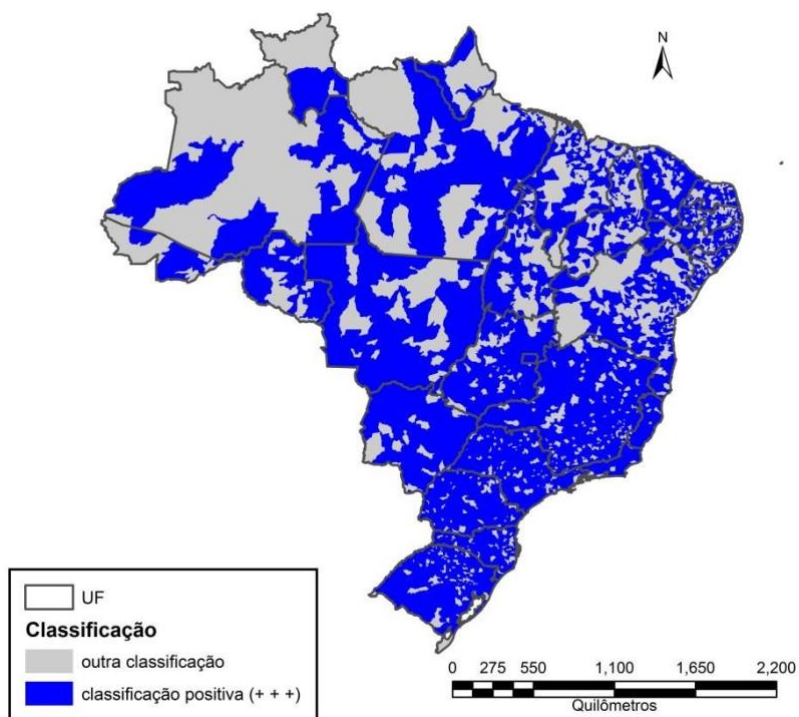
Mesmo com boa parte do território nacional tendo apresentado redução maior do que 5% em seus índices de desigualdade, nota-se que ela persiste em muitas áreas do país, sendo o pior desempenho aquele observado nas regiões Norte e Nordeste, com importantes manchas de municípios em que a desigualdade aumentou em mais de 25% na última década, como destaca o mapa 4.3. As melhores performances foram observadas no Sul, Sudeste e Centro-Oeste, com a maior parte de suas áreas tendo reduzido mais do que 15%.

MAPA 4.3
Variação da desigualdade no Brasil (2000/2010)

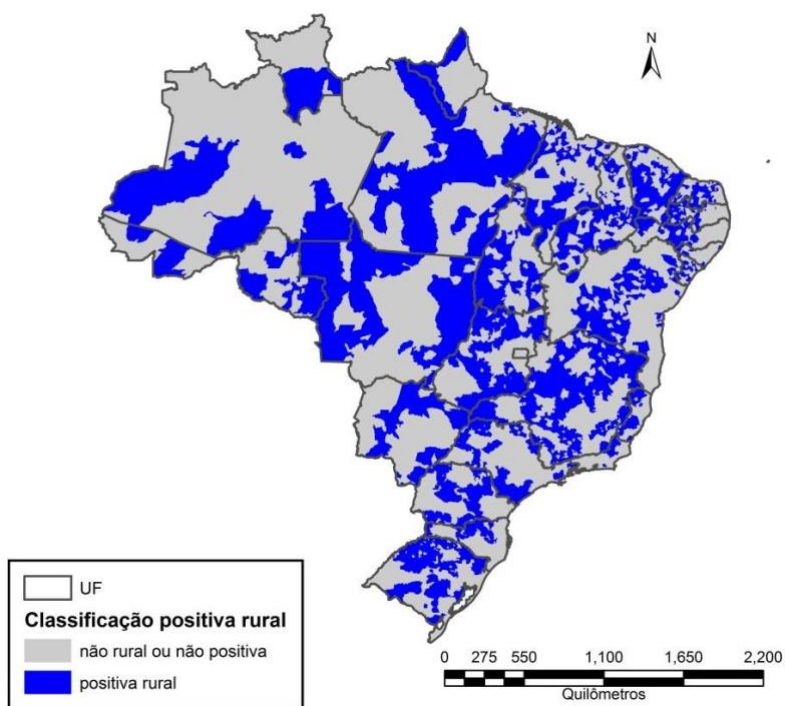


Os mapas 4.4 e 4.5 apresentam o alto número de municípios brasileiros com performance positiva nos indicadores de renda, pobreza e desigualdade, tanto no conjunto do país como tomando-se apenas as áreas rurais. Mostram também a existência de importantes manchas de municípios nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste que apresentaram performance negativa em pelo menos um dos três indicadores na última década.

MAPA 4.4
Municípios com desempenhos positivos em renda, pobreza e desigualdade em 2010

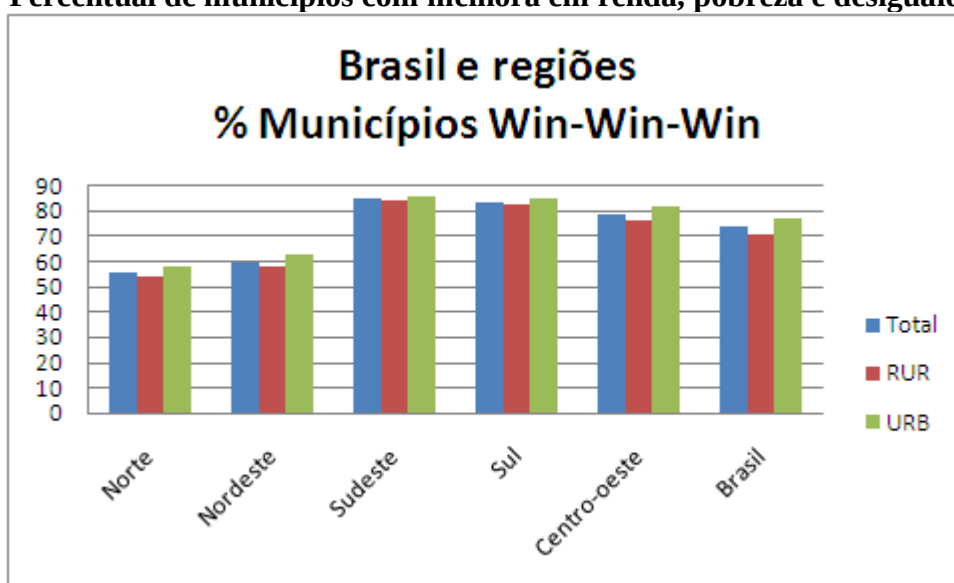


MAPA 4.5. Municípios rurais com desempenho positivo em renda, pobreza e desigualdade em 2010



Assim como apontado nos mapas, o gráfico 4.4 e o quadro 4.1 mostram que cerca de 73% dos municípios brasileiros apresentaram melhoras simultâneas nos indicadores de renda, pobreza e desigualdade entre os anos de 2000 e 2010, 70,13% dos municípios rurais e 76,81% dos municípios urbanos, que abrigavam aproximadamente 75% das populações rurais e urbanas do país. Ainda assim, cerca de um quarto da população brasileira reside em municípios que apresentaram piora no desempenho em algum dos três indicadores. Os quadros 4.1 e 4.2 mostram a distribuição, em 2010, dos municípios rurais e urbanos entre as 8 combinações possíveis de desempenho em relação aos três indicadores na última década e as respectivas populações em cada uma delas.

GRÁFICO 4.4
Percentual de municípios com melhora em renda, pobreza e desigualdade



QUADRO 4.1
Total de municípios rurais e urbanos em cada uma das categorias de desempenho em relação a renda, pobreza e desigualdade (2000/2010)

Tipo de mudança	Com aglomerações	Moderadas	Rurais	Total de AMCs
1	1.126	799	2.087	4.012
2	257	252	805	1.314
3	22	3	6	31
4	3	4	9	16
5	16	22	53	91
6				0
7	1	5	8	14
8		1		1
Total de AMCs	1.425	1.086	2.968	5.479

QUADRO 4.2.

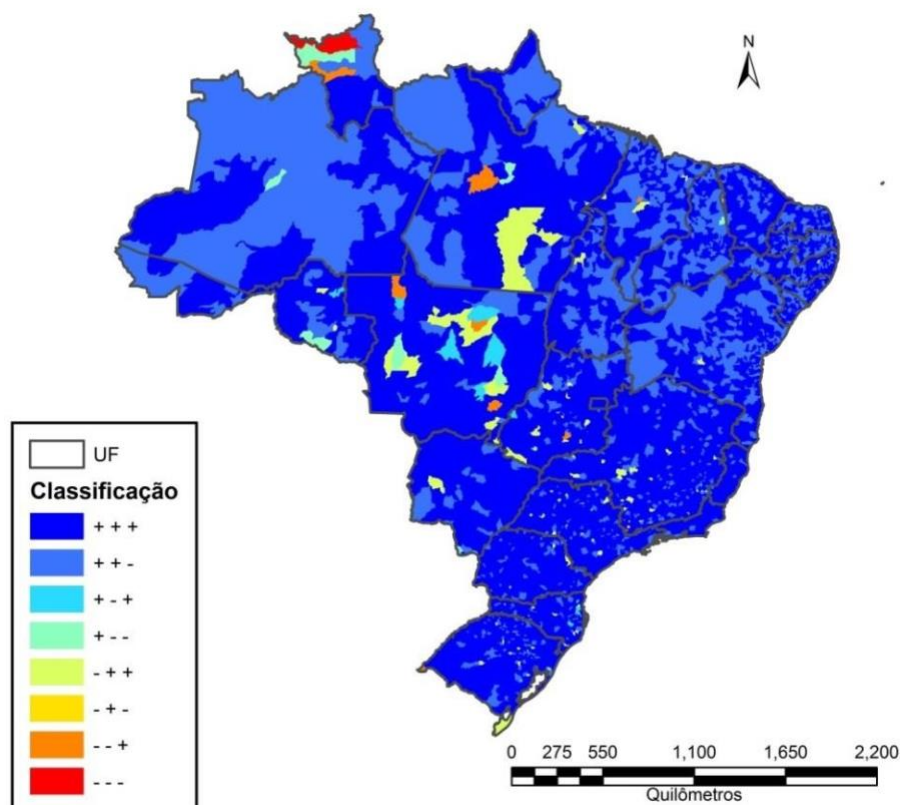
Total de população em cada uma das categorias de desempenho em relação a renda, pobreza e desigualdade (2000/2010)

Tipo de mudança	Com aglomerações	Moderadas	Rurais	Total
1	81.331.382	27.947.129	35.073.293	144.351.804
2	29.516.009	4.578.280	10.368.658	44.462.947
3	512.657	17.173	90.339	620.169
4	13.083	34.485	112.576	160.144
5	232.812	173.410	590.249	996.471
6				
7	5.917	41.345	107.675	154.937
8		9.327		9.327
Total de pessoas	111.611.860	32.801.149	46.342.790	190.755.799

Nota-se que, entre as regiões brasileiras, aquelas com maior percentual de municípios triplamente ganhadores foram as regiões Sudeste e Sul, seguidas da região Centro-Oeste (84,75%, 83,23% e 77,90% dos municípios, respectivamente), como mostra o gráfico 4.5. Em todas elas, o percentual de municípios com melhoras nos três indicadores foi maior nas áreas urbanas do que nas áreas rurais. Já nas regiões Norte e Nordeste, apenas pouco mais da metade dos municípios apresentou melhoras nos três indicadores simultaneamente, também em um maior percentual de municípios urbanos do que rurais.

A distribuição dos municípios das diferentes regiões entre as oito categorias está representada no gráfico 4.6. Pioras em algum dos três indicadores foram observadas por cerca de 44% dos municípios da região Norte e 40% dos municípios do Nordeste, e por apenas 14% dos municípios do Sudeste, 16% dos municípios do Sul e 20% dos municípios do Centro-Oeste. O mapa 4.6 mostra a localização dos maiores percentuais de municípios que apresentaram piora em algum dos três indicadores na última década entre as cinco regiões brasileiras.

MAPA 4.6
Distribuição dos municípios segundo o desempenho em indicadores de renda, pobreza e desigualdade



Síntese das dimensões Renda, pobreza e desigualdade

Como visto, o Brasil apresentou importantes avanços em redução de renda, pobreza e desigualdade na maior parte de seus municípios na última década. Porém, os dados mostram que esse desempenho não foi homogêneo quando se considera os desempenhos das áreas rurais e urbanas, e das diferentes regiões do país. Ainda que a maior parte dos municípios tenha apresentado aumento de renda e redução de pobreza em percentuais superiores a 25%, as áreas rurais e as regiões Norte e Nordeste se mantêm com desempenhos inferiores do que as áreas urbanas e as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A permanência de contrastes regionais é ainda mais visível quando se olha para o desempenho do conjunto dos municípios em relação à desigualdade, que claramente reduziu mais nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste tendo simultaneamente aumentado em importantes áreas das regiões Norte e Nordeste na última década.

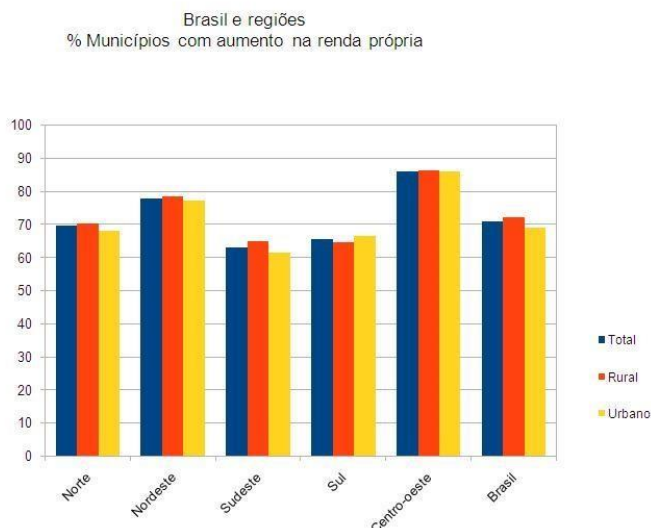
5

Capacidade de gestão dos governos locais

Este item apresenta a descrição e análise de um conjunto de quatro indicadores de capacidade de gestão dos governos locais: percentual de receita própria permanente do governo local sobre sua receita total, disponibilidade orçamentária por habitante, percentual de investimentos em relação ao gasto total e disponibilidade de recursos humanos. Os dados foram extraídos do IPEAdata e apresentados para os anos de 2000 e 2010, porém não puderam compreender o total de municípios brasileiros uma vez que sobre parte deles não há informações disponíveis. Dessa forma, os dados e percentuais aqui apresentados correspondem apenas ao conjunto de municípios sobre os quais foi possível acessar as informações necessárias.

A razão entre a **receita própria** e a receita total dos municípios aumentou 2,06% no Brasil na última década, 9,23% em áreas rurais e 0,74% em áreas urbanas. Os municípios rurais apresentaram maior variação entre 2000 e 2010, mas seus desempenhos ainda se mantinham bastante abaixo dos urbanos (média de 0,13 nos municípios rurais e 0,36 nos municípios urbanos em 2010). O aumento da razão entre a receita própria e a receita total foi observado em 72,27% dos municípios rurais e 68,94% dos municípios urbanos na última década, como mostra o gráfico 5.1. A maior parte dos municípios do país – 57,82% dos municípios urbanos e 64,25% dos municípios rurais – situava-se na faixa média entre 4% a 19,6% de receita própria. Acima disso encontravam-se, em 2010, 22% dos municípios urbanos e apenas 9% dos rurais.

GRÁFICO 5.1. Percentual de municípios com aumento da receita própria (2000/2010)

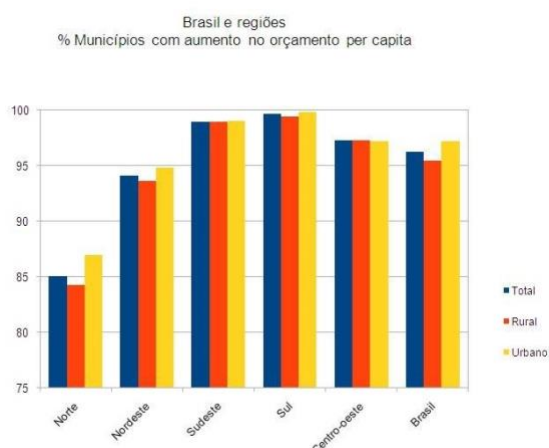


O gráfico 5.1 mostra a redução de aproximadamente 2% da receita própria dos municípios rurais do Sudeste e urbanos do Nordeste no período observado. Os municípios das regiões Norte e Centro-Oeste foram os que apresentaram o maior aumento em seus percentuais de renda própria, com variações de

16,13% e 26,65%, respectivamente. Ainda assim, os municípios do Norte, juntamente com os do Nordeste, apresentavam os menores percentuais em 2010, com 0,18 e 0,17, respectivamente, diferentemente dos municípios das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, em que essa razão era de, respectivamente, 0,32, 0,38, 0,25. Nota-se que em 2010 os municípios rurais apresentavam, em geral, metade da razão de renda própria do que os municípios urbanos, proporção esta que não apresentou alterações significativas no período observado.

O **orçamento per capita** teve aumento expressivo no conjunto dos municípios brasileiros e variação média de aproximadamente 236% na última década, tendo sido um pouco maior entre os municípios urbanos do que entre os rurais. O aumento no orçamento per capita se deu em 97,21% dos municípios urbanos e em 95,45% dos rurais no período observado, como apresentado no gráfico 5.2. A maior parte dos municípios brasileiros (67, 14% dos rurais e 64,48% dos urbanos) apresentava valores de orçamento per capita entre R\$1172,00 e R\$2608,00 em 2010.

GRÁFICO 5.2
Percentual de municípios com aumento no orçamento per capita (2000/2010)

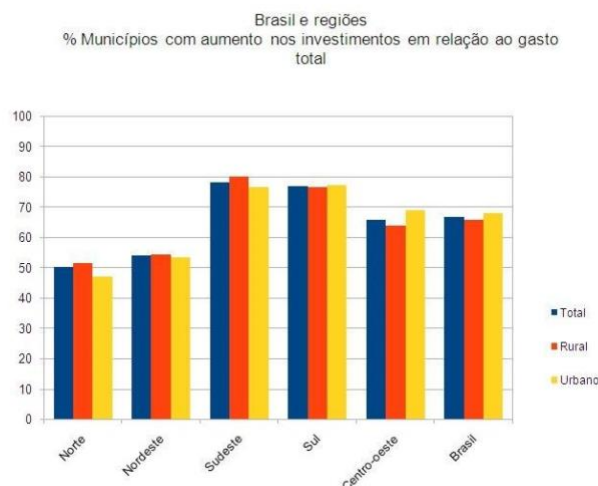


Em relação às cinco regiões brasileiras, o gráfico 5.2 mostra que os municípios do Norte, Nordeste e áreas rurais do Centro-Oeste apresentaram crescimento superior a 280% em seus orçamentos per capita entre 2000 e 2010. A menor variação foi observada nos municípios rurais do Sudeste, que apresentaram crescimento de 150% no mesmo período. Apesar de serem as regiões com o maior percentual de aumento do orçamento per capita de seus municípios, Norte e Nordeste ainda apresentavam orçamentos menores do que os observados pelos municípios das regiões Sudeste e Sul em 2010. Em geral, o orçamento per capita em 2010 era menor nos municípios rurais do que nos urbanos, com exceção da região Centro-Oeste.

O percentual de **investimentos** em relação ao total de gastos dos municípios brasileiros aumentou em média 72,69% entre 2000 e 2010, 68,99% em áreas rurais e 73,84% em áreas urbanas. De acordo com o gráfico 5.3, 65,60% dos municípios rurais e 67,90% dos municípios urbanos apresentaram aumentos em seu percentual de investimentos entre 2000 e 2010. A maior parte dos municípios brasileiros (68,53% dos urbanos e 66,94% dos rurais) apresentava

entre 8,4% e 36,2% de investimentos em relação ao gasto total em 2010, e apenas 13% dos municípios rurais e 11% dos municípios urbanos apresentavam percentuais acima dessa média.

GRÁFICO 5.3
Percentual de municípios com aumento nos investimentos (2000/2010)

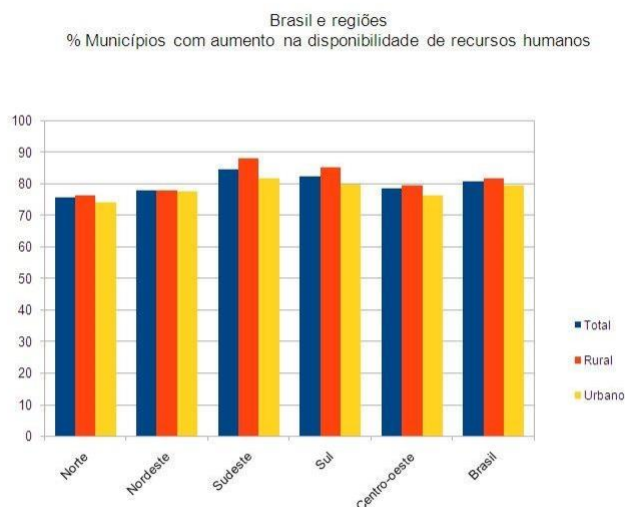


Os melhores desempenhos foram observados pelos municípios das regiões Sudeste e Sul, com aumento de 113% e 92% de seus investimentos, respectivamente, tendo seus municípios rurais apresentado aumentos acima de 100% no período, como apresentado no gráfico 5.3. Em seguida ficaram os municípios do Centro-Oeste, com cerca de 72% de aumento. Os piores desempenhos foram os dos municípios do Norte e Nordeste, que tiveram aumento de apenas 16% e 3% nos gastos com investimentos respectivamente. Os municípios urbanos do Nordeste apresentaram redução de 7,84% em seu percentual de investimentos no período. Essa é a região que apresentava, em 2010, o menor percentual de investimentos em relação ao total de gastos dos municípios, com cerca de 15% apenas. O maior percentual foi observado entre os municípios do Norte em 2010, com cerca de 24%. As regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste apresentavam, em 2010, 22% de investimentos em relação aos gastos totais de seus municípios.

O gráfico 5.4 mostra o crescimento médio de 17,43% na **disponibilidade de recursos humanos** nos municípios brasileiros na última década, tendo aumentado 23,05% em municípios rurais e 15,36% em municípios urbanos. Cerca de 80% dos municípios brasileiros apresentaram aumento na disponibilidade de recursos humanos entre 2000 e 2010, como mostra o gráfico 5.4. Em todas as regiões houve melhora em um maior percentual de municípios rurais do que urbanos. Em 2010, a maior parte dos municípios brasileiros (68% dos municípios urbanos e 73% dos rurais) apresentava entre 3% e 6,7% de disponibilidade de recursos humanos, e apenas 18% dos municípios urbanos e 10% dos rurais apresentavam percentuais de disponibilidade de recursos humanos abaixo de 3%.

GRÁFICO 5.4

Percentual de municípios com aumento na disponibilidade de recursos humanos (2000/2010)



As maiores variações ocorreram nas regiões Norte e Nordeste, que apresentaram aumento de 28,13% e 23,03% na disponibilidade de recursos humanos entre 2000 e 2010, respectivamente. A menor variação no período foi observada no Centro-Oeste, com crescimento de apenas 3,89% (e redução de 0,79% em seus municípios urbanos). Porém os municípios dessa região, juntamente com os do Norte e Nordeste, eram os que apresentavam maior percentual de disponibilidade de recursos humanos no país em 2010, acima de 3% nos três casos. A pior situação foi observada entre os municípios do Sudeste e Sul, com 2,54% e 2,76% de recursos humanos disponíveis, respectivamente.

Síntese da dimensão de capacidade de gestão dos governos locais

Como observado com a maior parte dos indicadores até aqui apresentados, os dados de capacidade de gestão dos governos dos municípios mostram o desempenho superior dos municípios urbanos em relação aos municípios rurais, e dos municípios das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste em relação às regiões Norte e Nordeste, ainda que essas regiões tenham apresentado melhoras importantes na última década. O único indicador em que essas regiões apresentaram maiores percentuais do que o restante do país foi no de disponibilidade de recursos humanos, que teve maior aumento entre os municípios rurais e nas regiões Norte e Nordeste, justamente as regiões com os maiores percentuais de disponibilidade em 2010. Chama a atenção o desempenho dos municípios da região Norte no indicador de percentual de investimentos, com os maiores percentuais no período observado, acima daqueles apresentados pelas regiões Sul e Sudeste.

6

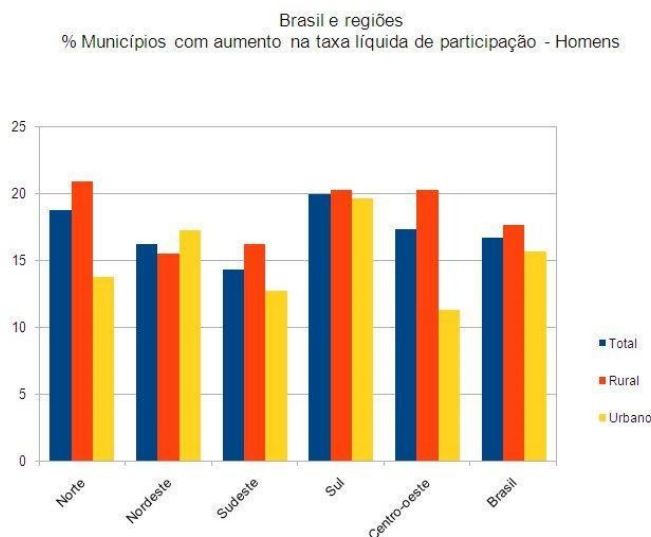
Gênero

Este item apresenta a descrição e análise de um conjunto de seis indicadores: taxa líquida de participação (PEA/PIA); população analfabeta de 15 anos ou mais; pessoas em situação de pobreza; taxa de gravidez na adolescência; população sem renda própria; e domicílios com chefe mulher. Os dados são apresentados para os anos de 2000 e 2010 e extraídos do Censo Demográfico e do DataSUS (no caso dos indicadores relativos à saúde).

A **taxa líquida de participação masculina** reduziu em média 5,08% no Brasil entre 2000 e 2010, com maior redução em áreas rurais do que em áreas urbanas (7,70% e 4,25%, respectivamente). O gráfico 6.1 mostra que apenas 16,68% dos municípios brasileiros apresentaram aumento na taxa de participação masculina entre 2000 e 2010, 17,59% dos municípios rurais e 15,61% dos municípios urbanos. Em 2010, 17% dos municípios rurais e 11% dos urbanos situavam-se nas faixas mais baixas de participação masculina, com percentuais até 63,7%, e 69% dos municípios rurais e 72% dos urbanos apresentavam percentuais entre 63,7% e 81%.

GRÁFICO 6.1.

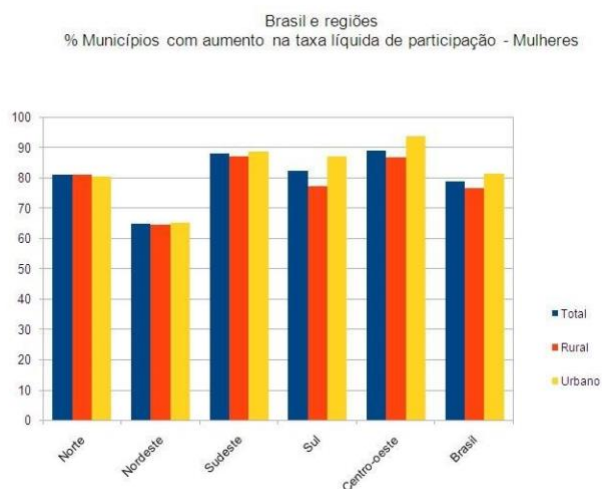
Percentual de municípios com aumento na taxa líquida de participação masculina (2000/2010)



De acordo com o gráfico 6.1, a menor variação negativa foi observada entre os municípios da região Sul, com redução de apenas 3,46% entre 2000 e 2010, enquanto as maiores taxas foram observadas entre os municípios do Norte e Nordeste, com diminuição de aproximadamente 6%, acima da variação média nacional para esse período. Em 2010, a menor taxa líquida de participação masculina era justamente a da região Nordeste, a única com percentuais abaixo de 70%.

Diferentemente da participação masculina, a **taxa líquida de participação feminina** aumentou cerca de 8,80% no Brasil na última década, 11,93% em áreas rurais e 7,92% em áreas urbanas. O aumento da taxa de participação de mulheres ocorreu em aproximadamente 80% dos municípios brasileiros, em 76,48% dos municípios rurais e 81,20% dos municípios urbanos, como mostra o gráfico 6.2. Aproximadamente 69% dos municípios rurais e 70% dos municípios urbanos brasileiros encontravam-se na faixa média de participação feminina, que vai de 38,2% a 59,7%. Apenas 16% dos municípios urbanos e 12% dos municípios rurais apresentavam taxas acima dessas em 2010.

GRÁFICO 6.2
Percentual de municípios com aumento na taxa líquida de participação feminina (2000/2010)



As maiores variações foram observadas nas regiões Norte e Centro-Oeste, onde a participação feminina aumentou cerca de 12% entre 2000 e 2010. O menor aumento foi observado entre os municípios da região Nordeste, com apenas 7,21% de variação no período. As variações nas áreas rurais foram maiores do que a média nacional em todas as regiões, com exceção do Nordeste, que apresentou uma taxa de apenas 8,35% de aumento e que, em 2010, apresentava ainda a menor taxa de participação de mulheres em relação ao restante do país (abaixo de 50% assim como as áreas rurais da região Norte), como apresentado no gráfico 6.2.

A taxa de redução do **analfabetismo** foi maior entre a população feminina do que entre a masculina nos últimos anos. A taxa média de redução foi de 30,98% entre as mulheres (aproximadamente 27% nas áreas rurais e 32% nas áreas urbanas), e 27,80% entre os homens no mesmo período (aproximadamente 24% em áreas rurais e 30% em áreas urbanas). Ambas as populações apresentavam, em 2010, desempenho semelhante, com taxas de cerca de 9% de analfabetos. O percentual médio de analfabetismo nas áreas rurais era de 15,84% entre as mulheres, e de 18,01% entre os homens. Essa proporção se inverte ligeiramente quando se olha para as regiões urbanas, com médias de 7,40% de analfabetismo entre a população feminina e 7,36% entre a população masculina em 2010. Como mostram os gráficos 6.3 e 6.4, aproximadamente 99% dos municípios brasileiros apresentaram redução do analfabetismo entre mulheres, enquanto a redução do analfabetismo masculino

ocorreu em 97% dos municípios. Aproximadamente 21% dos municípios rurais e 16% dos municípios urbanos ainda apresentavam percentuais de analfabetismo feminino acima de 24,2% em 2010, e 24% dos municípios urbanos e apenas 9% dos rurais apresentavam percentuais menores do que 7% de mulheres analfabetas. Em relação ao analfabetismo masculino, 16% dos municípios urbanos e 25% dos rurais apresentavam, ainda em 2010, percentuais acima de 28,2% homens analfabetos.

GRÁFICO 6.3
Percentual de municípios com redução do analfabetismo entre os homens
(2000/2010)

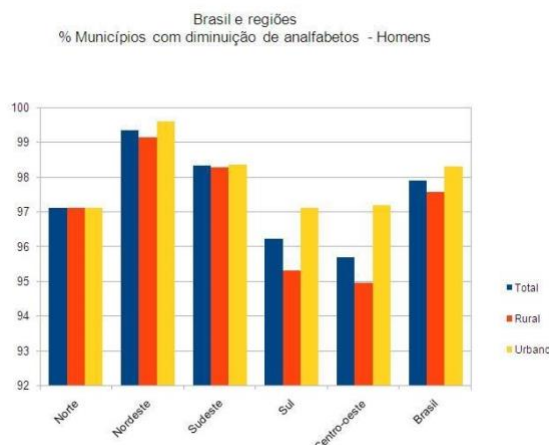
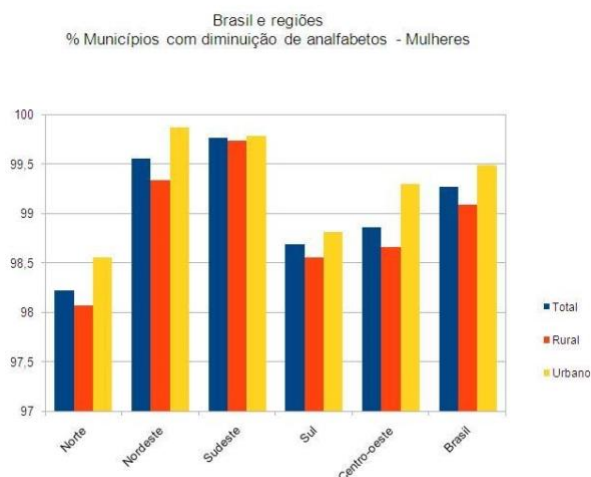


GRÁFICO 6.4
Percentual de municípios com redução do analfabetismo entre mulheres
(2000/2010)

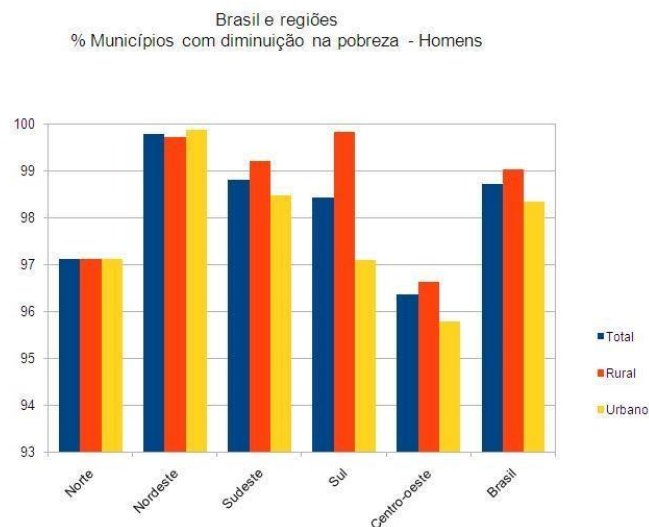


Os piores percentuais de mulheres analfabetas se mantiveram nas regiões Nordeste, que apresentava 17,36% de mulheres analfabetas em 2010 (23% nas áreas rurais e 14% em áreas urbanas), e Norte, com média de 10,34%. Ainda assim, essas regiões ainda apresentavam menores percentuais de analfabetismo feminino do que masculino em 2010, como apontado no gráfico 6.4.

A **pobreza** entre os homens reduziu cerca de 40% no Brasil na última década, 41,97% em áreas urbanas e 37,53% nas áreas rurais. Entre a população

feminina, a redução foi ligeiramente menor mas também foi próxima de 40%, 37,30% nas áreas rurais e 40,28% nas áreas urbanas. Ambas as populações apresentavam em 2010, médias de aproximadamente 28% de pessoas em situação de pobreza nas áreas rurais e 14% nas urbanas. O gráfico 6.5 mostra que 98% dos municípios brasileiros apresentaram redução da pobreza entre a população masculina. Em 2010, cerca de 64% dos municípios rurais e urbanos apresentavam entre 6,9% e 44,4% de homens em situação de pobreza, 23% dos municípios urbanos e apenas 11% dos rurais apresentavam percentuais abaixo de 6,9% e 11% dos municípios urbanos e 22% dos rurais apresentavam, ainda, percentuais acima de 44,4% de homens em situação de pobreza

. GRÁFICO 6.5
Percentual de municípios com redução da pobreza masculina (2000/2010)

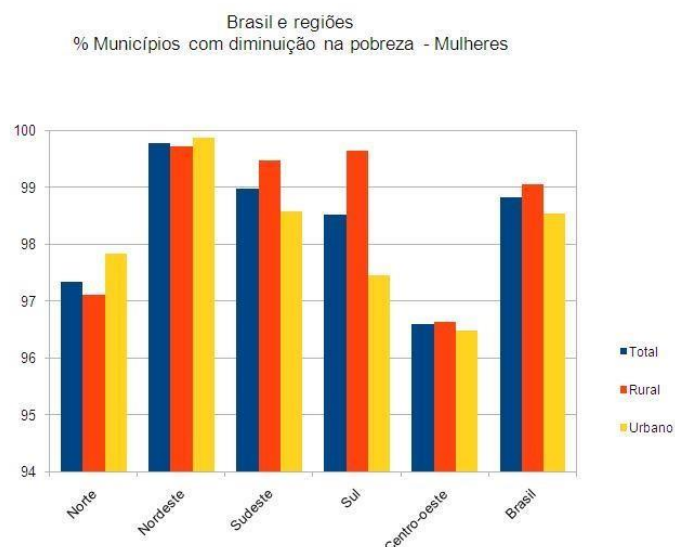


As regiões Sul e Centro-Oeste foram as que apresentaram a maior redução de pobreza masculina no período, acima de 50% como aponta o gráfico 6.5. Em 2010, as áreas urbanas contavam com 13,98% de pobreza entre suas populações masculinas, enquanto nas áreas rurais esse percentual era de 28,45%. As regiões Norte e Nordeste eram as que apresentavam, em 2010, maior percentual de pobreza masculina, com aproximadamente 31% e 32% de homens pobres. Nessas regiões, assim como em todo o Brasil, a pobreza masculina nas regiões rurais era maior do que nas regiões urbanas em 2010, porém a maior redução observada se deu em áreas urbanas, diferentemente das regiões Sul e Sudeste que reduziram, principalmente, a pobreza masculina em seus municípios rurais.

O gráfico 6.6 mostra que a redução de pobreza entre a população feminina, assim como entre a população masculina, ocorreu em cerca de 98% dos municípios brasileiros. Em 2010, 22% dos municípios rurais brasileiros e 11% dos municípios urbanos apresentavam, ainda, percentuais acima de 44,4% de mulheres abaixo da linha de pobreza. A maior parte dos municípios (64%) apresentava, em 2010, de 6,9% a 44% de mulheres pobres em sua população feminina. Apenas 23% dos municípios urbanos e 12% dos rurais apresentavam percentuais menores do que 6,9%.

GRÁFICO 6.6

Percentual de municípios com redução da pobreza feminina (2000/2010)



As maiores reduções foram observadas nas regiões Sul e Centro-Oeste, principalmente nas áreas rurais, com aproximadamente 58% e 50% de redução no período. A menor variação foi observada na região Norte, onde os municípios rurais apresentaram redução de apenas 27,16% e os urbanos de 35,27%. Em 2010, as piores situações foram observadas nas regiões Norte e Nordeste, que apresentavam, ainda, percentuais de pobreza feminina acima de 30%, principalmente nas áreas rurais, enquanto esse percentual médio nas outras regiões do país eram de até 10% de mulheres pobres apenas. O menor percentual foi observado entre os municípios da região Sul, com apenas 7% de sua população feminina abaixo da linha de pobreza em 2010.

A variação do percentual da **população sem renda própria** entre as mulheres foi maior do que o da população masculina na última década (redução de aproximadamente 35%, enquanto entre a população masculina essa redução foi de apenas 4%). Os gráficos 6.7 e 6.8 mostram que enquanto apenas 56,34% dos municípios brasileiros apresentaram diminuição da população masculina sem renda, esse percentual para os municípios com diminuição do número de mulheres sem renda foi de 99,82%. Em 2010, 26% dos municípios rurais e 11% dos municípios urbanos apresentavam percentuais acima de 30% de população de homens sem renda própria, e 11% dos municípios rurais e 14% dos urbanos apresentavam percentuais acima de 34% de mulheres sem renda própria. A maior parte dos municípios (76% dos urbanos e 73% dos rurais) encontrava-se nas faixas abaixo de 18,4% de mulheres sem renda própria em 2010.

GRÁFICO 6.7

Percentual de municípios com redução na população masculina sem renda própria (2000/2010)

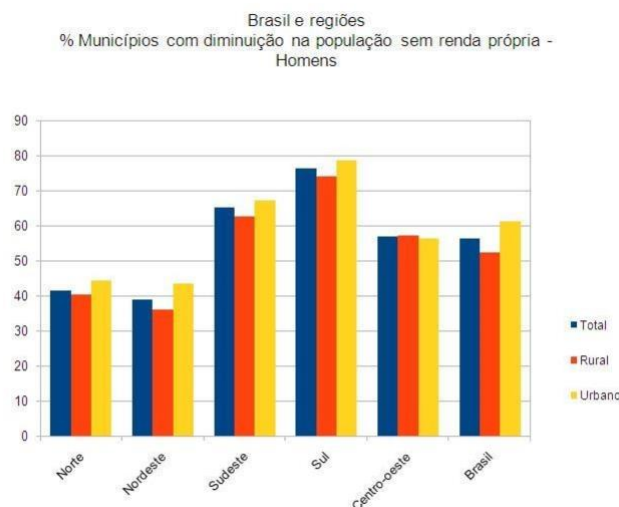
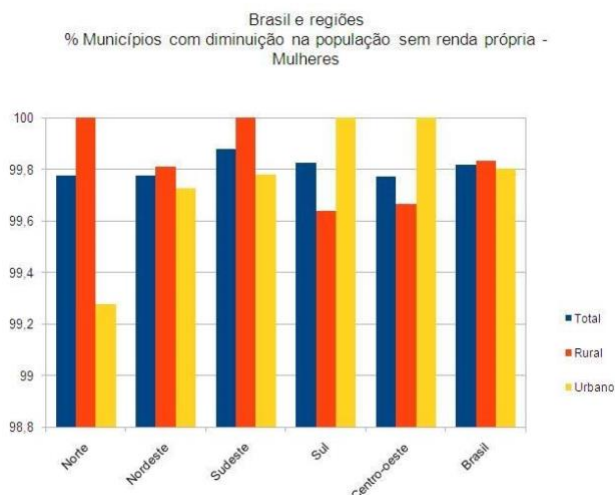


GRÁFICO 6.8

Percentual de municípios com redução na população masculina sem renda própria (2000/2010)

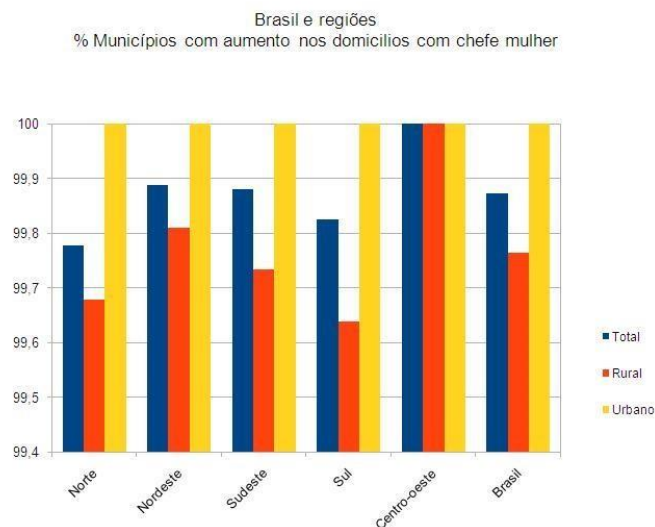


A população masculina sem renda própria aumentou nas áreas rurais do Norte e Nordeste (12,45% e 17,32%, respectivamente), e essas regiões foram as únicas que apresentaram aumentos no percentual de homens sem renda própria em suas áreas rurais. As maiores taxas de redução da população feminina sem renda foram observadas nas regiões Nordeste e Sul, com taxas de 43,35% e 41,76%, respectivamente. Apesar da maior redução, a população feminina sem renda própria ainda apresenta percentuais mais altos do que a masculina (27,85%, enquanto a masculina era em torno de 15,38% em 2010). A pior situação para esse indicador em 2010 foi observado na região Norte, com quase 35% de sua população feminina sem renda própria. O melhor cenário foi observado na região Sul, com 22% das mulheres sem renda própria.

O percentual de **domicílios com chefes mulheres** cresceu 55,73% no Brasil entre 2000 e 2010, tendo aumentado 72,21% em áreas rurais e 51,77% nas

áreas urbanas. De acordo com o gráfico 6.9, 100% dos municípios urbanos apresentaram aumento no percentual de domicílios com chefes mulheres entre 2000 e 2010, e esse percentual foi ligeiramente menor entre os municípios rurais. Em 2010, o percentual médio brasileiro era de 38,73% dos domicílios chefiados por mulheres, 34,19% nas áreas rurais e 40,10% em áreas urbanas. Cerca de 69% dos municípios rurais e urbanos brasileiros apresentavam entre 25,8% e 40,6% de seus domicílios com chefe mulher, e 12% dos municípios urbanos e 17% dos rurais apresentavam percentuais abaixo da média nacional e menores do que 25,8%.

GRÁFICO 6.9
Percentual de municípios com aumento dos domicílios com chefe mulher
(2000/2010)



As regiões Nordeste e Sudeste foram as que apresentaram, em 2010, o maior percentual de domicílios com chefes mulheres (39,98% e 38,95%, respectivamente), mas não muito acima das outras regiões que apresentavam em torno de 37%. O Sudeste foi a região que apresentou menor variação (aumento de 52,48%), e o Sul a maior (aumento de 65,21%). Nas áreas rurais da região Norte, o aumento do percentual de domicílios com chefes mulheres foi de quase 100% no período, e de 75% nas áreas rurais do Nordeste e Centro-Oeste. A menor variação em áreas rurais foi no Sudeste, onde o aumento foi de menos de 60% nos domicílios com chefes mulheres. O maior percentual em 2010 foi observado na região Nordeste, com 39,98% dos domicílios com chefes mulheres. Embora a variação entre 2000 e 2010 tenha sido maior em áreas rurais, elas se mantêm com percentuais de domicílios com chefe mulher abaixo das áreas urbanas.

Síntese da dimensão Gênero

Como visto, os indicadores apresentam diferentes desempenhos entre as populações femininas e masculinas, e, como nas outras dimensões analisadas, as áreas rurais e as regiões do Norte e Nordeste são as que apresentam, em geral, os piores desempenhos das populações femininas em 2010. No caso da taxa líquida de participação, houve redução entre os homens e aumento entre as mulheres na última década, porém os percentuais de participação feminina

ainda são menores que aqueles apresentados pela população masculina. O mesmo pôde ser observado em relação ao percentuais de população sem renda própria, que por mais que tenham reduzido de forma importante entre a população feminina (principalmente no Nordeste), esta ainda mantém maiores percentuais do que a masculina, principalmente nas regiões Norte, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, onde as diferenças são mais marcantes. No caso do analfabetismo, as áreas rurais apresentam melhores desempenhos entre a população feminina, porém um grande número de municípios se mantêm com altas taxas de analfabetismo feminino ainda em 2010. Chama a atenção o importante aumento dos domicílios com chefes mulheres nas regiões rurais do Nordeste.

7

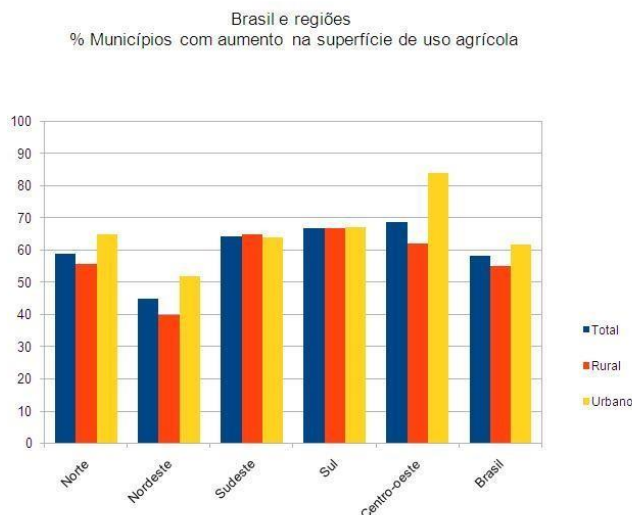
Geografia, meio-ambiente e recursos naturais

Esta seção apresenta os dados da dimensão Geografia, meio-ambiente e recursos naturais a partir de um pequeno conjunto de três indicadores: percentual de área de plantações em relação à superfície agrícola total, percentual de pastagens em relação à superfície de uso agrícola total, e superfície de matas. Os dados foram extraídos dos censos agropecuários dos anos 1995 e 2006.

A **superfície de plantações** correspondia, em 2006, a 18,14% do total de superfícies de uso agrícola no Brasil, 15,95% nas áreas rurais e 21,43% nas áreas urbanas. O aumento do percentual das áreas de plantações foi da ordem de 28% no Brasil entre 1995 e 2006, tendo aumentado 24,85% em áreas rurais e 31,33% em áreas urbanas. De acordo com o gráfico 7.1, 58,15% dos municípios brasileiros apresentaram aumentos em suas superfícies de plantações, 54,97% dos municípios rurais e 61,69% dos municípios urbanos. A maior parte dos municípios brasileiros (em torno de 70% dos municípios rurais e dos urbanos) situava-se, em 2006, na faixa média entre 5,4% e 49,6% de suas superfícies agrícolas utilizadas para com plantações. Por volta de 20% dos municípios urbanos e 12% dos rurais situavam-se, em 2006, em faixas com mais de 49,6% de superfícies de plantações sobre seu total de superfícies de uso agrícola.

GRÁFICO 7.1

Percentual de municípios com aumento na superfície de plantações (1995/2006)

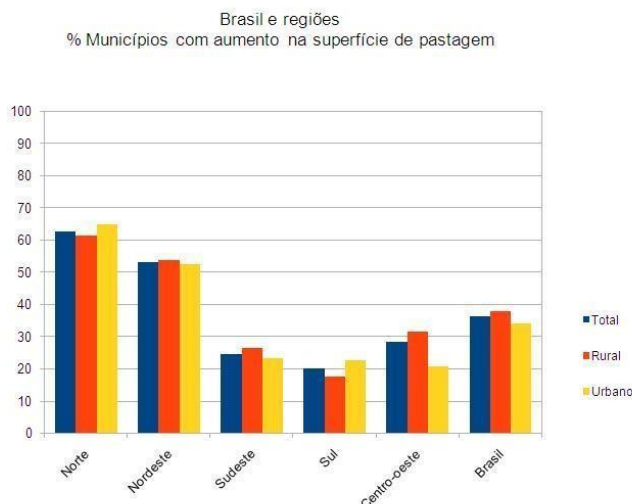


De acordo com o gráfico 7.1, nota-se que o Centro-Oeste foi a região em que as áreas de plantações mais aumentaram no período analisado, com aumento de 73,50% (59,34% em áreas rurais e 87,77% em áreas urbanas) e, portanto, muito acima do aumento apresentado pelas outras regiões brasileiras. Em seguida, vem a região Norte, com 44,96% de aumento no seu percentual de superfícies usadas para plantações, mas diferentemente do Centro-oeste, essa

variação foi maior nas áreas rurais (com variação de 54,47%) do que nas áreas urbanas (que apresentaram variação de 34,70% no período). A região Nordeste foi a que menos apresentou aumentos na sua superfície de plantações, com variação de apenas 8,24% no período. Mesmo com o aumento maior nas regiões Norte e Centro-Oeste, elas ainda são as que apresentam menor percentual de superfície de plantações, apresentando 7,61% e 11,90% de áreas plantadas em 2006. O maior percentual de superfícies de uso para plantações era, em 2006, encontrado na região Sul, com 36,36%, 39,31% nas regiões rurais e 32,94% em áreas urbanas, seguida do Sudeste, com 24,39% de superfícies de uso agrícola ocupadas com plantações.

Diferentemente das superfícies agrícolas utilizadas para plantações, o percentual de **superfícies de pastagens** diminuiu em média 4,58% no Brasil entre 1995 e 2006, tendo apresentado 2,18% de redução em municípios rurais e 8,11% de redução em municípios urbanos. O aumento do percentual da superfície de pastagens em relação à superfície agrícola total ocorreu em 36,07% dos municípios brasileiros, 37,94% dos municípios rurais e 34% dos municípios urbanos, como mostra o gráfico 7.2. A maior parte dos municípios se encontrava na faixa entre 20,5% e 66,5% do total de suas superfícies agrícolas com áreas de pastagens em 2006. Apenas 22% dos municípios urbanos e 17% dos municípios rurais apresentavam menos do que 20,5% de superfície de pastagens em relação à superfície agrícola total.

GRÁFICO 7.2
Percentual de municípios com aumento na superfície de pastagens (1995/2006)

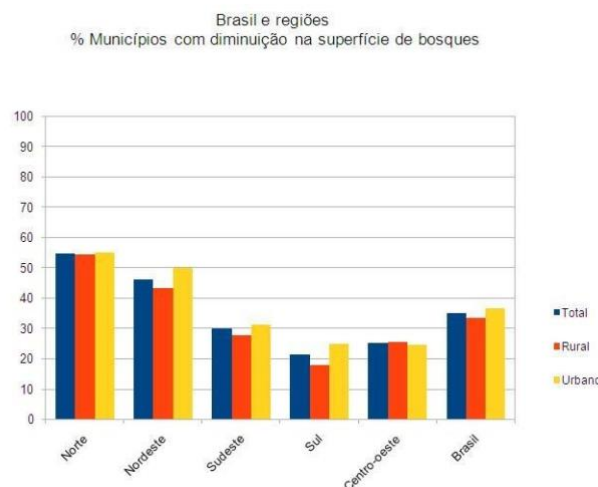


Apesar da redução recente, a superfície de pastagens correspondia, em 2006, com pouco menos de 50% do total de superfícies agrícolas brasileiras, a maior parte delas nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Norte (com 56,03%, 50,63% e 48,42% de superfícies agrícolas utilizadas para pastagens, respectivamente), como mostra o gráfico 7.2. A região Norte foi onde ocorreu a maior variação do país, com aumento de 15,86%. A maior redução foi observada nas regiões Sudeste e Sul, com variações de -14,11% e -19,54% entre 95 e 2006.

Ao contrário, a **superfície de matas** cresceu ligeiramente no Brasil no período de 1995 a 2006, com variação média de 2,73% no país, 1,36% em áreas rurais

e 5,50% nas áreas urbanas. O percentual de superfícies de matas em 2006 era de, em média 27,39% no Brasil, 28,79% em áreas rurais e 25,29% em áreas urbanas. O gráfico 7.3 mostra que apenas 34,85% dos municípios brasileiros apresentaram diminuição de seu percentual de superfície de matas na última década, 33,35% dos municípios rurais e 36,53% dos municípios urbanos. A maior parte dos municípios brasileiros (69,87% dos urbanos e 74,18% dos rurais) encontrava-se situada na faixa entre 4,9% a 35,3% de superfície de matas em 2006. Apenas 12% dos municípios urbanos e 17% dos rurais apresentavam percentuais acima de 35%. Entre 1995 e 2006, nota-se um aumento do percentual de municípios rurais e urbanos nas faixas mais baixas de até 4,5% de superfície de matas.

GRÁFICO 7.3
Percentual de municípios com redução da superfície de matas (1995/2006)



Olhando para as cinco regiões brasileiras, o gráfico 7.3 mostra que as maiores variações no período observado foram no Sul, Sudeste e Nordeste, com aumentos de aproximadamente 20%, 15% e 11% respectivamente. As regiões Norte e Centro-Oeste perderam superfície de mata no período, com variações negativas de -13,10% e -0,55% respectivamente. No caso do Centro-Oeste, a perda de superfície de matas se deu em áreas rurais, enquanto essas superfícies aumentaram em áreas urbanas. Essas duas regiões são as que apresentam maiores percentuais de superfície de matas do Brasil, 38,35% e 28,70% em 2010, seguidas da região Nordeste, com 28,25%.

Síntese da dimensão Geografia, recursos naturais e meio-ambiente

Os dados apresentados mostram, em geral, um aumento nas áreas de plantações e uma ligeira redução nas áreas de pastagens no Brasil da última década. Mostram também que apesar de os níveis de desmatamento terem apresentado uma pequena redução durante esse período, essa redução foi maior entre as áreas urbanas do que entre as áreas rurais, e não foi observada pelas duas regiões que apresentam as maiores superfícies de matas do país. Como visto, Norte e Centro-Oeste continuaram perdendo superfície de mata nos últimos anos, a primeira de forma bastante mais expressiva, e dando lugar ao aumento das áreas de pastagens e plantações na última década.

8

Territórios funcionais e os indicadores de renda, pobreza e desigualdade

Esta seção traz uma tentativa de contornar uma dificuldade sempre sentida quando se trata de agrupar os municípios numa escala territorial intermediária, menos agregada do que aquela representada pelas unidades da federação (Estados). Ocorre que a classificação disponível de microrregiões é relativamente antiga e encontra-se em processo de revisão pelo IBGE. Por isso, em vez de seguir a territorialização administrativa das microrregiões, uma alternativa consiste em configurar territórios por algum critério de unidade funcional. Neste caso, em particular, adotou-se o critério de funcionalidade dada pelo grau de integração do mercado de trabalho. Considerou-se que aquelas localidades nas quais ao menos 3% de sua população realiza deslocamentos diários, entre o local de domicílio e o local de trabalho, envolvendo distintos municípios, conformam algum grau de interdependência e, portanto, perfazem um território.

Os resultados desta tentativa de classificação são apresentados a seguir. Na tabela 8.1 a seguir pode-se ver a distribuição dos municípios e respectiva população segundo oito tipos de territórios funcionais. Para chegar a estes tipos os procedimentos foram os seguintes: a) inicialmente foram separados os municípios nos quais há comutabilidade segundo o critério exposto acima (clusters) e aqueles nos quais ela é inferior àquele critério de corte (uninucleares); b) em seguida, foram separados os clusters e uninucleares urbanos ou rurais (usando a classificação de áreas rurais e urbanas já apresentada páginas atrás); e c) finalmente, dentro de cada universo de clusters ou uninucleares urbanos ou rurais, os mesmos foram divididos por tamanho de população. Como se pode observar, a larga maioria dos municípios brasileiros encontram-se no tipo 10, onde estão os municípios rurais uninucleares. Já a maior parte da população vive em clusters formados por regiões metropolitanas. Chama a atenção, contudo, a existência de dois conjuntos de clusters rurais, os tipos 4 e 5, reunindo 675 municípios onde vivem aproximadamente 12 milhões de pessoas. Estas são as áreas rurais onde os municípios possuem algum grau de integração conformando um mercado de trabalho microrregional.

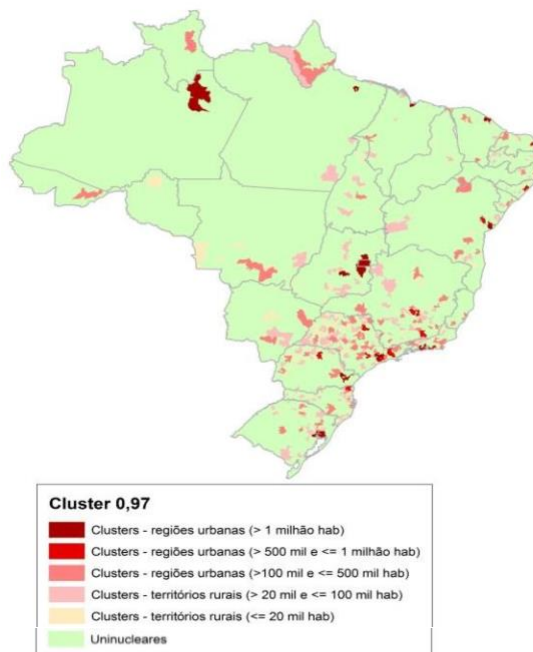
TABELA 8.1
Territórios funcionais segundo o grau de integração do mercado de trabalho dos municípios - 2010

Tipo de Território Funcional	Núm. AMCs	Pop. total no TF (2010)
1	96	48.551.349
2	75	13.927.483
3	257	23.356.002
4	428	10.582.393
5	247	1.793.022
6	1	2.375.151
7	5	4.257.854
8	72	15.362.795
9	971	40.294.467
10	3327	30.255.283

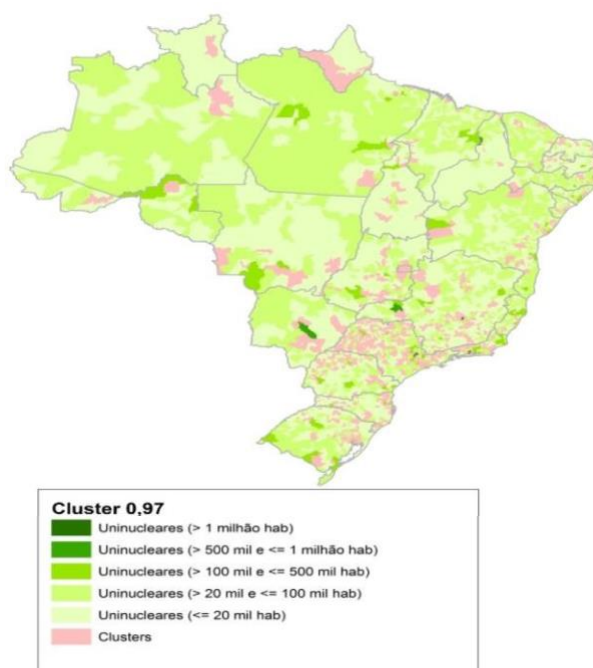
Tipo de Território Funcional	Características
1	Clusters - regiões urbanas (> 1 milhão de habitantes)
2	Clusters - regiões urbanas (> 500 mil habitantes e <= 1 milhão de habitantes)
3	Clusters - regiões urbanas (> 100 mil habitantes e <= 500 mil habitantes)
4	Clusters - territórios rurais (> 20 mil habitantes e <= 100 mil habitantes)
5	Clusters - territórios rurais (<= 20 mil habitantes)
6	Uninucleares (> 1 milhão de habitantes)
7	Uninucleares (> 500 mil habitantes e <= 1 milhão de habitantes)
8	Uninucleares (> 100 mil habitantes e <= 500 mil habitantes)
9	Uninucleares (> 20 mil habitantes e <= 100 mil habitantes)
10	Uninucleares (<= 20 mil habitantes)

Quando se trata de visualizar onde estão estes municípios, os mapas a seguir permitem afirmar que a grande concentração dos municípios clusterizados está na Região Sudeste do país, a mais rica e com economia mais diversificada. O mapa 8.1 mostra a incidência dos clusters segmentados pelo tamanho da população. O mapa 8.2 mostra a ocorrência dos uninucleares segmentados pelo tamanho da população. E o mapa 8.3 traz a ocorrência dos 10 tipos, com o conjunto das informações.

MAPA 8.1
Territórios funcionais com destaque para clusters
por tamanho de população - 2010

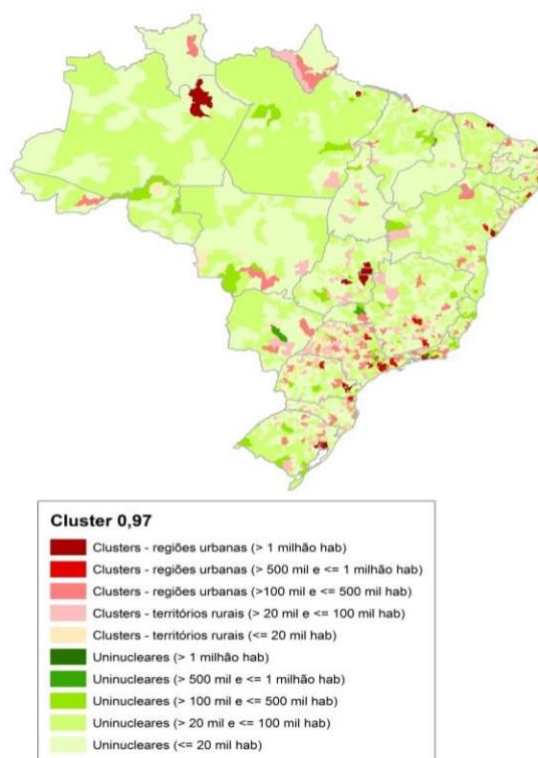


MAPA 8.2
Territórios funcionais com destaque para municípios uninucleares
por tamanho da população - 2010



MAPA 8.3

Territórios funcionais segundo grau de comutabilidade entre os municípios e tamanho da população



As tabelas 8.2, 8.3, 8.4 e 8.5 a seguir mostram respectivamente o que aconteceu nestes territórios funcionais em termos de renda, pobreza e desigualdade na década passada, sendo que a última delas traz uma síntese do desempenho dos territórios nestes três indicadores. Ali pode-se ver que o desempenho dos municípios foi altamente positivo em termos de aumento da renda e redução da pobreza em todas as faixas de classificação dos territórios funcionais. Já para desigualdade não se pode dizer o mesmo, e é justamente na faixa dos menores municípios e uninucleares onde se encontra o pior desempenho.

TABELA 8.2
Evolução da renda nos municípios (áreas mínimas comparáveis) segundo tipos de territórios funcionais – 2000/2010

Tipo de Território Funcional	Núm. AMCs	AMCs com melhoria	Pop. total no TF (2010)	Pop. em AMC com melhoria (2010)	% AMCs com aumento na renda domiciliar per capita
1	96	96	48.551.349	48.551.349	100,00
2	75	75	13.927.483	13.927.483	100,00
3	257	257	23.356.002	23.356.002	100,00
4	428	421	10.582.393	10.431.600	98,36
5	247	242	1.793.022	1.762.309	97,98
6	1	1	2.375.151	2.375.151	100,00
7	5	5	4.257.854	4.257.854	100,00
8	72	72	15.362.795	15.362.795	100,00
9	971	966	40.294.467	40.101.327	99,49
10	3327	3290	30.255.283	29.934.540	98,89

Tipo de Território Funcional Características

- 1 Clusters - regiões urbanas (> 1 milhão de habitantes)
- 2 Clusters - regiões urbanas (> 500 mil habitantes e <= 1 milhão de habitantes)
- 3 Clusters - regiões urbanas (> 100 mil habitantes e <= 500 mil habitantes)
- 4 Clusters - territórios rurais (> 20 mil habitantes e <= 100 mil habitantes)
- 5 Clusters - territórios rurais (<= 20 mil habitantes)
- 6 Uninucleares (> 1 milhão de habitantes)
- 7 Uninucleares (> 500 mil habitantes e <= 1 milhão de habitantes)
- 8 Uninucleares (> 100 mil habitantes e <= 500 mil habitantes)
- 9 Uninucleares (> 20 mil habitantes e <= 100 mil habitantes)
- 10 Uninucleares (<= 20 mil habitantes)

TABELA 8.3
Evolução da pobreza nos municípios (áreas mínimas comparáveis) segundo tipos de territórios funcionais – 2000/2010

Tipo de Território Funcional	Núm. AMCs	AMCs com melhoria	Pop. total no TF (2010)	Pop. em AMC com melhoria (2010)	% AMCs com diminuição no número de pessoas em condição de pobreza
1	96	96	48.551.349	48.551.349	100,00
2	75	74	13.927.483	13.924.946	98,67
3	257	253	23.356.002	23.192.607	98,44
4	428	422	10.582.393	10.420.861	98,60
5	247	246	1.793.022	1.790.538	99,60
6	1	1	2.375.151	2.375.151	100,00
7	5	5	4.257.854	4.257.854	100,00
8	72	72	15.362.795	15.362.795	100,00
9	971	968	40.294.467	40.131.091	99,69
10	3327	3280	30.255.283	29.804.030	98,59

Tipo de Território Funcional: Características

- 1 Clusters - regiões urbanas (> 1 milhão de habitantes)
- 2 Clusters - regiões urbanas (> 500 mil habitantes e <= 1 milhão de habitantes)
- 3 Clusters - regiões urbanas (> 100 mil habitantes e <= 500 mil habitantes)
- 4 Clusters - territórios rurais (> 20 mil habitantes e <= 100 mil habitantes)
- 5 Clusters - territórios rurais (<= 20 mil habitantes)
- 6 Uninucleares (> 1 milhão de habitantes)
- 7 Uninucleares (> 500 mil habitantes e <= 1 milhão de habitantes)
- 8 Uninucleares (> 100 mil habitantes e <= 500 mil habitantes)
- 9 Uninucleares (> 20 mil habitantes e <= 100 mil habitantes)
- 10 Uninucleares (<= 20 mil habitantes)

TABELA 8.4

Evolução da desigualdade nos municípios (áreas mínimas comparáveis) segundo tipos de territórios funcionais – 2000/2010

Tipo de Território Funcional	Núm. AMCs	AMC com melhoria	Pop. total no TF (2010)	Pop. em AMC com melhoria (2010)	% AMCs com diminuição na desigualdade de distribuição de renda
1	96	80	48.551.349	25.884.406	83,33
2	75	62	13.927.483	11.451.582	82,67
3	257	228	23.356.002	21.338.261	88,72
4	428	363	10.582.393	9.413.551	84,81
5	247	190	1.793.022	1.425.003	76,92
6	1	1	2.375.151	2.375.151	100,00
7	5	5	4.257.854	4.257.854	100,00
8	72	71	15.362.795	15.232.821	98,61
9	971	778	40.294.467	33.214.624	80,12
10	3327	2382	30.255.283	21.707.912	71,60

Tipo de Território Funcional: Características

- 1: Clusters - regiões urbanas (> 1 milhão de habitantes)
- 2: Clusters - regiões urbanas (> 500 mil habitantes e <= 1 milhão de habitantes)
- 3: Clusters - regiões urbanas (> 100 mil habitantes e <= 500 mil habitantes)
- 4: Clusters - territórios rurais (> 20 mil habitantes e <= 100 mil habitantes)
- 5: Clusters - territórios rurais (<= 20 mil habitantes)
- 6: Uninucleares (> 1 milhão de habitantes)
- 7: Uninucleares (> 500 mil habitantes e <= 1 milhão de habitantes)
- 8: Uninucleares (> 100 mil habitantes e <= 500 mil habitantes)
- 9: Uninucleares (> 20 mil habitantes e <= 100 mil habitantes)
- 10: Uninucleares (<= 20 mil habitantes)

Síntese da classificação por territórios funcionais

A tentativa de classificação por territórios funcionais é uma evidência do relativamente baixo grau de dinamização e complexificação dos mercados de trabalho das economias interioranas fora da Região Sudeste. Por outro lado, os clusters rurais identificados, ainda que não sejam muitos, mostram que há possibilidades de alcançar maior grau de integração destas economias locais. Algo ainda mais importante quando se nota que justamente nos municípios uninucleares e de pequeno porte a queda da desigualdade foi menos expressiva.

Síntese geral e considerações finais

Em geral, os dados apresentados sustentam a hipótese apresentada nas páginas iniciais deste relatório: não se pode afirmar que os êxitos observados nos indicadores de desenvolvimento da última década se fazem acompanhar de maior coesão territorial; diferentemente disso, parece estar em curso um processo de heterogeneização dos territórios brasileiros, em alguns casos com um aprofundamento das desigualdades espaciais existentes. Se considerarmos que ao menos dois tipos de contrastes territoriais importam – o contraste entre o Brasil rural e o Brasil urbano, e o contraste entre as porções Norte/Nordeste e Sul/Sudeste – é possível notar que em alguns indicadores há convergência, como é o caso de emprego e ocupação ou rendas e pobreza, enquanto em outros isto não acontece, como é o caso de saneamento ou da dinamização econômica via atividades produtivas. A seguir são retomadas as sínteses de cada uma das dimensões e, em seguida, são feitas algumas considerações sobre seus significados para a análise da coesão territorial decorrente da manifestação espacial das tendências recentes do desenvolvimento brasileiro.

Demografia – Os dados analisados revelam três aspectos importantes. Primeiro, o tamanho do rural brasileiro em contraste com o que dizem as estatísticas oficiais. Na tipologia aqui adotada, inspirada em critérios mais aceitos na literatura internacional, o rural brasileiro abrange 2968 municípios que abrigam cerca de um quarto da população brasileira, em vez dos 16% apontados no último Censo. Segundo, ainda que a população brasileira continue concentrada nas regiões Sul e Sudeste, com mais de 50% do total, nota-se que o aumento mais significativo ocorre nas regiões Norte e Centro-Oeste, com uma aparente redução do crescimento acentuado do Sudeste. Terceiro, os dados confirmam um arrefecimento dos fluxos migratórios na maior parte do território brasileiro, com uma substituição do êxodo generalizado e dos processos de metropolização anteriormente em marcha pelo crescimento de cidades médias, tanto nas bordas das metrópoles como na formação de novos polos interioranos no país.

Educação, saúde, segurança – É marcante a melhoria generalizada de quase todos os indicadores de saúde e educação no Brasil, com duas exceções importantes. Uma é o acesso a fontes melhoradas de água e saneamento, que ficou praticamente estagnado e mesmo piorou em grande quantidade dos municípios. Outra diz respeito aos indicadores do ensino médio brasileiro. Aí, diferente do ensino fundamental, praticamente universalizado, existe um importante gargalo a ser superado. Do ponto de vista da desigualdade entre urbano e rural, ainda que tenha havido melhoria na maior parte dos municípios, persistem contrastes entre os desempenhos rurais e urbanos. Nos indicadores de saúde, em geral as melhoras mais expressivas se deram nas áreas urbanas. Sobre os indicadores de educação, ocorre o contrário, com as maiores variações positivas nas áreas rurais. De todos os indicadores apresentados, as áreas urbanas só apresentam piores desempenhos que as rurais no caso da segurança, como já era de se esperar, ainda que a violência esteja aumentando expressivamente nos municípios rurais e regredindo entre os urbanos nos últimos anos. Finalmente, quanto ao desempenho por grandes

regiões brasileiras, nota-se a persistência de contrastes entre as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e o restante do país. Mas nota-se também que as maiores variações positivas se dão no Norte e Nordeste, apontando para um movimento de convergência no longo prazo. Em geral, o pior desempenho nos últimos anos foi o da região Centro-Oeste, principalmente em educação. Diferente das regiões Norte e Nordeste que, apesar de continuarem apresentando os piores desempenhos, vêm melhorando de forma importante, o Centro-Oeste apresentava desempenhos ruins em 2000, e apresentou melhoras menos significativas no decorrer da última década.

Dinamismo econômico e emprego – Quatro aspectos merecem ser destacados. Primeiro, a melhoria generalizada dos percentuais em todo o país na última década. O que, contudo, não significou convergência quanto aos empregos formais, ainda concentrados, em sua maioria, nas áreas urbanas e nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Segundo, o setor primário vem, cada vez mais, deixando de ser o principal gerador de ocupações nas áreas rurais, sendo gradativamente substituído pelo setor de comércio e serviços. Tais mudanças foram observadas pela maior parte das áreas rurais brasileiras, com exceção para as regiões Norte e Nordeste, onde em boa parte dos municípios o setor primário ainda responde por parte expressiva do total de empregos. Terceiro, os mapas indicam processos de especialização dos perfis produtivos regionais, como se pode observar com o aumento da participação do setor agropecuário na composição do Valor Adicionado da região Centro-Oeste, ou com a concentração dos setores industriais no Sudeste e em municípios médios e de grande porte. Em ambos os casos não há coincidências entre a localização dos maiores percentuais de Valor Adicionado e dos empregos gerados em cada um dos setores. Sobre isso, outro destaque é que extensas áreas das regiões Norte e Nordeste têm na administração pública e no setor terciário os principais responsáveis por seus valores adicionados. Por fim, há a permanência dos contrastes entre as regiões Norte e Nordeste, por um lado, com os piores desempenhos em 2010, mas com melhoras importantes, e as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste de outro. Nesta dimensão, a região Centro-Oeste apresenta melhores desempenhos do que nas dimensões de saúde e educação, aproximando-se mais das regiões com os melhores desempenhos do país.

Renda, pobreza e desigualdade – Foram muito importantes os avanços em redução de renda, pobreza e desigualdade na maior parte dos municípios do país na última década. Mas os dados indicam que o desempenho não foi homogêneo quando se consideradas as distinções entre áreas rurais e urbanas, ou as grandes regiões do país. Mesmo com a maior parte dos municípios tendo apresentado aumento de renda e redução de pobreza em percentuais superiores a 25%, as áreas rurais e as regiões Norte e Nordeste se mantêm com desempenhos inferiores do que as áreas urbanas e as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. O que de certa forma não é surpreendente dado o caráter histórico e a resiliência dos processos sociais que respondem pela baixa renda e pela pobreza. Mais significativo talvez seja o desempenho do conjunto dos municípios em relação à desigualdade, que claramente reduziu mais nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste tendo simultaneamente aumentado em importantes áreas das regiões Norte e Nordeste na última

década.

Capacidade de gestão dos governos locais – Na maior parte dos indicadores os dados de capacidade de gestão dos governos dos municípios mostram desempenho superior dos municípios urbanos em relação aos municípios rurais, e dos municípios das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste em relação às regiões Norte e Nordeste, porém com melhoras importantes destas últimas na década passada. O único indicador em que essas regiões apresentaram maiores percentuais do que o restante do país foi no de disponibilidade de recursos humanos per capita, que teve maior aumento entre os municípios rurais e nas regiões Norte e Nordeste, justamente as regiões com os maiores percentuais em 2010.

Gênero – Os indicadores apresentam diferentes desempenhos entre as populações femininas e masculinas, e, como nas outras dimensões analisadas, as áreas rurais e as regiões do Norte e Nordeste são as que apresentam, em geral, os piores desempenhos das populações femininas em 2010. No caso da taxa líquida de participação, houve redução entre os homens e aumento entre as mulheres na última década, porém os percentuais de participação feminina ainda são menores que aqueles apresentados pela população masculina. O mesmo pôde ser observado em relação aos percentuais de população sem renda própria, que, por mais que tenham se reduzido de forma importante entre a população feminina (principalmente no Nordeste), esta ainda mantém maiores percentuais do que a masculina, principalmente nas regiões Norte, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, onde as diferenças são mais marcantes. No caso do analfabetismo, as áreas rurais apresentam melhores desempenhos entre a população feminina, porém um grande número de municípios apresentam altas taxas de analfabetismo feminino ainda em 2010. Chama a atenção o importante aumento dos domicílios com chefes mulheres nas regiões rurais do Nordeste.

Recursos naturais e meio-ambiente – Há um aumento nas áreas de plantações e uma ligeira redução nas áreas de pastagens no Brasil da última década. Mostram também que apesar de os níveis de desmatamento terem apresentado uma pequena redução durante esse período, essa redução foi maior entre as áreas urbanas do que entre as áreas rurais, e não foi observada nas duas regiões que apresentam as maiores superfícies de matas do país. Norte e Centro-Oeste continuaram perdendo superfície de mata nos últimos anos, a primeira de forma bastante mais expressiva, dando lugar ao aumento das áreas de pastagens e plantações na última década.

Territórios funcionais - A tentativa de classificação por territórios funcionais segundo o grau de comutabilidade dos municípios, aferida pela integração do mercado de trabalho, é uma evidência do relativamente baixo grau de dinamização e complexificação dos mercados de trabalho das economias interioranas fora da Região Sudeste. Por outro lado, os clusters rurais identificados, ainda que não sejam muitos, mostram que há possibilidades de alcançar maior grau de integração destas economias locais. Algo ainda mais importante quando se nota que justamente nos municípios uninucleares e de pequeno porte a queda da desigualdade foi menos expressiva.

Como se pode ver a partir destas sínteses dimensionais, a melhoria dos indicadores foi inegável – como se nota, por exemplo, contrastando com os dados apresentados em trabalho anterior (Favareto & Abramovay, 2010) -, mas melhoria inegável é diferente de melhoria generalizada. Por esta razão talvez não baste apenas continuar a executar o modelo posto em prática na década passada, por mais exitoso que tenha sido em uma série nada desprezível de aspectos. E também por esta razão é preciso dar um tratamento mais afirmativo à dimensão territorial do desenvolvimento brasileiro.

No que diz respeito ao modelo posto em prática na década passada, dois são os temas sensíveis. Um é a dependência das exportações do setor primário, que se torna um risco em função de sua vulnerabilidade às flutuações internacionais e ao fortalecimento dos setores conservadores da política nacional a ela vinculados, sem falar nos problemas sociais e ambientais envolvidos. Aqui os problemas só não foram maiores pelas condições externas mais favoráveis, sobretudo até o meio da década e porque os efeitos internos negativos foram compensados pelo aumento do crédito, pelo fortalecimento das políticas de combate à pobreza e de valorização do salário mínimo. Outro tema sensível é a expansão do mercado consumidor interno baseado em bens de consumo individual acompanhado do encarecimento do acesso a bens públicos. Sem uma contínua ampliação do crédito, do salário mínimo e das políticas de transferência de renda, os efeitos positivos tendem a arrefecer, pois as transformações produtivas na economia não vêm se dando no mesmo ritmo. São temas que, portanto, afetam diretamente não só os vetores do modelo de desenvolvimento brasileiro recente mas também sua manifestação territorial.

No que diz respeito ao futuro da coesão territorial, por fim, quatro são os temas sensíveis. Um deles, tremendamente importante, é o processo de especialização das economias regionais por que o país vem passando. Fica claro nos mapas apresentados na seção dedicada a este tema como a industrialização se concentra nos grandes centros, à exceção do Sul e do Sudeste, como o Centro-Oeste vai se tornando uma região agrícola, e como o Nordeste e o Norte tem uma produção de baixa rentabilidade na agricultura, e a formação das rendas depende dos setores de comércio e serviços ou das transferências públicas. Esta formação de perfis regionais precisa ser contrabalançada por políticas de desenvolvimento territorial que minimizem os efeitos negativos da concentração setorial, marcadamente no Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Um segundo tema é a dependência governamental. Por certo um número expressivo de municípios sempre vai depender de transferências públicas, seja porque o pacto federativo brasileiro assim prevê que aconteça, mas também porque a melhoria da renda vista na década passada não resultou em proporcional mudança das economias locais. A situação atual representa um risco e uma oportunidade para que o impulso da década passada dê origem a novas dinâmicas econômicas, que podem ser favorecidas ainda pela mudança nas tendências demográficas apontadas anteriormente, destacadamente o crescimento das cidades médias no interior. Um terceiro tema sensível é o comprometimento das bases de recursos naturais, que vem sendo apropriadas para a produção primária reduzindo a conservação dos ecossistemas e a biodiversidade, que poderiam ser trunfos para um novo estilo

de desenvolvimento. Como corolário, quarto tema, o chamado neodesenvolvimentismo brasileiro precisará se reinventar, e nisto, uma política de desenvolvimento regional com novos contornos vai precisar se aproximar de outras políticas, formando um todo mais coeso, em vez da junção contraditória e excessivamente orientada pelos propósitos de curto prazo do período recente.

Referências bibliográficas

- BENKO, Georges (2002). Economia, espaço e globalização na aurora do Século XXI. São Paulo: Hucitec/Annablume.
- BERDEGUÉ, Julio et al. (2012). Territorios funcionales en Chile. Serie Documentos de Trabajo, n. 102. Santiago do Chile: Rimisp. Disponível em http://www.rimisp.org/wp-content/files_mf/1366288203N1022011_TerritoriosFuncionalesChile_BerdequeJaraFuentealbaTohaetal.pdf
- DINIZ, Clélio C. & LEMOS, Mauro Borges - orgs. (2005). Economia e território. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- FAVARETO, Arilson & ABRAMOVAY Ricardo (2010). Contrastes territoriais nos indicadores de renda, pobreza e desigualdade no Brasil dos anos noventa. In. Ruris, Vol. 4. Consultado em: <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/707/572>
- IBGE (1995). Censo agropecuário 1995. Consultado em www.ibge.gov.br
- IBGE (2000). Censo demográfico 2000. Consultado em www.ibge.gov.br
- IBGE (2006). Censo agropecuário 2006. Consultado em www.ibge.gov.br
- IBGE (2010). Censo demográfico 2010. Consultado em www.ibge.gov.br
- OECD (2013). Territorial Review – Brazil. Consultado em www.oecd.org.
- THE BOSTON CONSULTING GROUP (2013). From wealth to well being. Consultado em <http://www.bcgteleviv.com/documents/file122227.pdf>